CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES

ANDERSON
LINCOLN VITAL
DA SILVA

(ORGANIZADOR)

VOLUME 8

Editora Poisson

Anderson Lincoln Vital da Silva
(Organizador)

Ciências Humanas e Sociais: Perspectivas Interdisciplinares – Volume 8

1ª Edição

Belo Horizonte
Editora Poisson
2025

Editor Chefe: Dr. Darly Fernando Andrade

Conselho Editorial
Dr. Antônio Artur de Souza – Universidade Federal de Minas Gerais
MSc. Davilson Eduardo Andrade
Dra. Elizângela de Jesus Oliveira – Universidade Federal do Amazonas
MSc. Fabiane dos Santos
Dr. José Eduardo Ferreira Lopes – Universidade Federal de Uberlândia
Dr. Otaviano Francisco Neves – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Dr. Luiz Cláudio de Lima – Universidade FUMEC
Dr. Nelson Ferreira Filho – Faculdades Kennedy
MSc. Valdiney Alves de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569
Ciências Humanas e Sociais: Perspectivas Interdisciplinares – Volume 8/ Organização: Anderson Lincoln Vital da Silva – Belo Horizonte – MG: Editora Poisson,2025

Formato: PDF
ISBN: 978-65-5866-549-6
DOI: 10.36229/978-65-5866-549-6
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia

1.Ciências Sociais 2. Sociedade 3. Ciências Humanas I. SILVA, Anderson Lincoln Vital da II.Título

CDD-300

Sônia Márcia Soares de Moura – CRB 6/1896

O conteúdo deste livro está licenciado sob a Licença de Atribuição Creative Commons 4.0.
Com ela é permitido compartilhar o livro, devendo ser dado o devido crédito, não podendo ser utilizado para fins comerciais e nem ser alterado.

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

Esse e outros títulos podem ser baixados gratuitamente em www.poisson.com.br
Entre em contato pelo contato@poisson.com.br

SUMÁRIO

Capítulo 1: Circuito agroturismo SLZ: potencialidades e desafios na Ilha de São Luís – MA. 06

Lailton da Silva Freire, Celso Ferreira de Lima Filho, Saulo Ribeiro dos Santos

DOI: 10.36229/978-65-5866-549-6.CAP.01

Capítulo 2: Registros da Casa Anísio Brito: Edifício Art Déco em Teresina – PI..... 16

Maria Betânia Guerra Negreiros Furtado, Camilla Leal Brito

DOI: 10.36229/978-65-5866-549-6.CAP.02

Capítulo 3: Relações entre processos transdiagnósticos e a terapia cognitivo-comportamental..... 29

Isadora Ribas Strojarki, Dawid da Silva Vargas

DOI: 10.36229/978-65-5866-549-6.CAP.03

Capítulo 4: Inovações em psicopedagogia e neurociência para a personalização do ensino e aperfeiçoamento dos processos de aprendizagem 40

Isadora Ribas Strojarki, Dawid da Silva Vargas

DOI: 10.36229/978-65-5866-549-6.CAP.04

Capítulo 5: Esquema de arquitetura cognitiva nas ciências humanas e sociais: contribuições de um modelo aplicado à neuropsicanálise 56

Sandra Leandro Pereira

DOI: 10.36229/978-65-5866-549-6.CAP.05

Capítulo 6: Empreendedorismo Social: um olhar sobre o Distrito do Grajaú - São Paulo 74

Ayra Sehenem Frutuoso, Keli Cristiane Vido

DOI: 10.36229/978-65-5866-549-6.CAP.06

Capítulo 7: A dicotomia representativa feminina na política brasileira: a necessidade de ações afirmativas X sua (in)efetividade 89

Thaís Machado de Andrade, Gabriela Britis Donato

DOI: 10.36229/978-65-5866-549-6.CAP.07

SUMÁRIO

Capítulo 8: O princípio da fraternidade enquanto categoria jurídica sob a perspectiva dos valores supremos constitucionais 98

Joel Rangel Pinto Júnior, Thaís Machado de Andrade

DOI: 10.36229/978-65-5866-549-6.CAP.08

Capítulo 9: Catocomunismo e o reavivar da hipótese comunista na pós-modernidade: uma análise hermenêutico-filosófica à luz de Gianni Vattimo 108

Lucas Pereira da Silva Freitas

DOI: 10.36229/978-65-5866-549-6.CAP.09

Capítulo 10: Envelhecimento e inclusão: a importância da libras na comunicação com idosos surdos 125

Fabrício Mähler Ramos, Gustavo Simas da Silva, James Alan dos Santos Franco, Lidiane Helena Reinaldo Franco, Marily Dilamar da Silva, Vania Ribas Ulbricht

DOI: 10.36229/978-65-5866-549-6.CAP.10

Autores 136

Capítulo 1

Circuito agroturismo SLZ: potencialidades e desafios na Ilha de São Luís – MA

Lailton da Silva Freire
Celso Ferreira de Lima Filho
Saulo Ribeiro dos Santos

Resumo: O agroturismo vem se consolidando nas últimas décadas como uma alternativa estratégica para o desenvolvimento de áreas rurais sustentáveis, ao integrar atividades agrícolas com o turismo de forma a promover a valorização do patrimônio cultural e natural das comunidades locais. A agroturismo oferece aos visitantes a oportunidade de vivenciar o cotidiano rural, enquanto contribui para a geração de renda, preservação ambiental e possível desenvolvimento local. Iniciativas como o Circuito Agroturismo SLZ, na Ilha Grande de São Luís (MA), exemplificam essa tendência, ao conectar os municípios de São Luís, Raposa, Paço do Lumiar e São José de Ribamar em uma proposta de turismo de base rural. O Circuito SLZ de Agroturismo representa um esforço colaborativo para integrar turismo, cultura e desenvolvimento local por meio da visitação de onze propriedades rurais. Entre elas está o Sítio Cajueiro, que oferece produção artesanal de doces de caju, oficinas de culinária e degustação de produtos típicos. O Apiário Sol Nascente é voltado para a produção de mel e realiza visitas educativas sobre apicultura e meliponicultura. A Ilha do Sururu e as marisqueiras de Timbuba oferecem passeios náuticos e coleta sustentável de sururu e degustação de pratos tradicionais. O Sítio Pantanal atua com piscicultura, atividades de pesca e refeições preparadas com peixes cultivados localmente. A produção de plantas nativas e ornamentais está representada pelo Viveiro Pôr do Sol, Vivenda Orgânica e Plantas Albert. O Haras 4 Irmãos oferece passeios a cavalo, tirolesa, pedalinho e pesca. A Aventura Rural foca no turismo de aventura, pesca e cavalgadas. A Fazendinha Parque Raposa proporciona uma experiência rural completa, com gastronomia, parque aquático, piscina, playground e hospedagem. Apesar de suas qualidades e da diversidade de atrações, o Circuito SLZ de Agroturismo ainda enfrenta fragilidades estruturais e organizacionais significativas. A superação dos desafios depende diretamente do fortalecimento da governança territorial coletivo e dinâmico, fundamentada na gestão compartilhada dos recursos, no diálogo multissetorial e na corresponsabilidade entre os diversos atores envolvidos.

Palavras-chave: Circuito agroturismo, Governança Territorial, Comunidades locais.

1. INTRODUÇÃO

O agroturismo vem se consolidando nas últimas décadas como uma alternativa estratégica para o desenvolvimento de regiões afastadas do litoral com a concepção de atividades rurais sustentáveis, ao integrar atividades agrícolas com o turismo de forma a promover a valorização do patrimônio cultural e natural das comunidades locais. Nesse sentido, o agroturismo oferece aos visitantes a oportunidade de vivenciar o cotidiano rural, enquanto contribui para a geração de renda, preservação ambiental e possível desenvolvimento local (Ortega-Perez; Polanco; Taveras, 2025; Gaweleta; Bilotta, 2022; Zandonadi; Freire. 2016).

No contexto do desenvolvimento local brasileiro, iniciativas como o Circuito Agroturismo SLZ, na Ilha Grande de São Luís (MA), exemplificam essa tendência, ao conectar os municípios de São Luís, Raposa, Paço do Lumiar e São José de Ribamar em uma proposta de turismo de base rural (SEBRAE, 2023).

Apesar do evidente potencial turístico, o agroturismo enfrenta desafios significativos, como a falta de infraestrutura adequada, a escassez de capacitação profissional e a necessidade de articulação entre os diversos atores envolvidos. Guzzatti, Gelbcke e Cazella, (2024) enfatizam que a implementação bem-sucedida de circuitos agroturísticos depende da cooperação entre produtores rurais, gestores públicos e empreendedores turísticos, além do apoio institucional contínuo, em outras palavras, é necessário haver a cooperação entre iniciativa pública e privada.

No caso do Circuito Agroturismo SLZ, observa-se a necessidade de superar barreiras logísticas e promover a integração efetiva entre os municípios participantes para garantir a sustentabilidade e o sucesso da iniciativa. Isso está sendo levado em frente quando os quatros municípios que compõe a ilha de São Luís mais o município vizinho de Alcântara-MA, se organizaram na e formaram a Instância de Governança São Luís – (IGR São Luís), por meio da parceria das secretarias municipais de Turismo, com o objetivo de fomentar dentre outras ações, o circuito do agroturismo na ilha.

A relevância deste estudo está na análise crítica das potencialidades e desafios do Circuito Agroturismo SLZ, visando compreender como essa proposta pode contribuir para o desenvolvimento local. Segundo Moares e Mendonça (2024), a pesquisa em turismo rural deve considerar aspectos como a preservação ambiental, a valorização cultural e a inclusão social, elementos essenciais para a construção de um modelo de turismo que beneficie as comunidades locais e preserve os recursos naturais.

Diante desse cenário, o objetivo deste artigo é analisar as potencialidades e os desafios do Circuito Agroturismo SLZ, identificando os fatores que influenciam sua implementação e propondo estratégias para aprimorar sua eficácia. A pesquisa se fundamenta em uma abordagem qualitativa, utilizando levantamento bibliográfico e observação direta.

2. METODOLOGIA

2.1. TIPO DE PESQUISA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com ênfase no estudo de caso, visando compreender as potencialidades e desafios do Circuito Agroturismo SLZ na Ilha Grande de São Luís – MA. Para tanto foi realizado levantamento bibliográfico e documental para embasar teoricamente a pesquisa.

A observação participante também foi realizada de forma a entender as dinâmicas locais e das interações entre alguns atores que compõem o território turístico. Além disso, houve a participação em reunião da Instância de Governança São Luís (IGR São Luís) no qual foi discutido e elaborado o plano de ação para o agroturismo na ilha para o ano de 2025.

2.2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Upaon-Açu constitui-se em uma ilha brasileira pertencente ao Estado do Maranhão. Possui área total de aproximadamente 1.410,015 km^2 (IBGE, 2024) faz parte do Arquipélago do Golfão Maranhense e é nela que se encontra a capital do estado, São Luís (831,7 km^2), e mais três municípios: São Jose de Ribamar (36,1 km^2), Paço do Lumiar (121,4 km^2) e Raposa (79,213 km^2) integrantes da região metropolitana de São Luís (Figura 1).

Figura 1. Localização da Ilha de São Luis, e os municipios de Paço do Lumiar, Raposa e São Jose de Ribamar

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A palavra *Upaon-Açu* é de origem Tupi-guarani que significa "ilha grande" no qual foi atribuído esse nome pela tribo indígena Tremembés. A ilha também é conhecida como Ilha de São Luís.

O principal município da ilha, São Luís, é a capital do estado do Maranhão localizado ao norte do estado. A capital maranhense possui população total de 1.037.775 habitantes

alocados em uma área de 583,063 km² sendo que dessa, 165,96 km² é de área urbanizada. O IDH do município é de 0,768 (IBGE, 2024).

São Jose de Ribamar é o terceiro município mais populoso do Estado do Maranhão pertencente a região metropolitana de São Luís. Sua população é de 244.579 mil habitantes alocados em uma área de 180,363 km² sendo que dessa, 54,12 km² constitui área urbanizada. Detém um IDH de 0,708 (IBGE, 2024). Pertence à Região Metropolitana de São Luís.

O município de Paço do Lumiar teve sua ocupação iniciada em 22 de maio de 1625. O município possui um total de 145.643 de habitantes em uma área territorial de 127,193 km² no qual a área urbana corresponde a 38,76 km². Seu IDH de 0,724 (IBGE, 2024).

O município de Raposa foi emancipado do município de Paço do Lumiar. Elevado à categoria de município com a denominação de Raposa, pela Lei Estadual n.º 6.132, de 10 de novembro de 1994.Possui PIB e IDH de 0,626 e população total de 30.839 habitantes em uma área de 79,213 km² sendo que dessa, 8,94 km² constitui área urbanizada (IBGE, 2024).

3. O CIRCUITO AGROTURISMO SLZ

3.1. DA INICIATIVA À ATUALIDADE

O circuito SLZ de agroturismo SEBRAE é uma iniciativa do Serviço Brasileiro de apoio ao pequeno e micro empresário e foi iniciado em 7 de julho de 2023 no Ecoparque Raposa Haras 4 Irmãos. O objetivo inicial de desenvolvimento do circuito é oferecer aos visitantes a experiencia de viver o meio rural no qual as pessoas podem interagir com atividades produtivas locais e apreciar a cultura local, além de fomentar a economia local ao contribuir para a geração de empregos e promover a conservação ambiental na região.

O SEBRAE organizou o circuito em um de seus eventos denominado de Famtour, em agosto de 2023. O evento reuniu mais de 25 agentes de turismo, secretarias municipais e guias de turismo. O evento teve como objetivo apresentar os empreendimentos aos participantes e integrar esses profissionais ao circuito, facilitando a inclusão de roteiros agroturísticos em suas futuras ações.

O Circuito Agroturismo SLZ tem contribuído significativamente para a valorização do turismo local, promovendo a preservação ambiental e destacando a cultura maranhense. Em novembro de 2023, durante a Expo Indústria, representantes do circuito apresentaram os resultados preliminares evidenciando o sucesso da iniciativa. Além disso, o SEBRAE-MA, por meio de iniciativas como o Mobiliza SLZ, tem sido reconhecido por seu papel na promoção da economia criativa e do turismo na capital São Luís, recebendo prêmios como o Prêmio Cazumbá de Turismo e Cultura.

O Circuito Agroturismo SLZ representa um esforço conjunto para integrar turismo, cultura e desenvolvimento sustentável, oferecendo aos visitantes a oportunidade de explorar a riqueza natural e cultural da Grande Ilha de São Luís por meio da integração e catalogação de 11 propriedades rurais com a possibilidade de inclusão de mais 5 propriedades no circuito.

Atualmente, a política de organização do circuito passa por um processo de atualização e fomento no qual foi implantada para isso e dá mais apoio institucional a Instância de Governança de São Luís. Por meio de reuniões periódicas, as secretarias de turismo dos municípios de São Luís, Paço do Lumiar, Raposa, São Jose de Ribamar e Alcântara

juntamente com o SEBRAE discutem estratégias para alavancar o circuito agroturismo SLZ.

As propostas de trabalho e fortalecimento das estratégias de ação do circuito agroturismo estão organizadas em metas que devem atender cinco eixo, são eles: Eixo 1 planejamento e posicionamento de mercado; Eixo 2, qualificação profissional e produção associada; Eixo 3 infraestruturas turística; Eixo 4, produto turístico e eixo 5, promoção e apoio à comercialização, todos com foco em estratégias para o desenvolvimento local.

3.2. POTENCIALIDADES TURÍSTICAS DO CIRCUITO AGROTURISMO SLZ

O agroturismo emerge como uma prática que integra a atividade agrícola com o turismo, proporcionando aos visitantes experiências imersivas no ambiente rural, ao mesmo tempo em que oferece aos produtores rurais uma fonte adicional de renda e uma plataforma para a valorização de suas tradições culturais. Em outras palavras, o agroturismo é caracterizado por atividades que ocorrem prioritariamente dentro de propriedades rurais.

O Circuito Agroturismo SLZ, situado na Ilha Grande de São Luís – MA, reúne 11 propriedades rurais que oferecem experiências de turismo rural, integrando atividades agrícolas, culturais, lazer, produção e preservação ambiental.

O Sítio Cajueiro localizado no município de São José de Ribamar, é conhecido pela produção artesanal de doces de caju e derivados. Os visitantes podem participar de oficinas de culinária, aprender sobre o cultivo sustentável do caju e degustar produtos típicos da região. A propriedade também promove atividades educativas sobre a importância da agricultura familiar e da preservação ambiental (SEBRAE, 2023b).

A Ilha do Sururu está situada no município de Raposa, cujo principal atrativo turístico é conhecer o cotidiano das marisqueiras locais. Os visitantes podem embarcar em passeios náuticos, aprender sobre a coleta sustentável do sururu e degustar pratos típicos preparados com o molusco. A propriedade destaca-se pela luta e resistência feminina nos espaços de produção, além da valorização da cultura local e da promoção da pesca artesanal sustentável (SEBRAE, 2023b).

O viveiro pôr do sol, no município de Paço do Lumiar, caracteriza por ser um espaço dedicado à produção de mudas de plantas nativas e ornamentais. Os turistas podem participar de trilhas educativas, aprender sobre técnicas de cultivo sustentável e apreciar a diversidade de espécies vegetais. A propriedade também promove atividades de educação ambiental, incentivando a preservação da biodiversidade local (SEBRAE, 2023b).

Sol nascente apiário localizado em São José de Ribamar, a propriedade oferece aos visitantes a oportunidade de conhecer o processo de produção do mel e seus benefícios. Os turistas podem participar de visitas guiadas, aprender sobre apicultura e meliponicultora e degustar diferentes tipos de mel produzidos na propriedade. A propriedade destaca-se pela promoção da polinização e pela valorização dos produtos apícolas locai nos quais os produtos oriundos dessa propriedade já são comercializados no comercio local (SEBRAE, 2023b).

A vivenda orgânica em Paço do Lumiar, é um espaço dedicado à permacultura e à agroflorestal. A propriedade é conhecida localmente por proporcionar encontro com a natureza por meio de trilhas educativas além de aprender sobre práticas agrícolas sustentáveis e apreciar a diversidade de espécies cultivadas. A propriedade também promove atividades de educação ambiental, incentivando a preservação dos recursos naturais e a produção de alimentos orgânicos (SEBRAE, 2023b).

Aventura rural situada em São José de Ribamar, oferece experiências de turismo de aventura em meio à natureza. Os turistas podem participar de atividades como pesca, passeios a cavalo e degustação da culinária maranhense. A propriedade destaca-se pela integração entre lazer e educação ambiental, proporcionando uma vivência autêntica do meio rural (SEBRAE, 2023b).

O Haras 4 irmãos está localizado em Paço do Lumiar, oferece aos visitantes a oportunidade de participar de atividades como passeios a cavalo, tirolesa, pedalinho e pescaria. A propriedade conta ainda com uma fazendinha, na qual os turistas podem interagir com animais domésticos, e um restaurante que serve pratos típicos da culinária rural (SEBRAE, 2023b).

A Fazendinha Parque Raposa está situada no município de Raposa, oferece aos visitantes uma experiência gastronômica com a culinária maranhense. A propriedade conta com um parque aquático, piscina e playground para crianças, além de opções de hospedagem. A propriedade dispõe de infraestrutura que combina a rusticidade com espaço moderno além de diversas paisagens instagrameáveis (SEBRAE, 2023b).

Plantas Alberto localizado em Paço do Lumiar, a propriedade é especializada na produção de flores e plantas ornamentais. Os visitantes podem conhecer o cultivo de diversas espécies, aprender sobre técnicas de jardinagem e adquirir mudas para cultivo em casa. A propriedade destaca-se pela promoção da floricultura local e pela valorização da estética paisagística. (SEBRAE, 2023b).

A propriedade Sítio Pantanal situada em São José de Ribamar, é dedicado à produção de peixes de criatório. Os visitantes podem conhecer o processo de criação, participar de atividades de pesca e degustar pratos preparados com os peixes produzidos na propriedade. A propriedade se destaca pela promoção da piscicultura sustentável e pela valorização dos produtos locais. (SEBRAE, 2023b).

As Marisqueiras do Timbuba situada na Raposa, é mantida pela Associação das Marisqueiras que oferece aos turistas a oportunidade de embarcar em passeios náuticos nas margens do rio Timbuba. Os visitantes podem conhecer o cotidiano das marisqueiras, aprender sobre a coleta sustentável de mariscos e degustar pratos típicos preparados com os frutos do mar locais. A associação destaca-se pela valorização da cultura pesqueira e pela promoção da economia solidária (SEBRAE, 2023b).

Cada uma dessas onze propriedades oferece experiências que combinam produção, lazer, cultura, gastronomia e educação ambiental, proporcionando aos visitantes uma imersão no universo rural da Ilha Grande de São Luís (Figura 2). O Circuito Agroturismo SLZ contribui para o desenvolvimento sustentável da região, promove a valorização da cultura local, fortalece a economia rural e contribui para o desenvolvimento local.

Figura 2. Propriedades do Circuito Agroturismo SLZ e seus principais atrativos

Fonte: Compilado pelos autores a partir de SEBRAE (2023b).

De acordo com Alves, Pagliarussi e Aquino (2013) o agroturismo no Brasil começou a se consolidar no final da década de 1980, inspirado no modelo europeu de "agriturismo". Na Toscana-Itália, o agroturismo oferece aos visitantes a oportunidade de participar de oficinas sobre produção de azeite orgânico e vinicultura sustentável, além de promover atividades de reflorestamento.

Segundo RIMT (2020) no Brasil, iniciativas como o Hotel Fazenda Pedras Brancas, em Lages, Santa Catarina (1986), a Fazenda Carnielli (1987) e no Espírito Santo (1990, têm sido pioneiras na adaptação de propriedades rurais para receber turistas, contribuindo para a valorização da cultura local e o desenvolvimento sustentável.

Segundo Brasil (2023) a Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2475/23, que propõe a criação de uma Política Nacional de Incentivo ao Turismo Rural com o objetivo de fortalecer empreendimentos turísticos de base familiar e comunitária no meio rural, estimulando o desenvolvimento de atividades turísticas sustentáveis. Entre as diretrizes da política, podem ser citadas: o desenvolvimento de rotas turísticas regionais e trilhas de longo curso; capacitação técnica e formação de agricultores familiares, gestores públicos, empreendedores e comunidades locais; melhoria de estradas, trilhas e vias de acesso a atrativos rurais; valorização da cultura, das tradições e dos saberes populares rurais; dentre outros.

3.3. DESAFIO E PERSPECTIVAS PARA O CIRCUITO AGROTURISMO SLZ

Dentre os desafios e perspectivas para o Circuito Agroturismo SLZ na ilha de São Luís (MA), incluem as fragilidades estruturais e organizacionais comuns ao turismo rural em outras regiões do Brasil quanto as oportunidades que esse tipo de iniciativa repres enta

para o desenvolvimento sustentável regional. Quanto aos desafios incluem-se a estrutura deficiente, a capacitação profissional e técnica, baixa articulação institucional, falta de divulgação e promoção bem como a sazonalidade da demanda.

Quanto a infraestrutura, grande parte dos acessos são precárias e a falta de sinalização turística que limitam a chegada dos visitantes a esse local o que limita a expansão do circuito e a logística de escoamento de produtos locais. Quanto a capacidade pro fissional e técnica advém de que muitas dessas propriedades serem de base familiar, muitas delas tem pouca formação de gestão do turismo, hospitalidade e marketing. A baixa capacidade profissional dificulta os serviços e impacta na experiência turística.

A baixa articulação institucional leva a carência de políticas públicas integradas e de apoio continuo às atividades agroturísticas o que resulta na fraca articulação ente os municípios e os órgãos de fomentos o que pode gerar a descontinuidade das ações caso haja a fragilidade na governança do circuito.

A divulgação se torna um desafio a partir do momento que a promoção se torna um elemento chave para a visibilidade do circuito. A ausência de estratégias de marketing e de canais de divulgação em massa impedem a ampliação do fluxo turístico. E por fim a sazonalidade da demanda que é responsável pelo maior ou menor fluxo de turista na região que se concentram em feriados ou finais de semana provocando instabilidade econômica para os empreendedores e dificuldades no planejamento a longo prazo.

No início de implantação do circuito agroturismo SLZ idealizado pelo SEBRAE constituiu um desafio constante pela baixa articulação e inexistência efetiva da governança, o que muitas vezes chegou a ponto de se desistir da iniciativa. No entanto como a formação da Instância de governança de São Luís, há perspectivas promissoras para a iniciativas de forma

Para superar os desafios do circuito, a Instancia de Governança São Luís, formada pelo SEBRAE e pelas secretarias de turismo dos cinco municípios visam desenvolver uma série de ações, estratégias e metas para alavancar a iniciativa.

Dentre essas estratégias estão a inclusão do circuito nas políticas de governo dos municípios, a busca de parcerias público-privadas para manutenção de estradas e sinalização, programas de formação continuada em hospitalidade, marketing, gestão e sustentabilidade rural por meio de universidades e IFMA (instituto Federal do Maranhão) para projetos de extensão a certificações de boas práticas coordenadas por associações, criação de conselhos ou fóruns de turismo rural permanentes, pactuação de metas e indicadores entre os atores envolvidos, requalificação da identidade visual do circuito, gestão compartilhada, participação coordenada em feiras de turismo e roteiros e criação de rotas turísticas, criação de calendário turístico com festivais temáticos, eventos culturais e roteiros escolares, parcerias com escolas para o turismo pedagógico, inserção do circuito em plataformas de turismo científico e vivencial dentre outras ações.

A superação dos desafios enfrentados pelo Circuito Agroturismo SLZ por meio da Instancia de Governança São Luís por si só já constitui um desafio, no entanto, com um modelo colaborativo, integrado e territorialmente sensível, que articule os diversos atores envolvidos no turismo rural como os produtores, gestores públicos, iniciativa privada, entidades de fomento, sociedade civil e instituições de ensino, pesquisa e extensão esses desafios poderão ser superados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Circuito Agroturismo SLZ representa uma iniciativa promissora e estratégica de valorização do meio rural na Ilha Grande de São Luís – MA, ao articular experiências turísticas com a produção agrícola familiar, saberes tradicionais, práticas sustentáveis e a hospitalidade típica das comunidades locais, pois sua proposta, além do lazer, vem de encontro a uma alternativa para o desenvolvimento territorial sustentável, com potencial de gerar renda, preservar o meio ambiente e reforçar identidades culturais ameaçadas pela urbanização desordenada da região metropolitana.

O circuito enfrenta desafios significativos em termos de infraestrutura, qualificação técnica, visibilidade turística e articulação institucional. Essas limitações não são exclusivas da realidade maranhense, mas refletem um padrão estrutural do turismo rural brasileiro, que carece de políticas públicas consistentes e de uma governança efetiva, colaborativa e de base comunitária.

Nesse sentido, a superação desses desafios depende diretamente do fortalecimento da governança territorial, que deve ser pensada como um processo coletivo e dinâmico, pautado na gestão compartilhada dos recursos, no diálogo multissetorial e na corresponsabilidade dos atores envolvidos. Estruturas como fóruns, conselhos podem ser fundamentais para planejar, promover e monitorar o circuito, conectando produtores, gestores públicos, universidades e visitantes em uma rede de cooperação contínua.

As perspectivas para o Circuito Agroturismo SLZ são promissoras. A diversidade das experiências ofertadas, a valorização dos produtos locais, a vocação para o turismo pedagógico e ecológico, além do crescente interesse por práticas sustentáveis e vivências autênticas, posicionam o circuito como um exemplo inspirador de inovação social no campo do turismo rural brasileiro.

Consolidar esse modelo exige, acima de tudo, o reconhecimento do potencial transformador que o turismo rural possui quando articulado com justiça social, preservação ambiental e cultura viva. O SLZ Agroturismo não é apenas um destino – é um caminho para fortalecer o campo e transformar a relação entre cidade, natureza e tradição.

A governança no turismo rural deve ser entendida como um processo contínuo de negociação, planejamento e avaliação conjunta, promovido por uma rede de atores comprometidos com o desenvolvimento territorial. Com uma governança bem articulada pode haver a superação de dificuldades de modo a trazer boas perspectivas para o circuito agroturismo rural SLZ.

REFERÊNCIAS

[1] ALVES, Jazan Mageski.; PAGLIARUSSI, Marcelo Sanches; AQUINO, André Carlos Busanelli de. Trajetória institucional do agroturismo em uma colônia italiana. **Organizações Rurais & Agroindustriais,** v.15, n.2, 2013, pp. 235-252.

[2] BRASIL. **Projeto de lei nº 2475 de 2023. Dispõe sobre a política nacional de incentivo ao turismo rural.** Câmara dos deputados. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2361458 acesso em 21 de abr. de 2025.

[3] COSTA, Renata. **Gestão do Turismo Rural: Desafios e Perspectivas.** São Luís: Editora Maranhão, 2019.

[4] GAWELETA, E. B.; BILOTTA, P. Planejamento integrado do turismo rural sustentável e agricultura

familiar para promover o desenvolvimento regional: metas e ações. **Guaju: Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável**, *[S. l.]*, v. 8, 2022.

[5] GUZZATTI, T. C.; GELBCKE, D.L.; CAZELLA, A. A.; Interfaces do agroturismo com o enfoque da cesta de bens e serviços territoriais. **Desenvolvimento em Questão**, *[S. l.]*, v. 22, n. 61, p. e16031, 2024.

[6] IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades e Estados.* Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados. Acesso em: mai. 2024.

[7] MENDES, João. **Agroturismo no Brasil: Estratégias e Práticas Sustentáveis.** Brasília: Editora Nacional, 2018.

[8] MORAES, E. A. de; MENDONÇA, T. C. de M. Turismo de Base Comunitária no Brasil: pistas para conhecer, intervir e construir caminhos possíveis. **Revista Latino-Americana de Turismologia**, *[S. l.]*, v. 10, n. Regular, 2024.

[9] ORTEGA-PEREZ, L.; POLANCO, M.E.C.; TAVERAS, J.M. Gestión de proyectos aplicados al desarrollo sostenible en países en vías de desarrolloUn análisis de las actitudes y apoyo al desarrollo del (agro)turismo. In. MARTIN, A. M.; (coord). **Nuevas dimensiones de cambio en el panorama turístico actual**. Salvador Moral Cuadra, 2025, págs. 349-357.

[10] RIMT. Rede de Inteligência do Mercado do turismo. Boletim de inteligência de mercado no turismo. **Experiencias do Turismo Rural.** 7ª ed. 2020. Disponível em: https://www.institutobrasilrural.org.br/download/20201222082413.pdf aceso em 21 de abr de 2025.

[11] SEBRAE. **Sebrae lança iniciativa para desenvolver e fortalecer setor do Agroturismo em São Luís.** Maranhão Hoje, 2023a. Disponível em: https://maranhaohoje.com/sebrae-lanca-iniciativa-para-desenvolver-e-fortalecer-setor-do-agroturismo-em-sao-luis/. Acesso em: 29 abr. 2025.

[12] SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio Às Micro e Pequenas empresas do Maranhão. **Circuito agroturismo SLZ**. SEBRAE: São Luiz, 2023b.

[13] SILVA, Ana. **Turismo Rural e Sustentabilidade: Teorias e Práticas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020.

[14] SOUZA, Carlos. Metodologia da Pesquisa em Turismo. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

[15] ZANDONADI, B. M.; FREIRE, A. L. O. Agroturismo: cultura e identidade agregando renda no espaço rural. **Revista de Turismo Contemporâneo**, *[S. l.]*, v. 4, n. 1, 2016.

Capítulo 2

Registros da Casa Anísio Brito: Edifício Art Déco em Teresina – PI

Maria Betânia Guerra Negreiros Furtado
Camilla Leal Brito

Resumo: O presente artigo aborda o Art Déco em Teresina, Piauí, através de registros do edifício Casa Anísio Brito; uma edificação erguida no período Vargas que abriga hoje o acervo do arquivo público estadual. Datado do início do século XIX, com planta cujo partido se volta a forma das antigas residências coloniais piauiense, o edifício de característica Art Déco foi erguido com materiais contemporâneos e características do movimento como a platibanda e a geometrização, na expressividade das linhas de fachada. A construção de dois pisos, inserida no núcleo antigo da cidade conserva suas características primeiras trazendo equilíbrio ao conjunto antigo construído do qual é parte. Desta feita, a pesquisa, que objetiva contribuir com a preservação do patrimônio arquitetônico edificado teresinense busca no resgate históricos do edifício contribuir com a preservação patrimonial através da documentação, trazendo o Art Decó como modelo de arquitetura que contribuiu para a formação da história patrimonial da cidade. Se busca resgatar, no estudo especificidades de uma edificação de relevância histórico-cultural que teve no seu acervo e na sua própria materialidade as principais fonte de pesquisa.

Palavras-chave: Art Déco, Preservação patrimonial, Teresina.

1. INTRODUÇÃO

O movimento Art Déco surgiu na França do século XIX, em meados dos anos 20, através da Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais Modernas, realizada em 1925, a exposição pretendia ser a grande celebração à modernidade que estava adentrando a época (Castro, 2018). É preciso levar em conta o contexto histórico do surgimento do Art Déco para entender sua caracterização, seu marco acontece entre as duas guerras, sofreu influência do período de revolução no qual surgem novos ideais e tecnologias, refletindo em sua estética características da industrialização e rápido desenvolvimento global, assim como é mencionado por Correia T. de B. (2008) quando fala da relação da inspiração do art déco nos maquinários da época.

O Art Déco chega rapidamente no resto do mundo na década de 1930, período em que o avanço tecnológico traz consigo os ideais modernos, dispensando a ornamentação excessiva, substituindo-as por fachadas de linhas retas, com menos adereços, onde os ainda presentes agora ganham formas geométricas, remetendo a uma maior elegância e tecnologia, pois relembravam os avanços das cidades, os materiais de qualidade dificultavam sua reprodução e mantinham a exclusividade. O estilo traz uma estética sofisticada e, carregado do espírito de modernidade, torna-se símbolo de período (Iglesias, 2008).

No Brasil, o Art Déco adentra ainda na mesma década – 1930, momento em que se iniciava a "Era Vargas". Foi quando, acompanhando a onda de modernidade presente no momento, o governo buscou mostrar avanço e tecnologia através de construções inovadoras que refletissem no desenvolvimento das cidades. O Art Déco então surge como um movimento inovador, sendo logo utilizado como ferramenta para demarcar o início dessa nova era da industrialização. Porém, por ser visto como um estilo que demandava maiores custos, dependente de tecnologias inovadoras, ficou mais restrito a edifícios públicos, vistos então como símbolos de desenvolvimento e modernização, como é o caso do edifício a ser analisado neste trabalho.

O Art Déco é visto no Brasil como um movimento que ocorreu na passagem do ecletismo para o modernismo, como discorrido por Telma de Barros Correia:

> [...] Nada marcou mais o cenário arquitetônico das cidades brasileiras entre as décadas de 1930 e 1940 que a arquitetura de tendências art déco, que se mostrou capaz de colocar-se como expressão de modernidade, posição que seria ocupada na década seguinte pela arquitetura moderna. Em construções novas ou em fachadas reformadas, a linguagem déco foi, durante aquelas duas décadas, a expressão de renovação da arquitetura de maior alcance junto a diferentes segmentos da população. A justificativa, mobilizada em 1932, para a escolha do estilo para uma biblioteca municipal no Rio de Janeiro, em substituição a um projeto anterior de viés eclético, evidencia tal capacidade desempenhada, na ocasião, pelo Art déco, de traduzir modernidade arquitetônica e progressismo administrativo (Correia, 2008, p 52).

Percebe-se que, em análise, o Art Déco é a simplificação arquitetônica que marca a chegada da modernidade, embora ainda utilize ornamentação, ela é mais simples e moderna, caminhando gradualmente em direção ao modernismo. Por isso, essa manifestação é conhecida como "arquitetura de transição". Essa transição dificulta a documentação do movimento, já que não há um período exato em que o Art Déco se tornou uma vertente

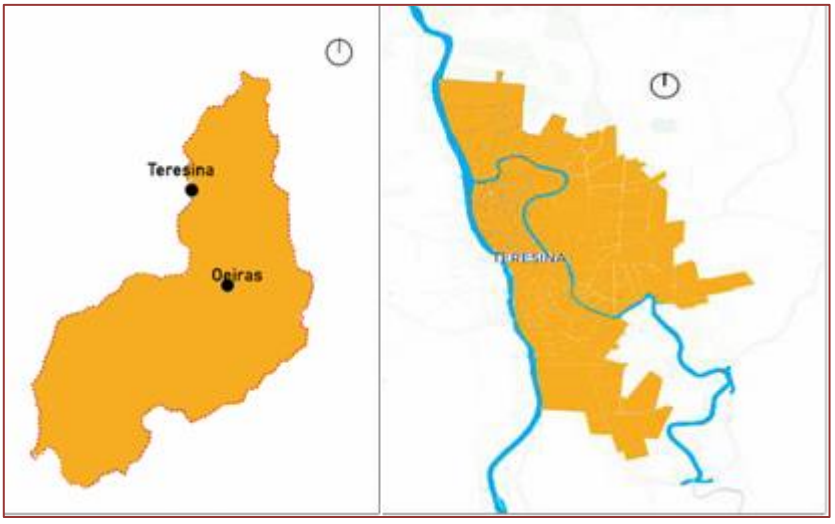
da arquitetura, por muito tempo suas características fizeram parte de monumentos ecléticos até a consolidação do modernismo. No Brasil, por exemplo, o Art Déco recebeu termos como "tardo-ecletismo ou proto moderno", o que dificultou sua documentação, pois ainda era confundido com os movimentos do ecletismo e modernismo nos registros históricos (Castro, 2018). Isso se justifica, pois, como dito por Castro sobre o Art Déco: "não se trata de uma arquitetura que se desenvolveu depois do eclético e antes do moderno, mas sim, de forma simultânea e paralela a estas outras manifestações".

É perceptível a necessidade da preservação e documentação do acervo histórico do movimento Art Déco, especialmente no Brasil, como foi visto, seu estudo ainda é recente e pouco documentado. O artigo tem como objetivo apresentar as características e o contexto do movimento Art Déco na cidade de Teresina-PI, por meio do estudo de uma das principais edificações do movimento na cidade, o arquivo público do Piauí. O edifício é responsável por resguardar os documentos importantes que contam a história da cidade e auxiliam os pesquisadores, seu funcionamento como acervo, museu histórico e espaço para pesquisas trazem à tona a importância do ato de preservar.

2. O CONTEXTO EM TERESINA – PI

Teresina, atual capital piauiense, fundada em meados do século XIX surgiu para substituir a até então capital do estado, a cidade de Oeiras, situada na região central do Piauí e que por assim ser, entendia-se não possuir localização estratégica em termos de desenvolvimento (Figura 1). A região escolhida para a nova capital – entre dois rios – propiciava principalmente a navegação, fato determinante no período para impulsionar o intercâmbio comercial e a consequente comunicação entre regiões que poderiam impulsionar o crescimento do estado.

Figura 1: Localização de Teresina e Oeiras no Piauí



Fonte: Carto Mapas-Agenda 2030. Adaptações Camila Leal (2024).

Projetou-se, assim, na nova capital o ideário do progresso almejado na transferência, como dito por Figueiredo em 2023:

> [...] A perspectiva da modernização sempre foi um princípio atrelado à história teresinense, uma vez que Teresina foi instituída no século XIX com a incumbência de se adequar ao ideário de progresso almejado, e impulsionar o desenvolvimento da província, o que não vinha sendo alcançado pela então capital Oeiras (Figueiredo, 2023, p. 09).

Teresina é fruto do planejamento. Possui desenho regular, com características que podem ser comparadas aos traçados portugueses onde os "critérios de localização e de escolha do sítio... se articulam com as características físicas e ambientais." (Teixeira, 2012, p. 39). Como nasceu capital, possuidora de funções que abarcavam questões comerciais, administrativas, políticas dentre outras, seu sítio foi escolhido considerando características que contribuíssem às funções que a urbe desempenharia. Assim, na escolha do seu sítio as condições físicas a exemplo da topografia, abastecimento d'agua e salubridade foram fatores decisivos.

> [...] foi escolhida uma área à margem do Rio Parnaíba, com cota acima do nível do rio, mais elevada que a da região de confluência dos rios Parnaíba e Poti, onde se situava a vila do Poti. (Alencastre, 1857).

De início destacaram-se as construções coloniais de base lusitana que adaptadas ao clima local tornavam a arquitetura nordestina única, porém, foi no período regencial, até início do século XX, que essa arquitetura ganhou novas tendências, ainda que a influência dos tempos coloniais permanecesse na implantação, setorização e sistemas construtivos (Silva Filho, 2007).

Teresina, nascida em pleno ecletismo acompanhou a evolução arquitetônica que o país experimentava e naturalmente outras linguagens foram surgindo, entre elas o Art Déco, onde as linhas geométricas, a platibanda, o jogo de recuos mostrava que a arquitetura caminhava junto com o tempo. Vários exemplares no mesmo estilo foram aparecendo, mostrando o ar de modernidade que a cidade experimentava. O período marcava o início da industrialização da capital, iniciado na primeira metade do século XX. É quando o Art Deco surge com um repertório novo, principalmente em edifícios comerciais, cinemas, prédios e monumentos públicos (Silva Filho, 2007). São exemplos do período (Figura 2): A casa Anísio Brito (1941), o Cine Rex (1939) e o edifício do Liceu Piauiense (1934) respectivamente.

Figura 2: Da esquerda para direita: Casa Anísio Brito, Cine Rex, Liceu Piauiense

Fonte: Acervo Camila Leal, 2024; Lucas Dias/GP1,2018.

Observa-se que os exemplares mencionados, a exemplo do que acontecia no restante do país são datados da "Era Vargas", quando o Piauí foi governado por Leônidas Melo (1935-1945) cujo governo foi marcado por uma política de caráter progressista e de industrialização. Surgiram no período os grandes projetos de cunho institucional, a exemplo da ponte metálica, equipamento projetado para fazer a ligação direta entre os estados do Piauí e Maranhão, e o hospital Getúlio Vargas – HGV (Figura 3), edifício de linguagem Art Déco, inaugurado no ano de 1941, um marco para o sistema hospitalar da região e símbolo do Estado Novo, "[...] levando a inserção da capital como polo regional de saúde pública e privada." (Moura, 2013, p. 83).

Figura 3: Hospital Getúlio Vargas

Fonte: ALEPI – Assembleia Legislativa do Piauí, 2023.

Outros marcos que propiciaram desenvolvimento à capital (Melo, 2009). Alguns novos edifícios públicos tentaram passar essa ideia de progresso e inovação através de novas tendências arquitetônicas, perceptíveis principalmente nas fachadas, a exemplo da Casa Anísio Brito, que trouxe o Art Déco para sua fachada, marcada por linhas retas e formas geométricas simples.

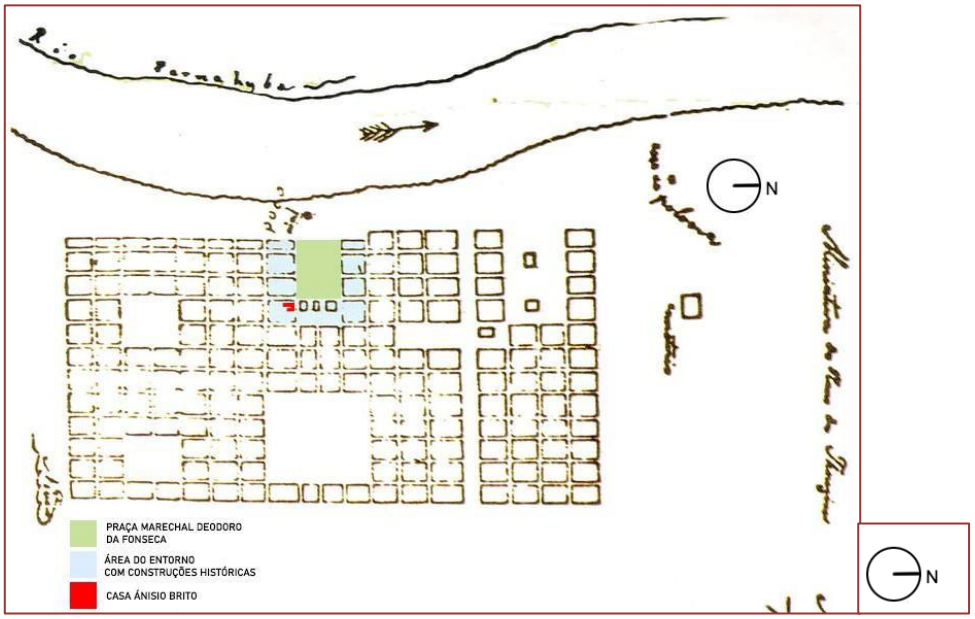
3. A CASA ANÍSIO BRITO – ESPECIFICIDADES

Com paredes espessas, cuja largura varia entre 40cm e 50cm, e fazendo uso do tijolo maciço de uma vez, o edifício foi projetado para suportar o considerável peso dos acervos a que se propunha. As aberturas estrategicamente posicionadas permitem a fácil circulação entre os ambientes proporcionando diversas possibilidades de uso do espaço.

O edifício é parte do núcleo antigo de Teresina. Encontra-se localizado nas proximidades do marco zero da cidade, fazendo parte do primeiro traçado idealizado para a nova capital, cujo desenho tem origens na cidade colonial portuguesa (Silva, 2012). Seu entorno é composto por edificações históricas a exemplo da igreja do Amparo, a primeira a ser erguida em Teresina, ainda em 1851, antes da inauguração da capital (Freitas, 2020). Encontra-se também nas proximidades da praça Marechal Deodoro, antes denominada praça da Constituição, núcleo central do primeiro traçado (Figura 4).

É neste conjunto que se encontra a Casa Anísio Brito. Cercada por construções antigas e edifícios que marcaram a história da cidade. Destaca-se por suas linhas geométricas que contrastam com o entorno, composto por edificações neocoloniais, e ecléticas, sem contudo, destoar do conjunto edificado, em escala ou materiais construtivos, mantendo a unidade, quase que numa fusão com o ecletismo predominante do seu entorno.

Figura 4: Localização da casa Anísio Brito. Imagem do primeiro traçado de Teresina datado de 1852 onde pode ser vista a praça Marechal Deodoro da Fonseca, núcleo central do traçado e entorno marcado pela presença de edificações históricas



Fonte: Silva Filho (2007). Adaptações Camilla Leal (2024).

A casa Anísio Brito foi edificada conforme as estruturas de quarteirão adotadas no urbanismo colonial brasileiro que tem origem portuguesa, onde os edifícios eram assentados nos alinhamentos dos lotes, sem recuos frontal e laterais. Trata-se de uma tipologia onde o quarteirão assume uma forma retangular ou quadrada, com lotes "[...] virados para as quatro faces" (Teixeira, 2012, p. 88). No caso em análise, o edifício ocupa um lote em esquina de quadra, de forma que duas de suas fachadas encontram-se voltadas para os passeios das ruas à frente. Tais características eram comuns na capital piauiense, tratava-se de uma tipologia de implantação parte do desenho urbano adotado e que persistiu por um longo período, principalmente na parte mais antiga e primeira da cidade. Conforme afirma Reis:

> [...] Pode-se afirmar com segurança que durante o período colonial a arquitetura residencial urbana estava baseada em um tipo de lote com características bastante definidas. Aproveitando as antigas tradições urbanísticas de Portugal, nossas vilas e cidades apresentavam ruas de aspecto uniforme, com residências construídas sobre o alinhamento das vias públicas e paredes laterais sobre os limites dos terrenos. Não havia meio-termo; as casas eram urbanas ou rurais, não se concebendo casas urbanas recuadas com jardins. (Reis, 1970, p. 22).

Seu partido em forma em 'U" permitiu a otimização do espaço interno do lote, propiciando o surgimento de um generoso pátio interno, característica da arquitetura luso-brasileira (Furtado, 2023). No mais, observa-se que ao se alinhar com o lote, o edifício contribui para a harmonia visual do entorno ao se igualar em altura e alinhamento aos demais edifícios circundantes. Ainda sobre a implantação vale ressaltar um outro detalhe adotado na capital pelos construtores do período, quando se tratava de edificações em lotes em esquina de quadra. Era comum, no encontro das duas fachadas externas, a adoção não do ângulo reto, mas de um chanfro a 45º (Figuras 5 e 9). Este tipo de solução trazia de positivo contribuir com a visibilidade dos cruzamentos, considerando que as ruas projetadas no período possuíam uma calha estreita já que foram idealizadas em um período em que o tráfico automotivo não era significativo (Silva, 2007).

Figura 5: Casa Anísio Brito. Fachada Norte e implantação no lote

Fonte: Google, julho de 2025.

Edificado em 1941 para abrigar o arquivo piauiense e sua biblioteca, terminou por receber também o acervo do museu histórico (Figura 6).

Figura 6: Casa Anísio Brito/Arquivo Público do Piauí: plantas baixas e layout (desde 1980)

Fonte: Acervo da casa Anisio Brito, adaptado por Camilla Brito, 2025.

Com o tempo, porém, o espaço tornou-se pequeno, o que ocasionou um desmembramento de funções. O acervo do museu histórico foi remanejado para um outro edifício, deixando o espaço reservado somente para a acomodação do material pertencente ao arquivo e sua biblioteca. Esta nova restruturação ocorreu no ano de 1980, período que a edificação sofreu adaptações na planta, porém os ambientes amplos e estruturados permitiram a flexibilização dos espaços de forma a favorecer a circulação fato que facilitou as adaptações de uso, sem perda na forma ou do fluxo.

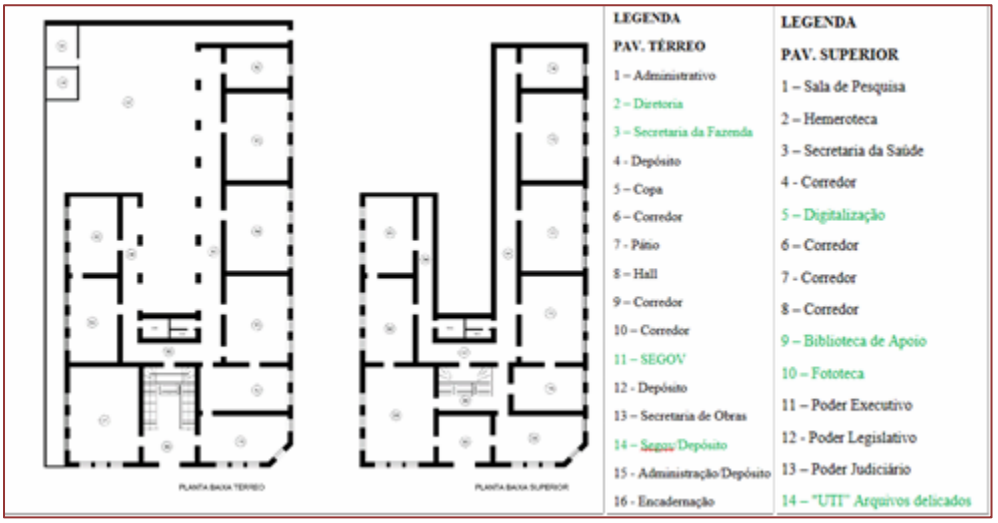
Ao analisar a planta percebe-se que a configuração espacial do edifício foi pensada para que o visitante fosse direcionado aos espaços de forma intuitiva e fácil. O hall destaca-se logo na entrada, precedendo uma escada de dois lanços que conduz ao setor administrativo, e a sala de exposições. Os banheiros se encontram em área mais privativa próximos, porém, aos demais ambientes que compõem o térreo. Estes espaços se abrem através de esquadrias para o pátio interno transformado em uma área de contemplação. A leitura que se faz do piso superior é de um espaço mais reservado, onde se encontram a direção, a sala de pesquisa, a biblioteca de apoio, hemeroteca entre outras salas que abrigam os acervos. Lá podem ser encontrados documentos datados do início da formação da Província, como informado pelo próprio Arquivo sobre suas funções:

> [...] Portanto, dentre as obrigações do arquivo público, a sua legislação ressalta que uma das mais significativas é: receber e conservar debaixo de classificação sistemática todos os documentos concernentes ao Direito Público, á Legislação, a Administração, á História e Geografia, às manifestações de movimentos científicos, literário e artístico do estado do Piauí. (Fundac, 2008, p. 05).

Como citado, hoje o edifício possui um novo programa, adaptado às suas funções atuais. Espaços sofreram pequenas adaptações a mudanças de usos, que resultou na configuração de planta, abaixo apresentada (Figura 7). Estes registros se fazem necessário

para que se construa, sem perdas, a história do edifício. Ressalta-se, porém que o edifício possui o mesmo uso a que foi edificado e permanece desde então aberto ao público, servindo à sociedade como espaço construído, desempenhando sua função social. É sabido que este fato é responsável pela longevidade positiva de uma edificação (Lemos, 1981).

Figura 7: Casa Anísio Brito ou Arquivo Público: do Piauí: layout (2025) apresentando adaptações a novos usos



Fonte: Acervo do Arquivo adaptado por Camilla Brito, 2025.

4. DETALHES E MATERIAIS CONSTRUTIVOS

A Casa Anísio Brito foi projetada pelo engenheiro Cícero Ferraz, piauiense, autor de outras obras públicas do período. Exemplifica a influência do Art Déco na cidade de Teresina, junto com outros edifícios acima citados, a exemplo do hospital Getúlio Vargas – HGV (Figura 3), também de autoria de Cicero Ferraz (Figueiredo, 2023). Como observado, as construções Art Déco no país frequentemente empregavam materiais regionais e cores contrastantes, caso do edifício em análise. Construído em concreto armado, paredes espessas de tijolo maciço, o prédio foi concebido para suportar as demandas funcionais do arquivo, museu e biblioteca presentes em seu programa arquitetônico.

As elevações da casa Anísio Brito respondem pelo impacto visual imediato que o caracteriza como exemplo do Art Déco visto que, no Brasil o movimento foi mais trabalhado em termos de fachadas, fazendo uso de materiais regionais (Bayer, 1994). Suas fachadas se caracterizam por possuírem elementos decorativos que contrastam pelo uso da cor e desenhos geometrizados que fazem uso de materiais regionais (Figura 8). Diferentemente do Art Deco europeu, o Brasil do século início do século XX não possuía ainda uma indústria que suprisse satisfatoriamente todo o mercado interno em termos de materiais construtivos. A solução foi a utilização alternativa de materiais que substituíssem com qualidade e prontidão produtos até então de difícil cesso em determinadas regiões, desta forma é que alguns elementos terminaram por ser utilizados como substitutos terminando por se tornaram característicos do Art Deco Brasileiro (UNES, 2001).

Na análise da fachada Norte (Figura 8) vê-se que tanto a simetria como o ritmo foram elementos utilizados que contribuíram no equilíbrio da composição. Trata-se, pois, de um volume, cuja altura conversa com os demais edifícios do entrono, contribuindo com a harmonia do conjunto edificado. Possui ainda a fachada em análise um jogo de entre planos que faz com que se crie um movimento, colocando em destaque uma sacada de gradil, marcado pela verticalidade do guarda-corpo. No mais, frisos em gesso percorrem horizontalmente toda a extensão da composição. A cor também foi utilizada como elemento de contraponto, intensificando o jogo de planos ali presentes. O Art Déco abandona o beiral e como bem coloca Unes:

> [...] Sacadas e balcões não apenas constituem-se em importantes elementos de composição volumétrica, mas também adquirem características decorativas na fachada, tornando-se parte praticamente indispensável do edifício *déco* (UNES, 2001, p. 42).

Figura 8: Casa Anísio Brito: Estudo da fachada Norte

Fonte: Camilla Brito, 2025.

A Casa Anísio Brito é um belo exemplo de arquitetura que surge da função e se harmoniza com a forma tornando cada uma das suas características funcionais em um marco da sua arquitetura. O charme do chanfrado persiste em outras edificações posteriores a esse período, não mais como uma solução funcional, mas sim como um elemento estilístico que reflete uma tendência passageira na forma arquitetônica (Silva, 2007).

Figura 9: Fachada Norte da Casa Anísio Brito. Destaque para a sacada da entrada e o chanfro entre as elevações Norte e Oeste

Fonte: Acervo Camila Leal, 2024.

Os pisos, predominantemente em ladrilho hidráulico, marcam a tendência do período. Possuem paginações variadas em cor, formas e tamanhos. Vão das pequenas pastilhas aos ladrilhos em formatos hexagonais e retangulares, que permitiam composições ricas e detalhadas, parte importante dos detalhes construtivos componentes dos edifícios do período quando se reservava mais labor aos ornatos que terminavam por propiciar mais beleza e elegância aos ambientes. Difere, porém, do que comumente era usado no Art Deco, quando informações, como nomes e datas, geralmente eram colocados nas fachadas, em caixa alta, como parte da composição (UNES,2001).

Figura10: Variações de ladrilhos e pastilhas encontrados na Casa Anísio Brito

Acervo Camila Leal, 2025.

A geometria das linhas retas também aparece nas esquadrias majoritariamente em madeira e do vidro. São desenhos por vezes ainda fazendo uso da bandeira fixa em vidro ou estilo veneziana, referências do estilo colonial e eclético. O ferro surge como uma inovação tímida na portada do hall de entrada, uma alusão aos novos materiais.

Figura 11: Esquadrias do edifício. A direita janela da fachada oeste e portada do hall do acesso principal

Acervo Camila Leal, 2025.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do edifício faz compreender a importância da documentação. A casa Anísio Brito e saus características Art Déco traz um pedaço da história da arquitetura da cidade em um período de transição para a modernidade. Sua materialidade é exemplo de como técnicas, como o uso do concreto armado, do gesso, foram trabalhadas no Piauí, pouco antes do período da produção em massa dos elementos pré-moldados que deram início ao período contemporâneo.

Torna-se evidente que o uso é preponderante para a longevidade da obra, a conservação e a sobrevivência do patrimônio edificado. Manter o edifício em uso garante não somente sua preservação, mas demonstra a importância de sua permanência para o contexto sociocultural do estado. O Arquivo Público do Piauí já é um espaço de memória, guarda um acervo que responde por parte da história do povo piauiense, e nada mais simbólico que a casa que o abriga, que também é parte e testemunho desta história seja preservada em todos os seus aspectos.

REFERÊNCIAS

[1] BAYER, P. **Art deco archictecture**. Londres: Thames and Hudson, 1994.

[2] D'ALENCASTRE, José Martins Pereira. Memória chronológica, histórica e corografhica da Província do Piauhi. **Revista do Instituto Geográphico e Histórico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. XX, p. 5-165, 1º trimestre de 1857.

[3] FIGUEIREDO, Camila Soares de. **Arquitetura, cidade e modernidade: a obra do engenheiro Cícero Ferraz em Teresina, Piauí (1930 – 1950).** Dissertação. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo e Design) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, p. 184. 2023.

[4] FREITAS, Clodoaldo. **História de Teresina**. São Paulo: Mentes Abertas, 2020.

[5] FUNDAC-PI. TERESINA-MUSEU DO PIAUÍ. Em **rede** https://www.ipatrimonio.org/teresina-museu-do-piaui. Acesso em 15 de dezembro de 2023.

[6] FURTADO, Maria Betânia Guerra. N. *Casa do Barão de Gurguéia em Teresina – PI: análise tipológica e considerações acerca do edifício*. **Arquitetura e Lugar**. Campina Grande, v. 1, n. 3, p. 86 – 95, setembro, 2023. Disponível em: htt ps: // r evist as. edit ora. ufcg.edu.br / index. php/ar ql/issue/ view/ 37 . Acesso em: 15 dez.2023.

[7] MOURA, Ieda. O hospital Getúlio Vargas em Teresina, in: AFONSO, Alcília. **Documentação da Arquitetura.** Timon- MA: Editora Gráfica Aliança, 2023. p. 77 – 101.

[8] SILVA FILHO, Olavo P. **Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauhy**. Belo Horizonte: edição do autor, 2007.

[9] SILVA, Angela Maria N. B. Planejamento e fundação da primeira cidade no Brasil Império. **Cadernos PROARQ, nº 18.** Rio de Janeiro – RJ: Programa de Pós-graduação em Arquitetura / UFRJ, 2012. p. 217 – 234.

[10] TEIXEIRA. Manuel C. **A forma da cidade de origem portuguesa**. São Paulo. Editora Unesp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 20212.

[11] UNES, Wolney. **Identidade Art Déco em Goiânia**. São Paulo, Ateliê Editorial; Goiania, Ed. Da UFG, 2001

Capítulo 3

Relações entre processos transdiagnósticos e a terapia cognitivo-comportamental

Isadora Ribas Strojarki
Dawid da Silva Vargas

Resumo: Ao analisar os manuais que listam as psicopatologias já exploradas e catalogadas, observa-se que vários transtornos psíquicos apresentam alguns sintomas iguais como critérios diagnósticos. Nesse contexto, o transdiagnóstico torna-se um tema que tem ganhado força nos últimos anos em espaços científicos, sendo explorado em estudos relacionados à saúde mental. Dessa forma, este estudo busca analisar uma possível correlação entre novos modelos transdiagnósticos e a prática da psicologia baseada em evidências em sua forma mais usual: a Terapia Cognitivo-Comportamental. Tem-se como objetivo geral desta pesquisa investigar a literatura científica acerca da possível associação frutífera entre essas práticas. Este estudo trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa da literatura, sendo sua seleção conduzida através da pesquisa nas plataformas *SciELO*, *Pepsic* e *Google* Acadêmico descritores: "transdiagnóstico" e "terapia cognitivo-comportamental", separadas pelo operador booleano "and", indicando sua conjunção. Foram selecionados 12 artigos para compor o estudo. No decorrer da apresentação dos resultados e discussão, pode-se perceber que a interseção entre o Modelo Transdiagnóstico e a Terapia Cognitivo-Comportamental destaca grande potencial para aprimorar a prática clínica, promovendo uma abordagem ativa e direcionada na terapia. Esta colaboração não apenas amplia a compreensão das complexidades humanas, mas também delineia um caminho claro para intervenções clínicas mais eficazes, ancoradas em evidências sólidas e orientadas para resultados mensuráveis. No entanto, o estudo destaca desafios, incluindo a escassez de publicações detalhadas sobre o tema e a necessidade de investigações mais aprofundadas devido à novidade do objeto de estudo no meio acadêmico.

Palavras-chave: transdiagnóstico, terapia cognitivo-comportamental, evidências científicas.

1. INTRODUÇÃO

Ao analisar os manuais que listam as psicopatologias já descritas, observa-se que vários transtornos psíquicos apresentam alguns sintomas iguais como critérios diagnósticos (Haas, 2022). Nesse contexto, o transdiagnóstico torna-se um tema que tem ganhado força nos últimos anos em espaços científicos, sendo explorado em estudos relacionados à saúde mental (Silva, 2016). Dessa forma, este estudo busca analisar uma possível correlação entre novos modelos transdiagnósticos e a prática da psicologia baseada em evidências na sua forma mais usual: através da Terapia Cognitivo-Comportamental.

Sob o prisma dessas percepções, aparecem, como hipóteses iniciais desta pesquisa, que o transdiagnóstico é um componente inovador no cenário da atividade psicoterapêutica, sendo fundamental seu desenvolvimento para estabelecimento de uma prática mais funcional ao paciente. Outra hipótese seria que este modelo chega não para substituir as práticas existentes, mas pode colaborar com elas e aperfeiçoar as linhas de tratamento psicológico.

Tem-se como objetivo geral desta pesquisa investigar a literatura científica acerca da possível associação frutífera entre modelos transdiagnósticos e a Terapia Cognitivo-Comportamental. Nesse contexto, os objetivos específicos são direcionados a explorar aspectos do transdiagnóstico no que tange o possível estadiamento transdiagnóstico em psicopatologia, perspectivas do ponto de vista dos pesquisadores e psicoterapeutas, além da aplicabilidade desses modelos em contextos não necessariamente clínicos, sendo esses relacionados à prática de grupos terapêuticos.

Diversos fatores referentes ao transdiagnótico já foram explorados pela literatura científica, principalmente relacionados à sua usabilidade, tanto no âmbito da prevenção, quanto do tratamento (Silva, 2016). Entretanto, por ser um campo de estudo considerado novo no cenário dos tratamentos psicológicos, existem diversos fatores que ainda precisam ser mais explorados e aprofundados, como por exemplo, a listagem de transtornos que esses modelos abrangem (Silva, 2016).

Assim sendo, este estudo discorreu a respeito de temáticas que mapeiam as principais inferências disponíveis sobre o tema, para o entendimento geral do conteúdo, analisando fatores do estadiamento transdiagnóstico, a ideia geral dos profissionais sob o olhar do transdiagnóstico, o possível benefício do uso em grupos terapêuticos e trouxe a reflexão acerca da possível integração ou não da psicoterapia transdiagnóstica e a Terapia cognitivo-comportamental.

2. MÉTODO

Este estudo trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa da literatura, a qual foi elaborada por meio de fontes pré-existentes, como artigos e publicações científicas, pois esses materiais oferecem uma compreensão abrangente e atualizada de várias questões ao longo de diferentes períodos de tempo (Rother, 2007).

A seleção foi conduzida através de uma pesquisa nas plataformas SciELO, Pepsic e Google Acadêmico. Foram consultados materiais disponíveis online, abrangendo todas as épocas de publicação, sendo que esse método foi adotado para garantir a inclusão de um maior número de artigos no estudo.

Os descritores utilizados foram: “transdiagnóstico” e “terapia cognitivo-comportamental”, separadas pelo operador booleano “and”, indicando sua conjunção. Os critérios de

inclusão foram: artigos que discorriam acerca do transdiagnóstico, como possível intervenção para o tratamento de psicopatologias e, também, os que relacionavam este com a Terapia Cognitivo-Comportamental. Todos os artigos que não se encaixaram nestes critérios foram excluídos da pesquisa. Com isso, houve 12 artigos para compor o estudo.

Nesse processo, os materiais escolhidos foram submetidos a uma análise de conteúdo, na qual envolveu um conjunto de etapas com a seguinte sequência: a primeira seleção deu-se através da leitura dos resumos dos artigos e, em seguida, a segunda seleção através da leitura flutuante dos materiais selecionados, ocasionando na delimitação do material escolhido para compor a análise.

Neste momento, ocorreu também a formulação das hipóteses que nortearam a pesquisa. Na fase posterior, o material foi explorado, com a realização de recortes em unidades de contexto e de registro. Por fim, a última fase do processo envolveu a análise dos materiais, desdobramento dos resultados e a realização de inferências a respeito deles.

A discussão foi estruturada em dois principais eixos: (1º) avaliação da eficácia dos protocolos transdiagnósticos; (2º) possíveis conexões desses protocolos com a Terapia Cognitivo-Comportamental. O primeiro eixo apresenta a interpretação de resultados acerca das evidências dos protocolos transdiagnósticos. O segundo eixo expõe considerações a respeito da prática dos protocolos transdiagnósticos associados à clínica Cognitivo-Comportamental.

3. RESULTADOS

Para compreender os sintomas visíveis e latentes dos distúrbios mentais e possíveis prejuízos que acompanham essas condições, é crucial analisar um elemento específico na psicopatologia: a identificação clínica ou, em outros termos, o psicodiagnóstico (Haas, 2022).

As classificações atuais, como o DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) e o CID (Classificação Internacional de Doenças) oferecem um padrão global para diagnóstico. Isso tem aprimorado a consistência entre avaliadores, facilitando a comunicação entre profissionais de saúde e permitido estimativas mais precisas sobre a frequência, utilização de serviços e eficácia dos tratamentos para distúrbios mentais (Haas, 2022).

Entretanto, segundo Haas (2022), no âmbito acadêmico e científico, possíveis limitações associadas ao uso de manuais de psicodiagnóstico têm sido debatidas, como a observação de que certos sinais e sintomas especificados, como critérios diagnósticos no DSM e CID não são exclusivos a uma condição psicopatológica, mas podendo ocorrer em vários transtornos mentais.

Como exemplo, têm-se a insônia, alterações psicomotoras, anedonia, ansiedade, irritabilidade, distração, entre outros, dos quais são manifestações que podem ser encontradas em diferentes categorias diagnósticas (Borsboom et al., 2011). Dentro dessa perspectiva, nota-se também que os distúrbios mentais não exibem fronteiras claramente definidas entre eles, mostrando taxas significativas de comorbidade, o que levou à concepção de que a coexistência de múltiplos transtornos seria mais comum do que uma ocorrência excepcional (Haas, 2022).

3.1. ESTADIAMENTO TRANSDIAGNÓSTICO EM PSICOPATOLOGIA

As categorias dos diagnósticos psiquiátricos, que se baseiam em critérios com limites definidos -como o número de sintomas e sua duração- têm sido apontadas como uma das razões por trás das elevadas taxas de comorbidade (Haas, 2022). Com isso, observa-se que esse modelo, possivelmente, não considera adequadamente a relação entre sintomas que possuem uma natureza dimensional intrínseca à doença (Angold et al., 1999).

Nesse contexto, os instrumentos de estadiamento clínico tornam-se importantes para discussão, sendo estes caracterizados como ferramentas utilizadas na área da saúde que buscam melhorar a precisão dos diagnósticos médicos e orientar a aplicação de tratamentos adequados, em diferentes fases de uma condição médica (Haas, 2022).

A aplicação dessa visão na psicopatologia sugere que os sintomas dos transtornos mentais são resultados da própria condição, em vez de serem considerados como partes constituintes que a caracterizam (Cramer et al., 2010). Dessa forma, de acordo com Haas (2022), alguém que apresente sintomas vagos e não específicos pode ser diagnosticado com várias condições diferentes ou - inversamente- pode não receber nenhum diagnóstico, mesmo enfrentando um sofrimento considerável.

Ao considerar as restrições dos atuais métodos de categorização de distúrbios mentais e a notável intersecção e falta de precisão dos sintomas na psicopatologia, a literatura científica já propõe possíveis modelos de estadiamento transdiagnóstico para psicopatologias (Haas, 2022).

Esses modelos partem da premissa de que a aplicação de intervenções apropriadas em cada estágio pode modificar fatores de risco e, possivelmente, alterar seus cursos, resultando em uma mudança na evolução dos sintomas (Haas, 2022). Especificamente, ao adotar uma perspectiva que transcende diagnósticos específicos, esses modelos apoiam-se em estratégias preventivas para diversos distúrbios.

Além disso, o modelo argumenta que as fronteiras entre o estado normal e o patológico são difíceis de definir claramente e que a apresentação dos sintomas segue uma escala contínua, enquanto também incorpora uma estrutura categorial que influencia as escolhas de tratamento e está relacionada a mudanças neurobiológicas (Haas, 2022). Isso permite a definição de um ponto de entrada mais acessível para a assistência em saúde mental, garantindo que o tratamento seja adequado à necessidade do paciente e traga benefícios, com o propósito de prevenção (Haas, 2022).

Partindo dessa premissa, Haas (2022) discorre em seu estudo que os modelos de estadiamento transdiagnóstico para psicopatologia podem servir de base para diversas estratégias preventivas para múltiplos transtornos. Nesse sentido, reconhecendo que as semelhanças entre os transtornos influenciam suas trajetórias e que essas trajetórias, por sua vez, afetam a apresentação clínica e os correlatos psicopatológicos, essas ferramentas podem representar avanços significativos na pesquisa e prática em saúde mental (Haas, 2022).

Ademais, tem-se como base pressupostos que podem ser examinados empiricamente sendo, possivelmente, o mais relevante deles, a expectativa de que o prognóstico possa ser menos danoso por meio de diagnóstico e intervenção precoces (Haas, 2022). Adicionalmente, para que um possível modelo de avaliação clínica nesse sentido atinja seu máximo potencial, as perspectivas futuras devem envolver a transição dos modelos atuais, que são predominantemente clínicos, para modelos de avaliação clínico-fisiológicos, onde

marcadores neurobiológicos desempenham o papel de caracterizadores dos estágios ou subestágios (Haas, 2022).

Entretanto, alguns distúrbios, como os transtornos do neurodesenvolvimento, podem não estar abrangidos por essa estrutura e, por conta disso, seriam necessárias pesquisas de viabilidade e análises de custo-efetividade para apontar em quais circunstâncias e para quais indivíduos esse modelo de estadiamento em psicopatologia é aplicável (Haas, 2022).

Em resumo, o modelo de estadiamento clínico transdiagnóstico reconhece que os atuais sistemas de classificação têm limitações que afetam sua validade e utilidade na prática clínica. Por essa razão, ele apresenta-se como uma proposta para complementar o diagnóstico em psicopatologia, sendo útil na escolha de tratamentos e na previsão do curso dos transtornos, especialmente em pacientes jovens (McGorry & Mei, 2021).

Parte-se do pressuposto de que intervenções apropriadas, de acordo com o estágio, podem influenciar fatores de risco e estados, modificando assim a evolução dos distúrbios. Entretanto salienta-se que o modelo também pode contar com limitações em determinados transtornos, a serem possivelmente estudados (Haas, 2022).

3.2. A PERSPECTIVA DO TERAPEUTA SOB O PRISMA DO TRANSDIAGNÓSTICO

Silva (2016) realizou um estudo relacionando parte do material científico disponível acerca do transdiagnóstico com o entendimento empírico de psicoterapeutas e suas perspectivas sobre a temática. Esses dados foram analisados de forma qualitativa em um nível semântico, isto é, os temas e categorias identificados foram extraídos diretamente a partir do conteúdo do que é revelado pelos participantes (Silva, 2016).

Com este intuito, Silva (2016) dedicou-se a relacionar Processos Transdiagnósticos através do entendimento dos tópicos: se o processo comum visto e descrito é a possível causa do sofrimento; se resulta em mudança ou é o resultado da mudança; como está a ser desenvolvido o trabalho com esses processos; quais as vantagens, desvantagens e dificuldades associadas.

No decorrer da revisão da literatura, Silva (2016) compreendeu que os estudos relacionados à temática estavam estritamente ligados aos aspectos "emocionais, cognitivos, comportamentais, sociais, intrapessoais, motivacionais e corporais" (Silva, 2016, p. 38).

Silva (2016) também destacou a presença de várias teorias transdiagnósticas, muitas delas desenvolvidas principalmente nos últimos anos, revelando que esse campo está em constante expansão e ainda não está totalmente estabelecido.

Ao relacionar esses fatores com o entendimento empírico dos terapeutas, Silva (2016) postulou que algumas das vantagens observadas na abordagem transdiagnóstica incluem bons argumentos teóricos e evidências empíricas robustas que indicam que as semelhanças entre as condições são maiores do que as diferenças.

Isso sugere que as intervenções focadas nessas variáveis comuns podem ser os métodos mais eficazes, como também foi observado por McEvoy, Nathan e Norton (2009). No entanto, algumas limitações também foram identificadas, como a sugestão de que a intervenção transdiagnóstica pode não ser adequada para todos os indivíduos ou para todas as condições psicológicas (Silva, 2016).

Nesse contexto, terapeutas mostram-se cada vez mais conscientes da importância de desenvolver protocolos de intervenção transdiagnósticos (Silva, 2016). Observa-se o trabalho em várias direções para integrar elementos de intervenção específicos a cada condição, baseados em evidências, com o objetivo de promover métodos de intervenção mais harmoniosos e eficazes (Silva, 2016).

Entretanto, esses profissionais sofrem um dilema latente relacionado aos protocolos transdiagnóstico: o notável desacordo na literatura sobre quais processos devem ou não ser considerados transdiagnósticos, bem como em relação aos critérios para determinar qual fator ou modelo merece esse status, o que impacta severamente na aplicação prática desse conteúdo (Silva, 2016).

Em concordância, observa-se que há uma grande variedade de processos transdiagnósticos listados, o que leva a questionar se essa multiplicidade de fatores realmente simplifica a prática clínica (Silva, 2016). Considerando inclusive a hipótese apresentada por Taylor e Clark (2009), a abordagem transdiagnóstica ainda não cumpre totalmente seu propósito de simplificar uma possível listagem de sintomas de forma concisa.

Com isso, o principal desafio tanto de pesquisadores, quanto de profissionais psicoterapeutas da área, torna empenhar-se no desenvolvimento de abordagens que consigam incorporar essa diversidade de maneira prática e eficaz na prática clínica (Silva, 2016).

Em sua análise, Silva (2016) destacou que uma das conclusões mais significativas que podem ser extraídas dessa relação é que alguns processos transdiagnósticos aparecem com frequência, tanto na literatura quanto na prática clínica, o que reforça a ideia de que esses processos são realmente compartilhados por várias psicopatologias, confirmando assim sua evidência qualitativa.

Isso sugere que, apesar da diversidade de fatores transdiagnósticos, existem padrões consistentes, os quais atravessam diferentes condições psicológicas, oferecendo insights valiosos para a compreensão e intervenção nas diversas perturbações, sendo a integração desses fatores no processo de tomada de decisão clínica um ponto importante para possivelmente proporcionar intervenções mais eficazes e personalizadas para aqueles que necessitam de apoio psicológico (Silva, 2016).

3.3. TRANSDIAGNÓSTICOS NO CONTEXTO DE GRUPOS TERAPÊUTICOS

Observando as demandas contemporâneas da clínica moderna, marcada pelo aumento no número de pessoas que precisam de apoio psicológico, os serviços de saúde estão cada vez mais orientados para intervenções em grupo, sendo estes em condições variadas, para diversas demandas (Silva, 2016). Nesse sentido, Silva (2016) pontua a importância de intervir de maneira mais abrangente e eficaz, atendendo a um maior número de indivíduos em um período de tempo mais curto.

Com isso, nota-se útil para esse modelo de cuidado em saúde mental, a adição de protocolos de intervenção que permita que um grupo com diferentes diagnósticos, ou receba uma única intervenção transdiagnóstica, ou essa associada a outras ferramentas (Silva, 2016). Esse fator leva em consideração, principalmente, a análise de que a aplicação de abordagens específicas para cada condição, muitas vezes não é suficientemente flexível para lidar com demandas variadas que o grupo pode trazer (Silva, 2016).

Em sua pesquisa, Alalvesves (2020) pontua que, no Brasil, profissionais de psicologia que trabalham em centros de atenção básica lidam com uma ampla gama de diagnósticos ao atender os pacientes. Nesse sentido, um modelo transdiagnóstico pode apresentar uma alternativa mais funcional e eficaz, se comparada à aplicação de várias intervenções específicas para diferentes diagnósticos e, ao concentrar-se nos mecanismos subjacentes das disfunções em vez de tratar sintomas detalhados, essas ferramentas podem possivelmente apresentar maior potencial de efeitos mais duradouros (Alalvesves, 2020).

Segundo Alalvesves (2020), ferramentas transdiagnósticas podem ser associadas e potencializadas se em conjunto com técnicas cognitivo-comportamentais, como de regulação emocional e/ou habilidades sociais, psicoeducação, ativação comportamental, mindfulness, desfusão, identificação e readequação de crenças disfuncionais, promoção da aceitação da realidade, entre outras.

Contudo, por existirem poucas pesquisas relacionadas à condução de grupos que utilizam um modelo transdiagnóstico, salienta-se a importância da criação de possíveis protocolos transdiagnósticos generalizáveis (Alalvesves, 2020).

3.4. PSICOTERAPIA TRANSDIAGNÓSTICA E A TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL: POSSÍVEL FIM DA TERAPIA MANUALIZADA?

Em um cenário onde o transdiagnóstico ganha plausibilidade no meio científico, levantam-se hipóteses de um possível movimento de substituição das terapias hoje usuais, por manejos transdiagnósticas no âmbito da psicoterapia (Silva, 2016).

Porém, ferramentas transdiagnósticas que buscam, de maneira concisa, oferecer uma nova perspectiva de tratamento e entendimento para questões de saúde mental, têm sua eficácia ampliada se alinhados harmoniosamente com as teorias e práticas existentes, das quais sejam baseadas em evidências (Silva, 2016).

Dessa forma, o aperfeiçoamento da abordagem transdiagnóstica convergente, integrativa e concisa, deve ser considerada como uma alternativa que pode complementar as abordagens existentes, não com o intuito de substituir de forma antagonista essas abordagens (Silva, 2016).

Nesses termos, Franzin et al (2018) discorre em seu estudo possíveis modelos de protocolos integrados para distúrbios emocionais, citando-os como parte de uma nova abordagem transdiagnóstica na perspectiva da Terapia Cognitivo-Comportamental. Para tal, partiu-se da premissa de que:

> é comum, na prática clínica, psicólogos e psiquiatras se depararem com pacientes que apresentam sintomas que caracterizam a presença de diferentes transtornos psiquiátricos, sendo muitas vezes a regra, mais do que a exceção, a presença de comorbidades. Entre elas, a literatura aponta que os transtornos de ansiedade e de humor chegam a atingir 50% da população em geral, sendo que 40 a 80% dos pacientes com transtornos de ansiedade apresentam depressão como comorbidade (Franzin et al, 2018, p. 43).

Segundo Franzin et al (2018), além das elevadas taxas de coexistência entre esses distúrbios, pesquisas também indicam que transtornos de ansiedade e do humor compartilham características, fatores causais e vulnerabilidades semelhantes. Os clínicos

frequentemente notam que, ao tratar um transtorno de ansiedade específico, os sintomas depressivos também melhoram, mesmo que não sejam diretamente abordados durante a terapia (Franzin et al, 2018).

Portanto, dada a possibilidade de sobreposição entre vários distúrbios psiquiátricos, têm sido desenvolvidos recentemente programas de tratamento que são unificados e abrangem diferentes condições que compartilham características similares e, inclusive, evidências científicas indicam resultados positivos ao utilizar tais abordagens (Franzin et al, 2018).

Especificamente relacionado a transtornos emocionais, Franzin et al (2018) discorre que devido à intensidade e à sensação de falta de controle, os pacientes muitas vezes evitam situações que desencadeiam essas emoções ou exibem comportamentos disfuncionais. Nesse contexto, a abordagem terapêutica concentra-se em ajudar os pacientes a compreenderem melhor suas próprias emoções, reconhecer os comportamentos disfuncionais que adotaram em resposta a essas emoções e encontrar maneiras mais adaptativas de lidar com suas experiências emocionais (Franzin et al, 2018).

Dentre diversos protocolos, Franzin et al (2018) cita o Unified Protocol, que se refere ao tratamento de transtornos emocionais por meio do Programa Unificado (UP) e representa um modelo de tratamento transdiagnóstico. Esta intervenção foi elaborada no início dos anos 2000 pelo grupo de pesquisa liderado por David H. Barlow, sendo que os manuais para terapeutas e pacientes foram publicados em 2011 (Franzin et al, 2018).

O Programa Unificado (UP) representa uma inovação no campo da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), incorporando pesquisas recentes sobre regulação emocional, bem como estudos que exploram os aspectos compartilhados de transtornos de ansiedade e humor (Franzin et al, 2018). Como uma abordagem dentro da TCC, o UP emprega várias técnicas, incluindo extinção, prevenção de comportamentos e pensamentos de evitação, modificação de cognições disfuncionais, educação psicológica, questionamento socrático e exposição (Franzin et al, 2018).

De acordo com Mansur-alves, et al (2021), a lista de processos transdiagnósticos é abrangente e engloba tanto influências ambientais e experiências vividas, quanto características e processos individuais. Nesse contexto, também parece haver diferentes níveis de complexidade entre os processos transdiagnósticos: alguns são mais elementares, como a desregulação emocional, enquanto outros são mais complexos, resultantes da interação entre processos emocionais, cognitivos e comportamentais fundamentais (Mansur-alves, et al 2021).

Em relação especificamente à Terapia Cognitivo-Comportamental, Mansur-Alves et al (2021) discorre que, segundo evidências, quando um transtorno é tratado com Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), outras condições psicológicas coexistentes, que não são diretamente foco da intervenção, também tendem a melhorar, sendo que isso ocorre, provavelmente, devido aos processos transdiagnósticos compartilhados.

4. DISCUSSÃO

A interlocução da pesquisa científica com a prática clínica torna-se fundamental para a construção de uma psicologia baseada em evidência que tenha, realmente, resultados na prática e que vise o bem-estar dos pacientes (Ferreira, 2021). Nesse sentido, a pesquisa de Ferreira (2021) analisou a forma como os pacientes de psicoterapia percebem e

descrevem as mudanças que experimentam no processo terapêutico, o qual foi guiado pelo Modelo Transdiagnóstico para distúrbios emocionais.

Os resultados desse estudo discorrem que:

> os participantes reconheceram melhorias e diferenças em sua vida, como por exemplo, terem desenvolvido mais a assertividade, o fato de se comunicarem melhor, ser mais empáticos, mais compreensivos e controlados (...) consideraram também mudança no fato de compreenderem os seus problemas, os seus comportamentos e reconhecerem os pensamentos automáticos (Ferreira, 2021, p.21).

Segundo Ferreira (2021), após completarem o processo terapêutico, os participantes também afirmam sentir-se mais habilitados para tomar decisões e para enfrentar desafios futuros. Eles perceberam um aumento na consciência de suas próprias capacidades, não apenas reconhecendo a mudança, mas também sendo capazes de identificar as transformações que ocorreram (Ferreira, 2021).

De acordo com Ferreira (2021), os participantes reconheceram o valor das práticas do Modelo Transdiagnóstico que foram aplicadas durante a terapia, considerando-as o ponto crucial da mudança. De acordo com eles, essas práticas desempenharam um papel fundamental em suas transformações, pois "a mudança advém da prática e não somente de compartilhar problemas e entendê-los" (Ferreira, 2021, p.21).

Observa-se que as evidências apontam para possível efetividade do modelo transdiagnóstico associado a protocolos terapêuticos, Sendo que a análise dos relatos revela não apenas mudanças comportamentais, mas também transformações fundamentais nas percepções cognitivas e emocionais (Ferreira, 2021).

Tais evidências representam um marco significativo na integração entre a pesquisa empírica e a prática clínica na psicologia, pois essas percepções vão além de melhorias superficiais, indicando uma transformação significativa e sustentável para os indivíduos. Assim, deve-se salientar a observância da mais pura lógica por trás da psicologia, baseada em evidências: a usabilidade funcional positiva da técnica frente as questões do paciente. (Ferreira, 2021).

5. CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como propósito investigar a literatura científica acerca da possível associação frutífera entre modelos transdiagnósticos e a Terapia Cognitivo-Comportamental, explorando especificamente aspectos do transdiagnóstico, como o estadiamento transdiagnóstico em psicopatologia, perspectivas do ponto de vista dos pesquisadores e psicoteraupeutas, além da aplicabilidade desses modelos em contextos não necesariamente clínicos, sendo esses relacionados à prática de grupos terapêuticos.

No decorrer da apresentação dos resultados e discussão, pode-se perceber a possível correlação benéfica entre novos modelos transdiagnósticos e a prática clínica da psicologia baseada em evidência, apontada neste estudo como a Terapia Cognitivo-Comportamental. Sendo que esta, por sua vez, oferece em seus moldes espaço para elaboração e implementação de protocolos com olhar transdiagnóstico.

Torna-se também possível inferir que a interseção entre o Modelo Transdiagnóstico e a Terapia Cognitivo-Comportamental pode apresentar grande potencial para a melhora do

paciente na prática clínica, não apenas na teoria, sendo destacada a importância desta colaboração para construção de uma prática ativa, dinâmica e direcionada na terapia.

Ademais, o elo entre teoria e prática no contexto transdiagnóstico não apenas amplia o entendimento das complexidades humanas, mas também delineia um caminho evidente para intervenções clínicas mais eficazes, enraizadas em evidências sólidas e orientadas para resultados mensuráveis.

Nesse contexto, explorar os aspectos de estadiamento transdiagnóstico em psicopatologia, perspectivas do ponto de vista dos profissionais e a aplicabilidade desses modelos nos grupos terapêuticos, contribuiu para realinhar as evidências de que a psicoterapia com uma visão transdiagnóstica deve ser trabalhada para colaborar com a prática de uma psicologia baseada em evidência e assim, cada vez mais, beneficiar os pacientes, focando na promoção de qualidade de vida global desses sujeitos.

Para tanto, lista-se uma série de dificuldades encontradas ao decorrer da pesquisa, sendo estas principalmente relacionadas à escassez de publicações que detalham o tema transdiagnóstico. Relacionado a isso, observa-se também que, por ser um objeto de estudo relativamente novo no meio acadêmico, não existe um extenso detalhamento a respeito das psicopatologias das quais o transdiagnóstico poderia ou não abordar e trabalhar, sendo este um importante elemento para investigações futuras.

REFERÊNCIAS

[1] Alalvesves, L. (2020). **Grupos Transdiagnósticos na Atenção Primária: Desenvolvendo Habilidades Sócio-Emocionais.** In I Cong. Online e VI Jorn. Intern. de Terapias Cognitivas e Comportamentais - Iapicc-USP. Retrieved from Disponível em: https://proceedings.science/jotcc-2020/trabalhos/grupos-transdiagnosticos-na-atencao-primaria-desenvolvendo-habilidades-socio-emo?Lang=pt-br Acesso em: 06 jan. 2024.

[2] Angold, A., Costello, E. J., & Erkanli, A. (1999). **Comorbidity. Journal of Child Psychology and Psychiatry**, 40(1), 57–87. Disponível em: doi:10.1111/1469-7610.00424 Acesso em: 06 jan. 2024.

[3] Borsboom, D., Cramer, A. O. J., Schmittmann, V. D., Epskamp, S., & Waldorp, L. J. (2011). **The Small World of Psychopathology**. PLOS ONE, 6(11), e27407. Disponível em: doi:10.1371/journal.pone.0027407 Acesso em: 06 jan. 2024.

[4] Cramer, A., Waldorp, L., Vandermaas, H., & Borsboom, D. (2010). **Comorbidity: A network perspective**. Behavioral and Brain Sciences, 33(2-3), 137–150. Disponível em: doi:10.1017/S0140525X09991567 Acesso em: 06 jan. 2024.

[5] Ferreira, E. (2021). **Mudança em terapia manualizada segundo o modelo transdiagnóstico: a perspetiva do cliente**. Repositório UM. Retrieved from Disponível em: https://hdl.handle.net/1822/72792 Acesso em: 06 jan. 2024.

[6] Franzin, R., Caetano, K. A. S., & Melo, W. V. (2018). **Terapia cognitivo-comportamental com idosos.** In F. B. T. Cognitivas, C. B. Neufeld, E. M. O. Falcone & B. P. Rangé (Eds.), PROCOGNITIVA Programa de Atualização em Terapia Cognitivo-Comportamental: Ciclo 4 (pp. 31–73). Artmed Panamericana. Disponível em: doi:https://portal.secad.artmed.com.br/doi/volume/terapia-cognitivo-comportamental-em-grupos__M04000804 Acesso em: 06 jan. 2024.

[7] Haas, L. M. (2022). **Estadiamento Clínico Transdiagnóstico em Psicopatologia.** Repositório Digital URGS. Disponível em> doi:10.10183/255454 Acesso em: 06 jan. 2024.

[8] Mansur-Alves, M., Santos, M. P., Souza, L. A. S., Cancian, A. C. M., & Oliveira, M. S. (2021). **Processos transdiagnósticos na clínica em terapia cognitivo-comportamental: desregulação emocional, autocriticismo e perfeccionismo.** In F. B. T. Cognitivas, C. B. Neufeld, E. M. O. Falcone & B. P. Rangé (Eds.), PROCOGNITIVA Programa de Atualização em Terapia Cognitivo-Comportamental: Ciclo 8 (pp. 35–84). Artmed Panamericana. Disponível em: doi:10.5935/978-65-5848-339-7.C0003 Acesso em: 06 jan. 2024.

[9] McEvoy, P. M., Nathan, P., & Norton, P. J. (2009). **Efficacy of transdiagnostic treatments: A review of published outcome studies and future research directions**. Journal of Cognitive Psychotherapy, 23, 27–40. Disponível em: doi:10.1891/0889-8391.23.1.20 Acesso em: 06 jan. 2024.

[10] McGorry, P. D., & Mei, C. (2021). **Clinical Staging for Youth Mental Disorders: Progress in Reforming Diagnosis and Clinical Care.** Annual Review of Developmental Psychology, 3(1), 15–39. Disponível em: doi:10.1146/annurev-devpsych-050620-030405 Acesso em: 06 jan. 2024.

[11] Rother, E. T. (2007). **Revisão sistemática x revisão narrativa.** Acta Paulista de Enfermagem, 20(2), 2. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/?lang=pt Acesso em: 06 jan. 2024.

[12] Silva, R. A. D. (2016). **A PERSPETIVA TRANSDIAGNÓSTICA PELA VOZ DE PSICOTERAPEUTAS E SUPERVISORES: UM ESTUDO QUALITATIVO PELA VARIEDADE DE FATORES**. Repositório Universidade de Lisboa. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/27949/1/ulfpie051332_tm.pdf Acesso em: 06 jan. 2024.

[13] Taylor, S., & Clark, D. A. (2009). **Transdiagnostic cognitive-behavioral treatments for mood and anxiety disorders: Introduction to the special issue.** Journal of Cognitive Psychotherapy, 23, 3-5. Disponível em: doi:10.1891/0889-8391.23.1.3. Acesso em: 06 jan. 2024.

Capítulo 4

Inovações em psicopedagogia e neurociência para a personalização do ensino e aperfeiçoamento dos processos de aprendizagem

Isadora Ribas Strojarki
Dawid da Silva Vargas

Resumo: Este estudo investigou as inovações decorrentes da integração entre a psicopedagogia e a neurociência com foco na personalização do ensino e no aperfeiçoamento dos processos de aprendizagem. O objetivo principal foi analisar como os avanços neurocientíficos podem contribuir para práticas psicopedagógicas mais eficazes, individualizadas e inclusivas, considerando as dimensões cognitivas, emocionais e sociais da aprendizagem. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, por meio de revisão integrativa da literatura, a fim de identificar estratégias educacionais inovadoras baseadas em evidências científicas. Os resultados evidenciaram que conhecimentos sobre neuroplasticidade, funcionamento da memória, regulação emocional e desenvolvimento socioafetivo oferecem subsídios fundamentais para a personalização do ensino. Além disso, destacam-se como recursos promissores o uso de metodologias ativas, música, tecnologias digitais adaptativas e práticas pedagógicas centradas no aluno. A pesquisa confirmou que a convergência entre psicopedagogia e neurociência possibilita transformações significativas nas práticas educacionais, promovendo ambientes de aprendizagem mais responsivos, engajadores e ajustados às necessidades individuais. Conclui-se que essa integração representa um caminho inovador e necessário para a modernização da educação no século XXI.

Palavras-chave: psicopedagogia, neurociência, processo de aprendizagem, personalização do ensino, inovação educacional.

1. INTRODUÇÃO

As abordagens convencionais de ensino e aprendizagem, historicamente fundamentadas em modelos pedagógicos tradicionais, nem sempre consideram os avanços da neurociência na compreensão dos processos cognitivos, como atenção, memória e percepção. Nesse contexto, a integração entre psicopedagogia e neurociência tem ganhado destaque, pois permite uma compreensão mais aprofundada sobre como o cérebro aprende e quais estratégias podem ser mais eficazes para potencializar esse processo. Mas apesar de avanços significativos, ainda há desafios na implementação prática dessas descobertas no ambiente educacional, tornando essencial investigar como essa interação pode contribuir para melhorar a aprendizagem. Considerando essa relação, este estudo investiga a correlação entre os avanços da neurociência e as teorias psicopedagógicas no entendimento do processo de aprendizagem, com ênfase nas inovações que aprimoram as práticas educacionais.

Assim, seu objetivo geral é analisar como os avanços e descobertas no campo da neurociência, aliados aos princípios psicopedagógicos, podem contribuir para o aprimoramento dos processos de ensino e aprendizagem, promovendo estratégias inovadoras e cientificamente fundamentadas. Os objetivos específicos incluem: investigar as múltiplas dimensões da aprendizagem, destacando fatores cognitivos, emocionais e sociais que influenciam o desenvolvimento educacional; explorar a inter-relação entre neurociência e psicopedagogia, evidenciando como essa integração pode apoiar práticas pedagógicas mais eficazes e inclusivas; identificar inovações e estratégias de ensino baseadas em evidências científicas que potencializem o aprendizado e atendam às necessidades individuais dos estudantes.

O problema central desta pesquisa concentra-se nos desafios da aplicação prática das descobertas neurocientíficas no contexto psicopedagógico. Embora estudos anteriores tenham demonstrado a relevância da neurociência para a educação, ainda há lacunas na implementação dessas inovações nas práticas pedagógicas concretas, que possam ser utilizadas de maneira acessível e eficaz pelos educadores.

As hipóteses iniciais deste estudo indicam que a interação entre psicopedagogia e neurociência pode oferecer novas perspectivas para otimizar a aprendizagem, tornando as práticas educacionais mais eficazes. Outra hipótese é que, embora as descobertas neurocientíficas não substituam os métodos psicopedagógicos tradicionais, elas podem enriquecê-los e aprimorá-los, proporcionando novas estratégias para a intervenção educacional.

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma: na seção de resultados, são apresentados os achados obtidos a partir da análise integrativa dos estudos selecionados, com ênfase em conceitos centrais da psicopedagogia e da neurociência. A abordagem qualitativa permitiu a identificação de categorias temáticas que evidenciam possíveis relações e colaborações entre essas áreas, como tecnologias, inovações, metodologias modernas e ferramentas práticas apontadas pela literatura, que podem contribuir para o aprimoramento das práticas educacionais. Por fim, são apresentadas a discussão dos achados e as considerações finais, que sintetizam as contribuições e limitações do estudo.

2. MÉTODO

Este estudo caracteriza-se como uma revisão integrativa, com abordagem qualitativa e natureza exploratória. A revisão integrativa é um método de pesquisa fundamentado na

prática baseada em evidências e foi escolhida por possibilitar a síntese e análise crítica de estudos com diferentes delineamentos metodológicos, favorecendo uma compreensão abrangente da produção científica sobre a relação entre psicopedagogia e neurociên cia no processo de aprendizagem.

A condução do estudo seguiu as etapas propostas por Souza, Silva e Carvalho (2010), envolvendo: identificação do problema, definição dos critérios de seleção, coleta e avaliação dos estudos, análise de conteúdo e apresentação dos resultados. Nesse sentido, o desenvolvimento da revisão foi sistematizado nas seguintes etapas:

1. Identificação do problema: Buscou-se compreender de que forma os conhecimentos advindos da neurociência podem ser aplicados à prática psicopedagógica, especialmente no processo de ensino e aprendizagem contemporâneo; 2. Definição dos critérios de inclusão e exclusão: Foram incluídos estudos completos, disponíveis online, publicados exclusivamente nos anos de 2024 e 2025, optando-se por esse recorte com o objetivo de mapear as contribuições mais atuais e inovadoras da produção científica. Foram excluidos trabalhos voltados exclusivamente à formação docente, avaliação diagnóstica ou inclusão relacionada a transtornos específicos; 3. Coleta de dados: A busca foi realizada nas bases de dados Google Acadêmico, SciELO e Portal de Periódicos da CAPES, utilizando as palavras-chave "psicopedagogia", "neurociência" e "processo de aprendizagem", combinadas pelo operador booleano “AND”. A busca inicial resulto u em 420 estudos; 4. Avaliação dos estudos incluídos: Após leitura dos títulos e resumos, aplicaram-se os critérios de seleção. Ao final, 34 estudos foram considerados relevantes para análise; 5. Análise e interpretação dos dados: Os materiais selecionados passaram por análise de conteúdo, com base em três etapas: (a) pré-análise – leitura exploratória dos títulos e resumos; (b) leitura seletiva e organização dos dados; (c) análise interpretativa, com categorização das informações, formulação de hipóteses e identificação de convergências teóricas com os objetivos da pesquisa; 6. Apresentação dos resultados: Os achados foram organizados e discutidos a partir das categorias emergentes da análise, permitindo identificar contribuições práticas e teóricas para o campo da psicopedagogia e da neuroeducação.

3. RESULTADOS

No contexto educacional contemporâneo, observa-se uma crescente valorização da diversidade de abordagens de ensino, refletindo a necessidade de flexibilidade e adaptação. Em vez da adoção rígida de métodos exclusivamente convergentes ou divergentes, prevalece a combinação de estratégias que consideram tanto as demandas dos alunos quanto os objetivos pedagógicos. Assim, a educação tende a se moldar às necessidades específicas de cada contexto sociocultural, sem seguir estritamente uma única linha de pensamento (Oliveira et al., 2024).

As estratégias de ensino, portanto, podem ser classificadas de acordo com os principais objetivos educacionais. Algumas enfatizam a transmissão direta de conhecimento, enquanto outras priorizam a autonomia do estudante e a construção ativa da aprendizagem. Essas perspectivas, muitas vezes distintas, coexistem e se entrelaçam na prática docente atual (Oliveira et al., 2024).

Considerando esse cenário, a abordagem qualitativa desta revisão integrativa permitiu a identificação de categorias temáticas que evidenciam possíveis articulações entre os conceitos da psicopedagogia e da neurociência, em sua relação com os processos de

ensino-aprendizagem contemporâneos. A seguir, são apresentados os principais achados da literatura analisada, organizados de acordo com essas inter-relações.

3.1. AS VÁRIAS FACES DA EDUCAÇÃO

A educação tem passado por constantes transformações, influenciadas por fatores sociais, políticos, econômicos e culturais. Historicamente, o ensino refletia um caráter elitista e excludente, modelo que, embora reformulado, ainda deixa marcas na estrutura educacional atual. Com o advento da escrita, a sistematização do conhecimento trouxe práticas pedagógicas que perduram até hoje, como as aulas expositivas e o uso de leituras compartilhadas. Entretanto, as necessidades do mundo contemporâneo exigiram novas estratégias de ensino, incorporando materiais audiovisuais, plataformas digitais e metodologias ativas para favorecer a aprendizagem significativa (Félix; Octaviani; Freitas, 2024).

Nesse sentido, segundo Félix, Octaviani e Freitas (2024), a relação entre ensino e tecnologia tem sido um dos pilares das transformações educacionais. Desde o século XIX, a Educação a Distância (EaD) já utilizava recursos como correspondências e materiais impressos. Com a evolução tecnológica, surgiram o e-learning e, mais recentemente, o ensino híbrido, que combina modalidades presenciais e remotas. No entanto, o acesso desigual às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) ainda representa um desafio, criando discrepâncias entre diferentes contextos educacionais.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei nº 9.394/1996) regula as modalidades de ensino, incluindo presencial, a distância e híbrido (Brasil, 1996). A crescente adoção do ensino híbrido demonstra um esforço para integrar tecnologia e pedagogia de forma equilibrada, respondendo às exigências da era da informação. No entanto, sua implementação demanda uma abordagem crítica, garantindo que os avanços tecnológicos sejam utilizados de forma inclusiva e eficaz (Félix; Octaviani; Freitas, 2024).

Nesse cenário, o reconhecimento da singularidade do aluno tornou-se essencial. Cada indivíduo possui capacidades cognitivas, emocionais e sociais únicas, que influenciam seu processo de aprendizagem. A neurociência reforça essa perspectiva ao demonstrar que o cérebro humano está em constante adaptação, reorganizando-se à medida que novos conhecimentos são adquiridos. Essa plasticidade cerebral exige que os métodos pedagógicos sejam dinâmicos e compatíveis com a diversidade de estilos de aprendizagem (Silva; Andrade, 2024).

Assim, refletir sobre a evolução da educação torna-se essencial para compreender suas mudanças e aprimorar práticas pedagógicas. A integração de metodologias inovadoras, aliada ao entendimento das bases neurocientíficas da aprendizagem, possibilita a construção de um ensino mais significativo e adaptado às necessidades dos estudantes do século XXI.

3.2. DIMENSÕES DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

A educação, enquanto processo formativo, deve ser compreendida como uma prática coletiva que, ao mesmo tempo, respeita e atende às singularidades de cada sujeito. Independentemente de o desenvolvimento ser típico ou atípico, é essencial que as práticas pedagógicas sejam adaptadas para suprir as lacunas individuais, promovendo uma aprendizagem significativa e eficaz. Nesse contexto, a estrutura escolar enfrenta desafios

substanciais ao lidar com o aprendizado atípico, uma vez que a inclusão plena exige transformações estruturais e metodológicas (Silva; Silva, 2024).

A educação especial é definida como uma abordagem pedagógica voltada à inclusão de crianças com necessidades especiais no ensino regular (Brasil, 2008). A UNESCO destaca a inclusão e a equidade como princípios fundamentais da educação, ressaltando que nenhuma meta educacional pode ser considerada alcançada sem abranger toda a população estudantil (UNESCO, 2015).

Historicamente, indivíduos com deficiência foram marginalizados no contexto educacional, resultado de uma concepção restritiva de normalidade. Duas conferências internacionais são consideradas marcos fundamentais para a educação especial. A primeira foi a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, em 1990, cujo objetivo era reafirmar a educação como um direito essencial para o desenvolvimento individual e social. A segunda foi a Conferência Mundial de Educação Especial, realizada em Salamanca, na Espanha, em 1994, onde foram propostas diretrizes para a reformulação das políticas e sistemas educacionais, com ênfase na inclusão social. Essas informações são destacadas por Silva e Silva (2024), que ressaltam o papel transformador desses eventos para a educação especial globalmente.

Atualmente, a educação inclusiva ainda apresenta desafios significativos, especialmente para os professores, que necessitam de formação continuada para lidar com a diversidade em sala de aula. No entanto, a qualificação docente, por si só, não garante o sucesso da inclusão. Para que a educação inclusiva seja eficaz, é necessário um comprometimento coletivo, envolvendo toda a instituição escolar e a rede de apoio do aluno. Segundo Silva e Silva (2024), uma abordagem integrada, que contemple profissionais especializados e recursos adequados, é fundamental para a construção de um ambiente educacional mais equitativo.

Não apenas no contexto atípico, os problemas de aprendizagem representam um desafio multidimensional, podendo ter causas diversas e exigindo uma abordagem especializada. Quando professores e familiares identificam dificuldades no processo de aprendizagem, muitas vezes há a necessidade de uma rede de atenção especializada. Profissionais como o neuropsicopedagogo desempenham um papel essencial nesse contexto, pois possuem conhecimento para diagnosticar as causas subjacentes e aplicar estratégias pedagógicas adaptadas às necessidades individuais dos alunos.

Assim, nos últimos anos, a neurociência tem se tornado cada vez mais presente nas discussões sobre educação, influenciando diretamente as concepções sobre desenvolvimento e comportamento dos alunos. O conhecimento sobre os mecanismos neurais da aprendizagem tem impactado as práticas pedagógicas, ajudando a redefinir padrões de normalidade e reformular expectativas sobre o desempenho acadêmico, a capacidade cognitiva e os comportamentos esperados dos estudantes (Silva; Silva, 2024).

3.3. NEUROCIÊNCIA E PSICOPEDAGOGIA NA EDUCAÇÃO

A neurociência é vista como uma área interdisciplinar que integra diversas áreas do conhecimento e disciplinas científicas, com o objetivo de obter informações, solucionar problemas e compreender mudanças comportamentais, conectando os processos químicos do organismo com as interações ambientais de forma interdependente e complementar. Relacionado à aprendizagem, esse campo permite compreender os processos e identificar estratégias eficazes para ensinar, selecionar ferramentas

adequadas para alunos com dificuldades cognitivas, emocionais ou biológicas, e promover uma aprendizagem mais eficiente, refletindo em melhor qualidade de vida. Segundo Silva e Silva (2024), a neurociência apresenta potencial para beneficiar todos os indivíduos, especialmente aqueles com transtornos, síndromes ou dificuldades de aprendizagem.

Isso ocorre por meio do entendimento da plasticidade cerebral e da busca por novos caminhos para o aprendizado. Ainda de acordo com Silva e Silva (2024), a neurociência estuda o ser humano tanto como aluno quanto como sujeito, utilizando recursos diagnósticos, corretivos e preventivos. Essa abordagem reconhece a interação entre aspectos biológicos, afetivos e intelectuais que interferem no desenvolvimento, nas relações interpessoais, no ambiente e na disposição para aprender. Ao integrar saúde e educação, a neurociência contribui significativamente para o processo de aprendizagem humana.

O conceito de plasticidade cerebral foi introduzido pelo fisiologista alemão Albrecht Bethe em 1930, conforme citado por Gomes e Alencar (2024), referindo-se à capacidade do organismo de se ajustar às mudanças ambientais por meio da ação conjunta de diferentes órgãos sob a coordenação do sistema nervoso central. Atualmente, o termo é definido como uma adaptação estrutural e funcional do sistema nervoso que pode ocorrer em qualquer estágio do desenvolvimento ontogenético, em resposta às interações com o ambiente ou a lesões no tecido neural.

Nesse contexto, é interessante analisar que o desenvolvimento cerebral na primeira infância não ocorre de forma contínua ou uniforme; ele é influenciado por múltiplos fatores, como o crescimento diferenciado das áreas cerebrais, o grau de mielinização, o desenvolvimento pré-natal e a capacidade do cérebro de reorganizar seus padrões de resposta. Gomes e Alencar (2024) apontam que essa reorganização pode ocorrer tanto em função das experiências vivenciadas quanto como resposta a lesões, levando a mudanças significativas no processo maturacional.

Para entender como ocorre a aprendizagem no cérebro, é necessário explorar o funcionamento neurobiológico que a sustenta, incluindo o cérebro, os neurônios, os neurotransmissores e as sinapses. As trocas de informações acontecem por meio de conexões sinápticas entre os neurônios, que possuem um corpo celular, dendritos receptores e axônios condutores de impulsos nervosos. A aprendizagem, então, acontece quando há essa troca entre neurônios, modificando suas conexões — fenômeno conhecido como neuroplasticidade. Segundo Silva e Andrade (2024), isso explica por que cada cérebro é único: as sinapses de cada indivíduo são moldadas por suas vivências, interações sociais e significados atribuídos às experiências.

Com isso, o ensino tradicional, centrado na simples transmissão de conteúdos, não atende mais às exigências da sociedade atual. É necessário adotar abordagens dinâmicas, que envolvam os alunos como protagonistas do próprio aprendizado, conectando práticas emocionais e pedagógicas. Silva e Andrade (2024) ressaltam que essa dinâmica se alinha à neuroplasticidade, que mostra como experiências e interações moldam as conexões cerebrais, permitindo que metodologias ativas promovam aprendizagens significativas e transformadoras.

O ambiente educacional também exerce influência direta sobre a motivação e o bem-estar emocional dos estudantes. Lopes et al. (2024) destacam que é esperado que as escolas desenvolvam atividades que ativem circuitos cerebrais associados à aprendizagem e ao prazer, incentivando o engajamento dos alunos. Um ambiente acolhedor, com relações

pautadas na camaradagem e estabilidade emocional, encoraja os estudantes a expressarem emoções e pensamentos livremente.

Ainda segundo Lopes et al. (2024), os conteúdos propostos devem ser claros, com objetivos definidos e alinhados a situações concretas da vida. Essa abordagem estimula o uso das áreas pré-frontais do cérebro, relacionadas às funções executivas, favorecendo o desenvolvimento cognitivo. Como a maturação do sistema nervoso central é gradual e influenciada pelas experiências vividas, as atividades precisam respeitar o estágio atual de desenvolvimento cognitivo do aluno, ao mesmo tempo em que o desafiam a avançar.

3.4. INOVAÇÕES E DESCOBERTAS: ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM PAUTADAS NA CIENCIA

Toda prática educativa deve estar profundamente conectada às demandas e necessidades de uma sociedade, refletindo-se nas diferentes esferas educacionais. Assim, as escolhas referentes aos componentes didáticos, como metodologias, conteúdos e processos avaliativos, devem estar diretamente relacionadas às concepções predominantes sobre aprendizagem e desenvolvimento, além da visão de mundo e de ser humano que se almeja formar para a convivência social (Félix; Octaviani; Freitas, 2024).

Com base na pesquisa de Lima et al. (2024), que explora a integração de tecnologias emergentes e metodologias inovadoras na educação, observa-se que a combinação dessas abordagens tem sido essencial para o avanço e a melhoria da educação. O estudo evidencia que o desenvolvimento contínuo de recursos tecnológicos impulsiona novas práticas pedagógicas, amplia o alcance do currículo e transforma as experiências de ensino-aprendizagem.

Os autores também ressaltam que, embora as ferramentas tecnológicas estejam presentes no ambiente educacional, a constante atualização docente é indispensável. A formação sólida e a capacidade de integrar eficazmente esses recursos são exigências cada vez maiores para os educadores.

Nesse cenário, os estudantes se beneficiam de processos de aprendizagem interativos, dinâmicos e motivadores, o que favorece sua satisfação e desempenho. Como exemplo, o estudo apresenta uma intervenção com alunos do 1º ano do ensino médio, em uma escola do interior do Ceará, cujo objetivo foi melhorar a proficiência em matemática básica. A utilização da ferramenta Wordwall, baseada na gamificação, mostrou-se decisiva, promovendo a consolidação do conhecimento por meio de atividades lúdicas. Ao final da iniciativa, todos os estudantes obtiveram resultados positivos, reforçando a eficácia da integração entre tecnologia, interatividade, metodologias pedagógicas inovadoras e currículo escolar (Lima et al., 2024).

3.4.1. APRENDIZADO EMOCIONAL

A pesquisa de Silva, Santos e Santos (2024) teve como ponto de partida a seguinte questão: de que maneira a neurociência pode explicar a relação entre memória e emoções no processo de aprendizagem? O objetivo foi oferecer uma compreensão do funcionamento cerebral, ilustrando como os processos de memória e emoções impactam a aprendizagem dos alunos. O estudo abordou a conexão neural entre emoção e memória, destacando como essa interação pode influenciar significativamente a experiência educacional.

Dentro desse contexto, os autores sugerem que promover estados emocionais positivos deliberadamente pode favorecer a criatividade e a flexibilidade, aspectos que contribuem para o armazenamento e consolidação das memórias. Além disso, apontam que os conhecimentos gerados pela neurociência podem orientar práticas pedagógicas mais eficazes. Embora muitos educadores demonstrem crescente interesse pela interface entre neurociência e educação, ainda há desafios a serem superados, devido ao estágio inicial das pesquisas nessa área.

Rangel e Lichote (2024), por sua vez, destacam que a aprendizagem não se restringe ao funcionamento cerebral, pois fatores externos — como condições familiares, escolares e emocionais — também exercem forte influência. Nesse sentido, a neurociência aparece como uma ferramenta valiosa ao oferecer novas perspectivas sobre os mecanismos da aprendizagem.

O envolvimento ativo dos pais no ambiente escolar é apontado como elemento essencial para o sucesso educacional, assim como a superlotação das salas, a má formação docente, a sobrecarga de tarefas e a escassez de recursos prejudicam significativamente esse processo. Portanto, é necessário que as práticas pedagógicas sejam planejadas de forma flexível, considerando os diversos estilos de aprendizagem — visual, auditivo e sinestésico — para garantir melhores resultados (Rangel; Lichote, 2024).

Nessa mesma linha, Beltrão (2024) argumenta que o cérebro não deve ser visto apenas como um órgão isolado, mas como parte integral do ser humano, desafiando a tradicional separação entre mente e corpo. A neurociência, ao integrar emoções, sentimentos, funções mentais e subjetividade, levanta importantes questões filosóficas sobre a essência do ser humano.

A esse respeito, Borges (2024) discute a biopsicopedagogia como uma extensão do modelo científico que atua na formação de subjetividades. Ferramentas como a docimologia e a psicopedagogia são utilizadas para promover o pensamento crítico, embora, em muitos casos, essas intervenções sejam absorvidas por uma lógica normatizadora imposta por instituições e governos. O autor ainda diferencia ensino e aprendizagem: enquanto o ensino é estruturado e sistemático, a aprendizagem é pessoal, dinâmica e resistente à padronização — característica que se mantém mesmo com os avanços nos estudos neurológicos.

Borges (2024) também discute como a sociedade atual vive uma pedagogização constante, marcada por exigências de formação permanente que, paradoxalmente, podem ser vistas como fracasso quando não respeitam a singularidade do aprender.

Já Cabral et al. (2024) investigaram a educação inclusiva e o papel das tecnologias como suporte para essa abordagem. A pesquisa revelou que recursos como ambientes virtuais, aplicativos de comunicação alternativa e plataformas adaptativas possibilitam a personalização do ensino, ajustando-se às necessidades específicas de cada aluno. Essas ferramentas se consolidam como estratégias fundamentais para tornar a aprendizagem mais significativa e acessível, especialmente no contexto da educação especial.

3.4.2. METODOLOGIAS ATIVAS

À medida que o futuro se aproxima, a educação tende a passar por transformações profundas, impulsionadas por inovações tecnológicas, novos modelos de ensino e a evolução das metodologias ativas. Tecnologias como inteligência artificial, realidade virtual e aprendizado automatizado têm potencial para personalizar a experiência educacional, adaptando-a às necessidades de cada aluno. Além disso, modelos híbridos — que mesclam o ensino presencial com o online — ampliarão o acesso ao conhecimento em escala global (Takami, 2024).

Em um cenário que exige a formação de indivíduos críticos, autônomos e emancipados, as metodologias ativas se destacam por promoverem uma abordagem construtivista, em que o aluno assume papel central na construção do próprio conhecimento e na problematização de situações cotidianas (Silva; Andrade, 2024).

Takami (2024) enfatiza que essas metodologias, centradas na colaboração e no aprendizado prático, continuarão sendo agentes de transformação educacional. A valorização da resolução de problemas reais, dos projetos interdisciplinares e das avaliações formativas tende a aproximar a escola das demandas da sociedade contemporânea. Segundo o autor, a flexibilidade e a capacidade de adaptação serão competências-chave para educadores e instituições diante das constantes mudanças.

Ainda conforme Takami (2024), o futuro da educação será centrado no aluno, com foco na personalização, colaboração e flexibilidade. A habilidade de "aprender a aprender" se tornará tão essencial quanto o conhecimento em si, preparando os estudantes para desafios ainda desconhecidos. A inovação, nesse contexto, será elemento estrutural, impulsionando o desenvolvimento de competências críticas, criativas e adaptativas.

Nesse sentido, Silva e Andrade (2024) defendem que a educação deve ser cuidadosamente planejada e estruturada, não apenas para aplicar conhecimentos, mas para ensinar os alunos a refletirem sobre o presente e os novos desafios. Para isso, é indispensável o desenvolvimento de habilidades como inteligência emocional, criatividade, resolução de problemas, flexibilidade, iniciativa, empatia e resiliência.

Os autores também destacam que, em um mundo interdependente, a ética, o trabalho em equipe, a responsabilidade pessoal e até a espiritualidade devem ser considerados na formação dos estudantes. O cenário atual exige, portanto, metodologias que favoreçam o desenvolvimento integral, preparando os indivíduos para lidar com as exigências da vida cotidiana e do mercado de trabalho de maneira organizada e eficiente.

Promover o protagonismo discente implica também em uma mudança na postura docente, sobretudo no ensino superior. De acordo com Bacich e Moran (2018, apud Silva; Andrade, 2024), o professor deve atuar como orientador da aprendizagem, respeitando ritmos, necessidades e estilos de aprendizagem. Assim, o conhecimento relevante deixa de ser definido exclusivamente pelo docente e passa a emergir do contexto e das experiências do próprio aluno.

Por fim, para que as metodologias ativas sejam efetivas, é fundamental que integrem as experiências sociais e o contexto dos alunos aos conteúdos escolares. O entendimento do funcionamento cerebral, à luz dos avanços da neurociência, oferece base científica sólida para essa reformulação, ampliando as possibilidades de compreensão e inovação no processo de ensino-aprendizagem (Silva; Andrade, 2024).

3.4.3. MÚSICA COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA

A música não é apenas interpretada pelo cérebro, mas também exerce influência direta em seu funcionamento. Pesquisas indicam que a exposição musical provoca diversas mudanças fisiológicas, como a regulação de ritmos internos — frequência cardíaca, respiração, atividade elétrica cerebral e ciclos de sono e vigília — além de estimular a liberação de neurotransmissores associados ao prazer, à recompensa e à modulação da dor. Tanto a prática musical quanto a exposição contínua a músicas agradáveis favorecem o aumento da produção de neurotrofinas, substâncias que auxiliam na manutenção dos neurônios e promovem modificações nos padrões de conectividade neural, fortalecendo a plasticidade cerebral (Gomes; Alencar, 2024).

Gomes e Alencar (2024) investigaram o uso da musicalidade como recurso didático no ensino do Sistema de Numeração Decimal (SND), sob a perspectiva dos docentes. O estudo identificou três aspectos centrais que inovam o ensino da matemática: o planejamento das aulas, a realização das atividades com participação reflexiva dos alunos e a avaliação da aprendizagem, incluindo a autoavaliação como estratégia para ajustes pedagógicos.

No planejamento, os autores destacam uma mudança na percepção da matemática, enfatizando seu papel essencial desde a infância e sua relevância acadêmica e social. Essa abordagem levou à construção de atividades que conectam matemática e musicalidade, conferindo novo significado a esses conteúdos para professores e alunos.

A pesquisa também revelou que as atividades propostas estimularam um processo colaborativo e criativo, no qual exercícios de relaxamento, escuta ativa, percepção sonora e criação de paródias ampliaram a compreensão matemática. Esse processo incentivou a adoção de práticas inovadoras e aumentou a confiança dos professores ao estabelecerem conexões entre habilidades cognitivas e conteúdos matemáticos.

Quanto à avaliação, os resultados indicaram que a musicalidade tornou o processo avaliativo mais dinâmico e integrado, possibilitando a identificação mais precisa das habilidades dos alunos. Além disso, questões voltadas ao cálculo mental e atividades relacionadas incentivaram a construção de novos conhecimentos, ampliando os objetivos inicialmente planejados.

Outro ponto relevante foi o impacto positivo da musicalidade na primeira infância, período com maior potencial para o desenvolvimento de habilidades cognitivas. A ludicidade da música favoreceu o engajamento dos alunos, tornando o aprendizado mais prazeroso. Também foram destacados benefícios em termos de criatividade, adaptação curricular e inclusão, demonstrando que a musicalidade pode ser recurso valioso no ensino da matemática.

Por fim, Gomes e Alencar (2024) apresentaram o modelo metodológico Musicalidade MiX Potencial/Plasticidade Cíclica, que integra habilidades musicais e matemáticas, favorecendo a aprendizagem do cálculo mental e do SND. Essa abordagem possibilitou um ensino mais flexível e criativo, abrangendo conteúdos do currículo formal e elementos do currículo oculto, por meio de criações artísticas desenvolvidas por docentes e estudantes.

3.4.4. TECNOLOGIA COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA

De acordo com Félix, Octaviani e Freitas (2024), os avanços científicos possibilitam uma análise mais detalhada da integração das tecnologias digitais nas práticas pedagógicas, especialmente na Educação Infantil, com foco no desenvolvimento integral das crianças.

Entre as contribuições destacadas, observam-se jogos e aplicativos educativos que, por meio da interatividade, incentivam a aprendizagem, promovendo criatividade, percepção e colaboração. Esses recursos também permitem personalizar o ensino, ajustando-o às habilidades e níveis individuais dos alunos. Com uma ampla gama de ferramentas tecnológicas, é possível adaptar o aprendizado a diferentes estilos, contribuindo para a democratização do conhecimento.

Contudo, existem preocupações sobre os impactos do uso inadequado da tecnologia, especialmente em relação à atenção durante atividades presenciais, habilidades sociais, dependência de dispositivos e dificuldades nas interações sociais. Quando usadas de maneira planejada e crítica, as tecnologias digitais podem atuar como mediadoras do aprendizado, favorecendo o desenvolvimento de competências e habilidades (Félix; Octaviani; Freitas, 2024).

No âmbito positivo, além de personalizar o ensino, essas ferramentas digitais ampliam o acesso a informações e recursos, expandindo as oportunidades de aprendizado além da sala de aula. Elas também fomentam a criação de espaços colaborativos, nos quais estudantes podem trabalhar juntos em projetos, independentemente da localização geográfica. Dessa forma, essas tecnologias ajudam no desenvolvimento de competências essenciais para o século XXI, como pensamento crítico e fluência digital (Damasceno et al., 2024).

Nesse contexto, a neurociência tem contribuído significativamente para o desenvolvimento de plataformas de aprendizagem adaptativas. Segundo Damasceno et al. (2024), essas plataformas utilizam algoritmos avançados para personalizar o ensino com base no desempenho e nas preferências dos alunos. Exemplos como Smart Sparrow e DreamBox Learning ilustram essa abordagem, ajustando o conteúdo de acordo com a interação dos estudantes, tornando a aprendizagem mais eficaz. Assim, a colaboração entre neurocientistas, educadores e desenvolvedores é fundamental para criar ferramentas educacionais que sejam não apenas cientificamente fundamentadas, mas também pedagogicamente eficazes.

Outro ponto importante é a crescente tendência de tornar as tecnologias educacionais mais acessíveis. Ferramentas como realidade aumentada e virtual podem ser adaptadas para atender alunos com necessidades especiais, proporcionando experiências personalizadas para diferentes estilos de aprendizagem (Damasceno et al., 2024).

A startup Fessora é um exemplo de aplicação desses princípios no ensino de alfabetização online, utilizando tecnologias como Google Meet e lousas interativas. Suas avaliações diagnósticas empregam plataformas adaptativas para ajustar o conteúdo ao progresso dos alunos. A gamificação e o uso de ambientes multissensoriais aumentam o engajamento, enquanto o neurofeedback contribui para a autorregulação, promovendo um aprendizado mais eficaz (Damasceno et al., 2024).

A integração da neurociência com a educação também está presente em jogos cognitivos como Lumosity e Cogmed, que incorporam gamificação para estimular habilidades como memória e atenção. Isso abre novas possibilidades para a criação de experiências de aprendizagem mais personalizadas e eficazes (Damasceno et al., 2024).

Uma política educacional eficaz deve incentivar a integração de neurociência e tecnologia no ensino. Para isso, é necessário estabelecer diretrizes claras e investir na formação de professores e infraestrutura tecnológica, superando os desafios para transformar a

educação, preparando melhor os alunos para os desafios contemporâneos (Damasceno et al., 2024).

Lima et al. (2024) destacam que a combinação de tecnologias emergentes, metodologias inovadoras e currículos interativos é essencial para o avanço da educação. O desenvolvimento contínuo de ferramentas tecnológicas facilita a adoção de novas abordagens pedagógicas e transforma as práticas de ensino e aprendizagem. Além disso, a integração dessas tecnologias exige que os educadores se atualizem constantemente, adquirindo a capacidade de incorporar essas inovações às suas práticas pedagógicas de maneira eficaz.

Estudantes se beneficiam desse processo ao participar de um aprendizado interativo, o que aumenta a motivação e melhora o desempenho acadêmico. Lima et al. (2024) exemplificam isso com um estudo de caso realizado no interior do Ceará, no qual o uso da plataforma Wordwall, baseada em gamificação, teve um impacto positivo no desempenho de alunos do primeiro ano do ensino médio em matemática básica. Ao final do projeto, todos os alunos apresentaram resultados positivos, evidenciando a eficácia da integração entre tecnologia e metodologia inovadora.

Amorim e Santos (2024) abordam a chegada da Educação 5.0 e os desafios impostos pelo uso intensivo de tecnologias durante a pandemia de Covid-19. A pesquisa enfatiza o papel das ferramentas interativas no ensino fundamental, especialmente no desenvolvimento de modelos pedagógicos que atendam às necessidades dos alunos de forma positiva e motivadora.

O estudo propõe o desenvolvimento de um artefato digital educativo que combina ferramentas e métodos estruturados para criar experiências interativas que estimulam habilidades cognitivas como atenção e disciplina. A utilização de estratégias de UX/UI (experiência e interface do usuário) é crucial para garantir uma abordagem clara e prática na implementação dessas ferramentas (Amorim; Santos, 2024).

Costa (2024) destaca que o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) é uma abordagem eficaz para promover a inclusão nas escolas, atendendo a diversos estilos de aprendizagem e necessidades específicas. Assim como outras tecnologias, a implementação do DUA exige um planejamento bem estruturado, que contemple os recursos adequados e a formação contínua dos professores, visando um ambiente educacional mais inclusivo.

Embora a familiaridade com o DUA ainda seja limitada entre alguns profissionais, Silva (2024) observa que, em muitos casos, as práticas pedagógicas já se alinham aos princípios do DUA, o que demonstra a viabilidade de sua aplicação. Para facilitar sua adoção, a autora sugere o desenvolvimento de ferramentas educacionais, como videoaulas no YouTube, que ajudem os professores a compreender e aplicar o DUA de forma prática em suas aulas.

Em suma, o DUA se apresenta como uma alternativa eficaz para combater a exclusão escolar, pois oferece diretrizes flexíveis que atendem às diferentes necessidades de aprendizagem e promovem a inclusão (Silva, 2024).

4. DISCUSSÃO

A partir da análise integrativa dos estudos selecionados e da abordagem qualitativa adotada, foi possível compreender como a articulação entre neurociência e

psicopedagogia tem sido discutida e aplicada no contexto educacional contemporâneo. O panorama educacional atual reflete a complexidade de um sistema que deve atender a uma diversidade de perfis estudantis. A análise realizada confirmou que a aprendizagem exige uma abordagem multifacetada, onde aspectos individuais, culturais e sociais desempenham papéis cruciais.

A psicopedagogia, ao lado da neurociência, apresenta-se como um possível caminho promissor para lidar com essa diversidade, fornecendo subsídios teóricos e práticos para a construção de estratégias que respeitem o ritmo e as necessidades únicas de cada estudante, sendo atípico ou não. Essa observação corrobora a hipótese de que essas áreas, integradas, podem enriquecer as práticas educacionais e promover intervenções mais eficazes.

A investigação das dimensões cognitiva, emocional e social da aprendizagem revelou que esses fatores são interdependentes e devem ser abordados de forma integrada. O papel da neuroplasticidade, conceito central da neurociência, confirma que as experiências vivenciadas pelos estudantes moldam as conexões neurais, destacando a importância de práticas educacionais que estimulem a atenção, a memória e o engajamento emocional. A psicopedagogia, ao compreender essas dimensões, fornece ferramentas valiosas para promover a aprendizagem significativa e adaptação curricular. Essa análise evidencia que a articulação entre neurociência e psicopedagogia possibilita uma abordagem holística e inclusiva ao processo educativo, atendendo ao objetivo específico de explorar esses fatores interligados.

Nesse sentido, a integração entre neurociência e psicopedagogia demonstra ser uma abordagem enriquecedora para o campo educacional. Descobertas neurocientíficas, como o impacto das emoções na aprendizagem, complementam os métodos psicopedagógicos tradicionais, oferecendo novas perspectivas para a personalização do ensino. Isso reforça a hipótese de que essas descobertas não substituem, mas aprimoram as abordagens existentes, tornando-as mais eficazes e fundamentadas. O alinhamento entre teoria e prática, promovido por essa interação, atende ao objetivo de apoiar práticas pedagógicas que considerem a diversidade dos estudantes, contribuindo para a formação de um ambiente educacional mais inclusivo e eficiente.

Da mesma forma, as estratégias educacionais identificadas, como o uso da música, metodologias ativas, tecnologias e jogos digitais, e o desenvolvimento da aprendizagem emocional, demonstraram potencial significativo para melhorar o engajamento e o desempenho dos estudantes. Essas práticas, fundamentadas em evidências científicas, alinham-se ao objetivo de identificar inovações que atendam às necessidades individuais dos alunos com suas demandas contemporâneas.

A aplicação dessas estratégias reforça a importância de integrar conhecimentos da neurociência na prática pedagógica, oferecendo recursos que promovem tanto o desenvolvimento cognitivo quanto emocional dos estudantes. Assim, confirma-se que a ciência pode ser um pilar para a transformação e modernização das práticas educacionais, contribuindo para uma aprendizagem mais efetiva e centrada nas características do indivíduo.

As metodologias ativas no ensino têm ganhado destaque, sendo defendidas por Silva e Andrade (2024) como fundamentais para a centralidade do aluno em seu processo de aprendizagem. Tais metodologias, como a resolução de problemas reais e projetos interdisciplinares, envolvem os estudantes de forma significativa, permitindo maior engajamento. Takami (2024) complementa essa visão, afirmando que o futuro da

educação será marcado pela personalização do ensino, com adaptações às necessidades dos alunos. A integração de atividades interativas, como a proposta de Gomes e Alencar (2024), que incorporaram a música ao ensino da matemática, demonstra que o aprendizado pode ser mais dinâmico e engajante, estimulando habilidades cognitivas, emocionais e sociais.

O papel das tecnologias digitais é igualmente fundamental, destacando-se pelo impacto na personalização do ensino. Félix, Octaviani e Freitas (2024) ressaltam que jogos e aplicativos educativos promovem competências essenciais, como criatividade e colaboração. O uso de plataformas digitais adaptativas, como Smart Sparrow e DreamBox Learning, tem se mostrado eficaz para ajustar o conteúdo ao ritmo e estilo de aprendizagem de cada aluno, promovendo autonomia e engajamento. Além disso, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) que foi abordado por Costa (2024), destacou o impacto positivo das tecnologias na inclusão, ao tornar ambientes de aprendizagem acessíveis a todos, independentemente de suas necessidades ou habilidades.

Contudo, o uso excessivo de tecnologias sem um planejamento pedagógico adequado pode gerar desafios, como a distração dos alunos. Félix, Octaviani e Freitas (2024) alertam para os riscos da dependência dos dispositivos, reforçando a necessidade de um papel ativo do educador para direcionar o uso das tecnologias de forma produtiva. A integração de plataformas baseadas em gamificação, como o Wordwall, demonstrou benefícios no desempenho acadêmico, promovendo interação e desenvolvendo habilidades cognitivas importantes, como a atenção e a resolução de problemas.

Por fim, a integração das neurociências com a pedagogia é apontada como um caminho promissor para aprimorar as práticas educacionais. Em síntese, a implementação de metodologias ativas e tecnologias digitais adaptativas tem o potencial de transformar a educação, tornando-a mais personalizada, inclusiva e eficaz, com o papel do educador sendo essencial para a implementação bem-sucedida dessas inovações.

5. CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo analisar a integração entre neurociência e psicopedagogia no aprimoramento dos processos de ensino e aprendizagem, buscando compreender como esses campos podem contribuir para práticas pedagógicas mais eficazes, inclusivas e personalizadas. A partir da revisão integrativa realizada, foi possível observar que a aprendizagem é um fenômeno complexo e multifacetado, que envolve não apenas aspectos cognitivos, mas também emocionais e sociais, os quais interagem de maneira dinâmica para influenciar o desenvolvimento educacional dos estudantes.

Os resultados evidenciam que a neurociência, ao revelar os mecanismos neurais subjacentes ao processo de aprendizagem, especialmente por meio do conceito de neuroplasticidade, oferece fundamentos científicos que enriquecem as abordagens psicopedagógicas. Por sua vez, a psicopedagogia proporciona ferramentas práticas para aplicar esses conhecimentos no ambiente educacional, respeitando as individualidades e diversidades dos alunos. A integração dessas áreas reforça a necessidade de um olhar holístico, que considera o aluno como um ser integral, cujas emoções e contextos sociais são tão relevantes quanto suas habilidades cognitivas para o sucesso escolar.

Além disso, estratégias educacionais inovadoras, como o uso da música, metodologias ativas, tecnologias digitais adaptativas e o desenvolvimento do aprendizado emocional,

demonstraram potencial significativo para tornar o ensino mais engajador e eficaz. A personalização do ensino, apoiada em recursos tecnológicos e metodológicos fundamentados na neurociência, revela-se um caminho promissor para atender às demandas da diversidade presente nas salas de aula contemporâneas, promovendo a inclusão e o protagonismo dos estudantes.

As hipóteses iniciais deste estudo foram confirmadas, evidenciando que a articulação entre neurociência e psicopedagogia pode ampliar e aperfeiçoar as práticas educacionais, sem, contudo, substituir os métodos tradicionais, mas complementando-os com bases científicas e estratégias inovadoras. Tal integração contribui para o desenvolvimento de ambientes educacionais mais adaptativos, onde o ensino é moldado segundo as necessidades e características singulares de cada aluno.

Entretanto, é importante reconhecer as limitações deste estudo, especialmente o foco predominantemente teórico, que carece de uma investigação mais aprofundada da aplicação prática dessas estratégias em contextos educacionais reais. A formação continuada dos professores, imprescindível para a incorporação efetiva dessas abordagens, também merece maior atenção nas pesquisas futuras. Ademais, sugere-se que estudos subsequentes explorem a sistematização e a viabilidade da aplicação em larga escala de práticas educacionais personalizadas, a fim de melhor atender à diversidade crescente do público escolar.

Em suma, a convergência entre neurociência e psicopedagogia representa uma importante fronteira para a inovação pedagógica, promovendo uma educação mais inclusiva, personalizada e eficaz. Essa integração potencializa a aprendizagem significativa, estimulando tanto o desenvolvimento cognitivo quanto o socioemocional dos estudantes, habilidades essenciais para que possam enfrentar os desafios do século XXI com autonomia, criatividade e resiliência. Assim, o presente estudo contribui para fortalecer o diálogo interdisciplinar entre ciência e prática pedagógica, oferecendo subsídios valiosos para a construção de políticas educacionais e práticas docentes que valorizem a singularidade do processo de aprender.

REFERÊNCIAS

[1] **AMORIM, Amanda Nayara; SANTOS, Laís Caroline dos.** Leduca: processos de design UX/UI na prototipação de um produto digital para potencializar o aprendizado de crianças do ensino fundamental. Disponível em: http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/14808. Acesso em: 14 fev. 2025.

[2] **BORGES, Bruno Gonçalves.** As tecnologias de individuação e o discurso biopedagógico sobre a educação. *Linguagens, Educação e Sociedade*, v. 28, n. 56, p. 1-21, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/3386.

[3] **BRASIL. Ministério da Educação.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. Lei nº 9.394/1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 28 jul. 2023.

[4] **CABRAL, Gladys Nogueira; THOMAZ, Paulo Roberto Valdo; THOMAZ, Matheus Valdo; SANTOS, Jéssyca Koppe; NASCIMENTO, Edson Rafael Braga do; MACHADO, Joyce Kimberlly Gomes Cazoni; ALMEIDA, Jeane Pereira; ARAÚJO, Tethe Ingrid Magalhães de.** Construindo pontes digitais para o aprendizado: tecnologias como pilar da educação inclusiva. In: *Tecnologias Emergentes e Metodologias Ativas em Foco: Construindo Vias Alternativas para o Conhecimento*, v. 3, p. 99-113, 2024.

[5] **COSTA, Elisete Araújo.** A arte no ensino fundamental: estratégias pedagógicas inclusivas à luz do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Taubaté – SP, 2024. Disponível em: http://repositorio.unitau.br/jspui/bitstream/20.500.11874/7107/1/Elisete%20Araujo%20Costa.pdf. Acesso em: (não informado).

[6] **DAMASCENO, M. das G. de A.; SANTOS, S. M. A. V.; FRANQUEIRA, A. da S.; FADINI, A. C. C.; BRITO, J. de A.; VIANA, S. C.** Potencializando a aprendizagem: a contribuição da neurociência e das tecnologias educacionais. *Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação*, v. 10, n. 7, p. 2409–2422, jul. 2024. DOI: https://doi.org/10.51891/rease.v10i7.14983.

[7] **FELIX, Bruna Silva; OCTAVIANI, Maria Inês Crnkovic; FREITAS, Rafaela de Oliveira Falcão.** O desenvolvimento infantil e a integração das tecnologias digitais na educação. *Revista Educação em Páginas*, v. 3, n. 3, e13801, 2024. ISSN 2764-8028.

[8] **GOMES, Herica Cambraia; ALENCAR, Edvonete Souza de.** Elementos didáticos da interface neurociência-cognitiva, matemática e musicalidade, enquanto recurso de ensino docente. *SciELO Preprints*, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.8395. Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/8395/15700.

[9] **LIMA, Michae Fernandes de; CARRETERO, Jônathas dos Santos; OLIVEIRA, Patrícia da Silva; SILVA, Gildalva Alves da.** Aprimorando a aprendizagem: a interação entre tecnologia, currículo e interatividade. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 10, n. 7, jul. 2024. ISSN 2675-337. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/14746/7587.

[10] **LOPES, Edson; MINELLA, Dirceu; SEBENELLO, Daina; VILANOVA, Sheila Mara; GIMENEZ, Kelly; ODORCIK, Bruna.** Contribuições da neurociência ao processo de ensino e aprendizagem. *Revista do Centro Universitário FAI – UCEFF*, v. 3, n. 2, 2024. Disponível em: https://revistas.uceff.edu.br/reviva/article/view/860/774.

[11] **MONTEIRO BELTRÃO, Monique Ferreira.** Análise sobre a neurociência aplicada na escola, espaço de conhecimento, de pesquisa e de aprendizagem. *Desafios e perspectivas em tempos escolares: algumas possibilidades. Construção Psicopedagógica*, v. 34, n. 35, São Paulo, 2024. Epub 24 jun. 2024. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1415-69542024000100078&script=sci_arttext.

[12] **OLIVEIRA, Jádia Elane; PALOSCHI, Heitor; RAMALHO, Adriane Corrêa; GODINHO, Fabiana Pereira; SOUZA, Vilma das Graças Britts de.** A contribuição da neurodidática para uma prática pedagógica mais dinâmica e efetiva. *RECIMA21*, v. 5, n. 2, 2024. Disponível em: https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/4896/3416. Acesso em: 14 fev. 2025.

[13] **RANGEL, Alexandra Duncan Franco; LICHOTE, Davis Anzolin.** O cérebro e a aprendizagem: caminhos para superar as dificuldades em aprender. *Pesquisas e Debates sobre a Saúde Coletiva: um intercâmbio entre Brasil e Portugal*, v. 2, 2024. Disponível em: https://editora.editoraomnisscientia.com.br/artigoPDF/4-10598925457-04112024090826.pdf.

[14] **SILVA, Alessandra A. Brandão; SILVA, Rosa Jussara Bonfin.** A importância da neurociência na educação. *Revista Educação In Loco*, v. 3, n. 1, 2024. ISSN 2675-4304. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/385032433_A_IMPORTANCIA_DA_NEUROCIENCIA_NA_EDUCACAO. Acesso em: 01 dez. 2024.

[15] **SILVA, Aparecida e; SANTOS, Cláudia Lilian Alves dos; SANTOS, Antocleia de Sousa.** A neurociência e a educação: abordagem sobre memória e emoções no processo de aprendizagem. *Revista Centro de Educação UFSM*, Santa Maria, v. 49, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/72088/63309.

[16] **SILVA, Alessandra Prudente de Oliveira; ANDRADE, Gustavo de Oliveira.** Neurociências na educação e metodologias ativas: uma aprendizagem significativa no ensino superior. In: *Experiências Formativas na Pedagogia a Distância: Pesquisas e Relatos sobre a Escola e a Educação*, v. 2, Lavras: Ed. UFLA, 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Estela-Vieira-2/publication/383859898_Experiencias-formativas-na-pedagogia-vol2/links/66dd87b564f7bf7b199f17ef/Experiencias-formativas-na-pedagogia-vol2.pdf#page=146.

[17] **SILVA, Mayra Pereira.** Práticas inclusivas para alunos com e sem Transtorno do Espectro Autista na perspectiva do Desenho Universal para Aprendizagem. Taubaté – SP, 2024. Disponível em: http://repositorio.unitau.br/jspui/bitstream/20.500.11874/7103/1/Mayra%20Pereira%20Silva.pdf.

[18] **UNESCO.** Declaração de Incheon. Educação 2030: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos. Coreia do Sul: UNESCO, 2015.

[19] **UNESCO.** Declaração mundial sobre educação para todos. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, 1990.

[20] **UNESCO.** Declaração de Salamanca. Salamanca: UNESCO, 199

Capítulo 5

Esquema de arquitetura cognitiva nas ciências humanas e sociais: contribuições de um modelo aplicado à neuropsicanálise

Sandra Leandro Pereira

Resumo: O presente ensaio teórico explora um esquema de arquitetura cognitiva com foco as áreas de ciências humanas e sociais no esteio das representações mentais que serve de orientação no estuda da subjetividade do comportamento das pessoas nas organizações. O conceito de arquitetura cognitiva está ligado à descrição de diferentes elementos que constituem um sistema cognitivo e suas relações. O objetivo desse estudo é esquematizar um modelo de arquitetura cognitiva ligado às ciências humanas e sociais, focalizando suas contribuições para a neuropsicanálise. Em termos metodológicos trata-se de um ensaio teórico, funcionalista-interpretativo, de natureza aplicada, desenvolvido por meio da interpretação dos elementos principais relacionados ao tema em foco cujo procedimento aplicado utiliza três vias analíticas: explicação de um modelo teórico, descrição quanto à sua adequação e identificação das relações focalizadas na investigação. Em termos de resultados gerais, esse trabalho defende o entendimento de que a compreensão acerca dos processos cognitivos constitui um importante mecanismo no contexto humano e social que pode ser balizado por preceitos neuropsicanalíticos, nos níveis individual e grupal. O estudo utiliza dados secundários de um esquema de arquitetura cognitiva posto à discussão em estudo anterior e, dialeticamente, atualiza as análises para demonstrar a imagem das ligações neuronais elaboradas pelas pessoas em uma determinada situação. O estudo alerta para a necessidade de ampliação de interpretações analíticas interdisciplinares que reverberam a partir da conjunção de conhecimento gerado pelas áreas da neurociência e da psicanálise, sobretudo, frente às mudanças psíquicas vivenciadas no século XXI. Um mapa conceitual e exemplificações são utilizadas para contextualizar metodologicamente os conteúdos teóricos.

Palavras-chave: Modelo de arquitetura cognitiva, Neuropsicanálise, Ciências humanas e socais.

1. INTRODUÇÃO

Por estar a pesquisadora em processo de transição de carreira, essa investigação científica é caracteriza por uma atualização dialética de área. A motivação original para essa produção científica partiu de um estudo elaborado nos anos de 2008, intitulado "Contribuição de um modelo de arquitetura cognitiva para o sistema de gestão de recursos humanos", como desdobramento de sua uma tese de doutorado com foco na articulação do conhecimento organizacional fundamentado em processo criativo individual. E, dessa feita, o presente ensaio teórico resgata esta referida modelagem para mostrar sua pertinência em aspectos cognitivos estudados simultaneamente nas áreas humanas e sociais.

Muito se defende que as pessoas são os principais ativos organizacionais devido ao fato de que o conhecimento em nível individual é sinônimo de riqueza nas organizações denominado de capital humano e intelectual. Em variadas correntes de pensamento que se combinam entre si, pesquisadores (e.g. Werr e Stjernberg, 2003; Amis, Slack e Hinings, 2002; Garvin, 2000; Dunford, 2000) discutem a importante utilidade dos esquemas cognitivos como valiosos instrumentos conceituais do processo de geração de conhecimento em nível individual e social.

Grande parte das aproximações teóricas, a exemplo das ciências humanas e sociais que tratam do comportamento humano nas organizações, se inspira no entendimento de que indivíduos, grupos e sistema compõem o comportamento organizacional. E, nesse sentido, o comportamento e o desenvolvimento humano nas organizações só poderão ser "mapeados e/ou modelados", mesmo que apenas parcialmente, se existir o conhecimento dos processos cognitivos que explicam as representações mentais.

As áreas de ciências humanas e sociais carecem de um amplo conhecimento acerca das representações mentais, tanto no nível individual quanto grupal. A utilidade desse conhecimento poderá se apresentar no tocante a definição de modelos explicativos dos mecanismos neuronais que se elevam de complexidades ao nível do inconsciente.

A definição de um modelo mental é importante componente nas relações entre as pessoas, pois aqueles que não conseguem lembrar-se do passado estão fadados a repeti-lo (Garvin, 2000), E, em muitas situações, questões menos edificantes podem ser replicadas em todos os contextos, pois tais modelos mentais se mantêm se não houver um esforço interpretação analítica no sentido da necessária corrigenda.

O mapeamento das atividades mentais dos indivíduos pertencentes a quaisquer contextos ancora a construção e o entendimento de suas representações mentais. Independentemente da existência de fatores sociais limitantes ao processo cognitivo que leva a capacidade de interpretação, o ser humano pode se sabotar para o não enfrentamento da realidade (Vala, 1993).

Em havendo limitações em quaisquer aspectos (neurofísico, psíquico e espiritual) as situações tornam-se ainda mais emblemáticas. Nesse sentido, a importância da integração de estudos pautados em ciências neurológicas e psicanálise, portanto, o berço da neuropsicanálise se faz presente de forma imperativa.

Assim, para compreender tais representações mentais estudadas nas ciências humanas e sociais, por intermédio de um modelo de arquitetura cognitiva as organizações poderão obter significativos benefícios a partir da sua adequada aplicação, remetendo-se às contribuições adquiridas da neuropsicanálise. O modelo de arquitetura cognitiva aqui proposto foi desenvolvido no sentido da busca de integração entre conhecimento,

representações e esquema mental, quer seja em nível individual como grupal, situando os preceitos da neuropsicanálise clínica.

1.1. EMBASAMENTO TEÓRICO

Apesar de que nem tudo se pode idealizar a priori, na área de ciências humanas e sociais vale destacar o aspecto social voltado a mudança planejada. Nela o desenvolvimento organizacional assume um papel relevante em decorrência da relação entre atividades mentais individuais e sistema de crenças grupais.

Assim, na combinação preciosa entre as ciências humanas e sociais, essa área pouco explorada do desenvolvimento organizacional refere-se ao método que visa à mudança de atitude, valores e crenças dos profissionais, objetivando a melhoria do sistema como um todo (Dessler, 2003). Em função dessa crucial participação é fundamental que toda organização desenvolva esquemas baseados em aspectos cognitivos.

Em última instância, nesse ponto se coloca que as atividades mentais correspondem ao cerne dos elementos que vêm a compor os sistemas cognitivos e são definidas no âmbito das informações produzidas e dos tratamentos operados. As informações sinalizam percepções individuais em direção à solução dos problemas (natureza comparativa) e os tratamentos utilizam conhecimentos para atribuir um significado resultante da análise perceptiva para a tomada de atitude (natureza decisional).

Cabe lembrar que os conhecimentos não são totalmente dependentes da tarefa a realizar, mas são construções permanentes. Semelhante a esse entendimento, amparado na psicologia cognitivista, as atividades mentais orientam o conceito de representações como construções circunstanciais criadas em um contexto particular e com fins específicos (Richard, 1990).

Um dado é importante quando se trata do conceito de representações construídas ao nível neurofísico, estima-se que o nosso sistema nervoso central tenha mais ou menos 86 bilhões de neurônios. Cada neurônio tem em média 10 mil sinapses, ou seja, entradas sobre elas. O que representa um contingente de mais de cem trilhões de sinapses em nosso sistema nervoso central, obviamente, isto implica em uma enormidade de possibilidades entre elas. Em uma determinada situação problema ou não podem prevalecer as sinapses excitatórias que promovem as despolarizações das vias neuronais e, em outra perspectiva, as sinapses inibitórias promovidas por vias hiperpolarizadas (Lucion, 2025).

E, em associado a isto, agora voltado ao conceito de representações construídas ao nível do inconsciente, cabe lembrar que uma célula pode modular uma outra célula e desenvolver inúmeros desdobramentos. Como, por exemplo, nas vias da dor, traumas e números mecanismos de defesa, que podem produzir inibição. Assim sendo, as funções inibitórias no binômio corpo-mente são tão importantes como as excitatórias.

Pereira (2002) propôs uma metodologia de articulação do conhecimento organizacional fundamentada em processo criativo individual, mostrando que as atividades mentais são permeadas de elementos cognitivos no nível da consciência humana que leva à criação do conhecimento a que se pode denominar de representações mentais. Na continuidade dialética desse saber científico, parte-se do pressuposto de que existe uma bivalente interdisciplinaridade entre as áreas de ciências humanas e sociais por contemplar as representações mentais elaboradas pelas pessoas, visto que as ações ligadas ao

conhecimento organizacional são fomentadas pelo conhecimento no contexto de diferentes espaços de trabalho.

Portanto, existem situação que podem favorecer ou dificultar a articulação do conhecimento socialmente elaborado, sobretudo, nas atividades de grupo. Segundo esta pesquisadora, como produto de uma discussão dinâmica, o processo de articulação do conhecimento organizacional o compartilhamento de conhecimento socialmente advém da apropriação e da reapropriação do saber organizado. O conhecimento que leva ao aprendizado tanto pode se dar no decorrer de uma vida, intrinsecamente, quanto recebendo interferências da adaptação ou modificação em função do momento em função do ambiente e das informações disponíveis.

No processo de geração de conhecimento, por meio da formulação de esquemas mentais, as experiências anteriores vivenciadas são preponderantes diante dos modos de conversão do conhecimento. A conversão de um dado conhecimento ocorre pela articulação das células nervosas organizadas em cadeia, que se unem uma à outra por meio da formulação de ideias, revisão de conceitos, enfim, dentro de um conjunto de mecanismos que ocorrem entre as células nervosas pré-sinápticas e as células nervosas pós-sinápticas ou análises dos neurotransmissores e receptores envolvidos em uma sinapse. Portanto, em algum momento, na modulação de uma arquitetura cognitiva as sinapses são pontos muito importantes no funcionamento do nosso sistema nervoso central, dentro dos mecanismos de liberação de neurotransmissores e a integração neurotransmissor com um receptor.

Conforme explicam os precursores da teoria de criação do conhecimento (Nonaka; Takeuchi, 1997), o conhecimento pode ser articulado mediante a interação dinâmica e contínua entre as perspectivas em nível tácito e explícito do conhecimento individual, que leva ao conhecimento organizacional, gerando uma dinâmica em forma de espiral. O conhecimento intrínseco (internalizado) é não codificado, enquanto o conhecimento explícito (externalizado) é passível de codificação. Nessa interação entre os conhecimentos tácito e explícito ocorre seus modos de conversão (socialização, externalização, internalização, combinação) e destacam ainda estes autores a relevância das condições capacitadoras (intenção, autonomia, flutuação e caos criativo, redundância e variedade de requisitos).

Ao se pensar no conceito de arquitetura cognitiva dentro de amplas descrições dos elementos que constituem um sistema cognitivo e suas relações, as contribuições de destes autores retro mencionados se fazem imperativas. O Quadro 1 sintetiza os modos de conversão do conhecimento e as condições capacitadoras segundo a lógica criada por tais pesquisadores.

Quadro 01 – Modos de conversão do conhecimento e condições capacitadoras

Modos de conversão		Condições capacitadoras	
Socialização	Uso da linguagem; compartilhamento de modelos mentais e experiências (e.g. observação, imitação e prática).	**Intenção**	Elemento regulador de metas e princípios que julgam e determinam padrões de valor.
Externalização	Exposição declarativa (e.g. validação ou justificação); conceitos explícitos (e.g. escrita).	**Flutuação e caos criativo**	Interferência ambiental que precipita um colapso intencional (e.g. metas desafiadoras).
Internalização	Aprendizado e explicação dos processos empíricos sob a forma de modelos mentais (e.g. modelo) técnico.	**Autonomia**	Agir sem a intervenção de forças ou circunstâncias impositivas, ter permissibilidade com automotivação.
		Redundância	Esforço tácito para compreender o que os outros estão querendo expressar (e.g. construção de novos conceitos).
Combinação	Análise do conteúdo processado (e.g. protótipo); ajustamento de meios (e.g. reuniões em sala, discussões on-line)	**Variedade de requisitos**	Combinação flexível e atípica de informações que permite o intercâmbio de opiniões e diferentes percepções.

Fonte: elaborado a partir de Nonaka e Takeuchi (1997).

Dentro da perspectiva orgânica, ao se examinar o precioso conteúdo exposto por estes estudiosos da criação do conhecimento é possível se deduzir que a apropriação e a reapropriação do saber pressupõem um produto gerado a partir de processos cognitivos que se traduz na elaboração de modelos mentais, pelo qual se determina a relação entre sujeito e objeto. E com base nos processos cognitivos, as representações mentais elaboradas por cada ser pensante podem ser dialeticamente transformadas em conhecimento capazes de alcançar uma dimensão longitudinal ou voltar para o ponto de origem, dependendo de condições mais ou menos favoráveis à conversão do conhecimento.

Portanto, percebe-se que a conversão de conhecimento tem papel importante na construção de uma arquitetura onde seus processos cognitivos conduzem às interpretações de representações mentais, partindo inclusive da perspectiva de um campo propício a efetividade de competências Socioemocionais. A esse respeito, em estudo desenvolvido no campo da psicanálise clínica sobre carreiras sustentáveis, Pereira (2025a) relata uma longa trajetória de pesquisa sobre "Apontamentos de Expressões Vocacionais como Campo de Estudo Psicanalítico: interpretando condições psicossociais no binômio razão e emoção", realizada no interstício 2014-2024 com base em ações de um projeto de extensão universitária (Projeto de Extensão Ação de Gestão Organizacional -PROJEÇÃO).

As ações que deram suporte aos achados da investigação citada proporcionaram uma significativa massa de dados interpretados em forma de terapia de grupos à luz dos preceitos da psicanálise. Também cabe destacar, conforme a referida pesquisadora, as contribuições de Bluhm et. al. (2010) por meio do seu importante relato científico qualitativo onde o autor retrata o avanço da temática gestão no interstício de dez anos de estudos.

Em exame a esses relatos se pode perceber que o processo cognitivo é alimentado pelos atributos essenciais da combinação sinérgicas de conhecimentos, habilidades e atitudes, expressas pelo desempenho de atividades, dentro de um determinado contexto. O Quadro 2 explica dez competências socioemocionais, decodificando o termo e o impacto dessas competências.

Quadro 02 – Competências Socioemocionais

Competência	Definição	Impacto
Autoconsciência	Conhecimento de sentimentos próprios e esforço de autorregulação do binômio razão-emoção.	Redução de conflitos internos e externos
Autogestão	Habilidade de se manter no foco necessário com responsabilidade, determinação e persistência.	Aumento de ganhos de produtividade
Compaixão	Atitude de buscar o entendimento dos sentimentos de outros, posicionamento de modo respeitoso e solidário.	Fortalecimento da cultura organizacional
Comunicação	Habilidade de se comunicar evitando desvios, com preparação e consciência, conforme às necessidades do interlocutor de maneira clara e simples.	Redução de conflitos internos e externos
Flexibilidade	Habilidade de utilizar o processo de adaptabilidade constante e em variadas situações.	Aumento de ganhos de produtividade
Foco/meta:	Conhecimento do processo organizacional, na realização de atividades de forma concentrada com equilíbrio entre necessidades individuais-organizacionais.	Aumento de ganhos de produtividade
Negociação/Resolução de problemas	Atitude de reconhecer aspectos essenciais no processo negociação e na resolução de problemas de forma justa, pacífica e cautelosa.	Redução de conflitos internos e externos
Resiliência	Habilidade de lidar com situações adversas e/ou desafiadoras se conduzindo de forma adaptativa, se superando diante de dificuldades	Fortalecimento da cultura organizacional
Tomada de decisão	Atitude precisa com racionalidade e eficácia.	Aumento de ganhos de produtividade
Trabalho em equipe	Atitude colaborativa, com honestidade, gentileza e moderação para com os pares e demais pessoas.	Redução de conflitos internos e externos

Fonte: elaborado a partir de relatos de pesquisas desenvolvidas por Pereira (2025a).

Destarte, com base nas competências socioemocionais, no desenvolvimento e sobrevivência de um modelo mental as respostas em torno da articulação do conhecimento tanto justificam os esquemas cognitivos como, inversamente, por eles são justificados. A sessão seguinte trata dos aspectos metodológicos.

2. BASE METODOLÓGICA

Em função do sentido de continuidade e evolução científica, bem como da justificativa do momento de transição de carreira pela pesquisadora, similarmente, ao estudo que serviu de ancoragem para a presente de investigação, realizado em 2008 em torno das contribuições de um modelo de arquitetura cognitiva focado em recursos humanos, nessa descrição do método de pesquisa desenvolvido será mantida a mesma trajetória da investigação.

Trata-se de um estudo qualificado pelo método interpretativo, com abordagem qualitativa de pesquisa, de caráter exploratório-descritivo na tipologia de ensaio teórico. Essa

nomenclatura se dá ao reconhecer a função de buscar conhecer e descrever os elementos estudados da forma como se apresentam, expressando seu significado e o contexto em que eles se inserem. Tal classificação geral é suportada pelas orientações dos metodólogos Marconi e Lakatos (1997) e a revisão teórica, sintética e básica, foi desenvolvida de modo a interpretar o melhor caminho, utilizando uma fundamentação básica para alcançar o objetivo maior do estudo.

No presente estudo, semelhante a estratégia metodológica utilizada por Pereira (2008),

> "os procedimentos de análise temática foram desenvolvidos por meio da explicação, descrição e identificação dos elementos principais relacionados ao tema em foco. Nesse procedimento foram aplicados três tipos de análise: explicação do modelo, descrição quanto à adequação e identificação das relações. Em uma perspectiva integrativa, foi tomado como base de orientação o esquema de arquitetura cognitiva proposto por Richard (1990) e os pressupostos da teoria de criação do conhecimento defendidos por Nonaka e Takeuchi (1997)".

Orientado por essa estratégia metodológica, o modelo aqui desenvolvido intencionou ampliar a abordagem por oferecer uma versão recente no sentido de uma atualização e melhoria. O referido *upgrade* proposto se inspirou na perspectiva de um estudo piloto (Pasquali, 1999), tendo como norte uma proposta de construção de um modelo orientado por conceitos, atributos e associações (Pereira, 2006).

Esta investigação trata-se de uma pesquisa aplicada, pois propõe um esquema de arquitetura cognitiva dentro de uma estratégia metodológica que contribui para fins práticos em duas nas áreas à luz das contribuições de um campo terapêutico. Na pesquisa aplicada o investigador pode procurar conhecer: a maneira pela qual os fenômenos estudados operam; qual a sua função e estrutura; quais as mudanças efetuadas; porque e como se realizam; e até que ponto pode existir uma relação de influência. O Quadro 3 orienta o método de pesquisa e mostra o processo de elaboração de modelo teórico no direcionamento do método da pesquisa aplicada.

Quadro 03 – Método de Pesquisa – Modelo teórico e Pesquisa aplicada

Construção de modelo	Estágio cognitivo de conhecimento	Processo metodológico científico qualitativo	Conhecimento gerado na pesquisa aplicada
Como definir conceitos?	Definição conceitual	Representar o objeto pelo pensamento; formular a ação por meio de palavras; agrupar as características gerais.	De que maneira os fenômenos estudados operam?
Como encontrar atributos?	Levamento de atributos	Verificar o texto dos casos de uso expandidos; selecionar termos que representam informação transmitida do e para o sistema; agrupar sinônimos.	Quais as mudanças efetuadas? Qual é a sua função? Como se apresenta sua estrutura?
Onde usar as associações e em que direção?	Estabelecimento de associações	Expressar dependências estruturais entre os objetos, geralmente de classes diferentes; sua direção no modelo conceitual deve ser não-direcional, baseada em nível de agregação.	Por que e como se realizam? Até que ponto pode existir uma relação de influência?

Fonte: elaborado a partir de Pereira (2006).

Nele se destaca o sentido de utilidade no contexto da área de psicanálise clínica pela formulação de questões ligadas aos sentimentos como ciência da alma (Pereira, 2025b). No contexto da neuropsicanálise clínica, um exemplo consistente é que na ação do próprio analista a formulação de perguntas e racionalização de ideias passa necessariamente pela sinapse como sendo o ponto de encontro de uma célula (neurônio) e a célula seguinte na transmissão da informação.

Portanto, antes de imergir na condição de equilíbrio psíquico do paciente o analista necessariamente precisa estar em equilíbrio, cabendo deduzir que a condição necessária de funcionalidade dos neurotransmissores se dá desde o tripé da psicanálise (escuta flutuante, associação livre de ideias e transferência), tornando-se essencial a busca de conhecimento por meio da capacitação/formação constante. Assim sendo, todo o mecanismo de construção de conhecimento passa por um processo sináptico.

A natureza do problema de pesquisa aqui exposto presume a aplicação de conhecimentos, utilizando a perspectiva de investigação tratada por meio dos métodos funcionalista e interpretativo. Por meio do método funcionalista-interpretativo se busca utilizar uma linha de raciocínio de significativa insuficiência de conhecimentos sobre a formulação de um esquema de arquitetura cognitiva na interface das áreas de ciências humanas e sociais, reverberando a partir de contribuições do campo da neuropsicanálise clínica.

Cabe ao pesquisador científico o firme compromisso com a minuciosa descrição acerca da trajetória de pesquisa. É nesse sentido que se configura o compromisso dessa exposição científica. Uma investigação científica que assume notoriedade se constitui pelo valor do método à medida que utiliza rigorosamente procedimentos assertivos e aplica corretas técnicas e procedimentos de coleta e de tratamento de dados.

É mister lembrar que mesmo se tratado de uma investigação permeada pelo método interpretativo, portanto, por natureza desvinculado da necessidade de embasamento teórico, a presente estudo partiu da literatura pertinente. Um exemplo típico disso é a inexistência de neutralidade científica. O ser humano não se configura uma folha de papel em branco, existindo sempre uma impressão desde os primórdios da sua vida na condição de feto.

As revelações da ciência de hoje mostram expressivas mudanças em termos de características comportamentais das crianças, bem como na faixa etária infanto-juvenil que traz um contingente significativo de distúrbios psíquicos. Portanto, os designs metodológicos precisam se ajustar a contemporaneidade dos fatos.

Em pesquisa científica a lógica do método funcionalista assume um *design* metodológico baseado que parte da construção de um esquema e/ou formulação de hipótese e/ou premissas norteadoras com base nos seguintes questionamentos sobre: quais são as teorias relevantes? quais são, onde encontrar e como registrar os dados? A forma de captação de dados nesse método é a sondagem das evidências históricas de acordo com as hipóteses/premissas. Portanto, não ter como pré-requisito o exaustivo norteamento da teoria pertinente, mas pode recorrer a um caminho norteador em termos de trilha de explicação teórica.

O método interpretativo é meramente ancorado em questionamentos básicos, sendo totalmente livre de embasamento teórico: quais são, onde encontrar e como registrar os dados? Nele a captura de dados se dá por sua identificação voltada no sentido de observações específicas, bem como pelos questionamentos junto aos informantes essenciais dentro de um determinado contexto. O Quadro 4 explica as características do

método funcionalista e interpretativo quanto ao formato e a forma de captação de dados, bem como como acontece o processo e a análise na pesquisa científica.

Quadro 04 – Método Funcionalista-Interpretativo

Tipo de Método	Desenho da pesquisa e questionamentos	Captação de dados	Processo	Análise
Funcionalista	Construção de esquemas. Formulação de hipóteses/premissas - Qual é a teoria de base e/ou quais são as teorias relevantes? - Quais são os dados? - Onde encontrar os dados? - Como registrar os dados?	Sondar evidências históricas de acordo com as hipóteses/premissas norteadoras.	Exame de modelo Teste de hipótese Verificação de premissa	Nível concreto - Dimensiona a significância de dados - Compara com as explicações iniciais
Interpretativo	Livre de base teórica - Quais são os dados? - Onde encontrar os dados? - Como registrar os dados?	Identificar os dados para observações específicas. Questionar os informantes dentro de um determinado contexto.	Codificação Validação com os informantes	Nível abstrato - Descreve objetos - Relaciona conceitos

Fonte: elaborado a partir de Pereira (2008; 2024).

Com respeito a classificação de pesquisa aplicada, em conformidade com os aspectos contemplados no presente estudo, salienta-se que a investigação não foi guiada pela formulação de perguntas orientadoras na acepção de hipótese. A presente investigação se justifica pela escassez teórica relacionada à dinâmica da mudança institucional e o contexto dos profissionais (Cooper; Schindler, 2003).

Para imergir em uma questão solvida, o estudo propõe um modelo conceitual de referência ancorado em arquitetura cognitiva com base em investigação anterior (Pereira e Rodrigues, 2008), atividades cognitivas (Richardson, 1990), modos de conversão do conhecimento e condições capacitadoras (Nonaka e Takeuchi, 1997). Esse modelo conceitual se relaciona às ciências humanas e sociais e respeita os preceitos da neuropsicanálise clínica.

A importante interdependência entre a neurociência e a psicanálise potencializa a trajetória que leva ao inconsciente por intermédio do "dom" analítico de tocar a alma pela construção ética pautada em perguntas-chave e no despertar de ideias latentes. É mister lembrar que o nosso sistema nervoso trabalha utilizando sinais que são os potenciais de ação transmitidos de uma célula para outra, onde uma mera expressão gestual ou de palavras desperta uma imensidão de representações mentais.

Essa metodologia trata da definição de métodos e técnicas que auxiliam na compreensão de conceitos que correspondem à representação de um raciocínio ou pensamento por meio de suas características gerais. Por meio dessa metodologia foi construído um mapa conceitual que modulou as explicações o esquema proposto, respeitando os preceitos da neuropsicanálise na aplicabilidade das áreas de ciências humanas e sociais.

A respeito da construção de mapas, Pereira e Silva Filho (2024, 139p.) afirmam que:

> "orientará o pesquisador na compreensão dos conceitos articulados pelos sujeitos de pesquisa, no sentido de reunir e integrar diferentes percepções (tudo o que está na fronteira do entendimento)."

O mapa conceitual tem por finalidade explorar questões ou variáveis provavelmente norteadoras em uma temática investigada e suas diferentes perspectivas de relações e conexões existentes destacadas em torno desse tema central na percepção do autor ou dos investigados participantes de um dado evento. O mapa construído nessa investigação é exposto no Apêndice 1.

A sessão 3 mostra a descrição e interpretação de dados.

3. DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Em nível de discussão teórica, a proposição de um modelo de arquitetura cognitiva passa pela descrição de processos que abrange as percepções e relações interpessoais no sentido dos processos de comunicação e compartilhamento de conhecimento socialmente elaborado. Na construção de um esquema de arquitetura cognitiva se interpreta a articulação entre diversos elementos, de modo integrado.

Por cognição se entende as atividades mentais caracterizadas pela construção de representações sobre as quais produzem efeitos. Arquitetura corresponde à disposição das partes ou elementos de um determinado agenciamento ou construção.

Inicialmente, é importante pontuar a neuropsicanálise sob a ótica da neuroanatomia, analisando como o potencial de ação é transmitido, ou seja, como ele passa de uma célula a outra, sendo transmitido através da ação de um neurotransmissor onde o receptor é uma proteína localizada na membrana pós-sinápticas. Para que haja o equilíbrio biofísico-psíquico é necessário a presença de um conjunto de variáveis em relativa harmonia dentro dos centros de força.

Considerado o pai da psicanálise, em seus estudos originais relativos ao método terapêutico desenvolvido, Sigmund Freud no século passado já fomentava as bases para o nascimento da área da psicologia clínica bem correlacionada a psicanálise. Conforme lembra Pereira (2025b) ao estudar a psicanálise clínica, introduzindo o conceito de interpretações vocacionais, esta interface entre ambas se dá nas áreas: clínica, neuropsicoterapia, desenvolvimento organizacional e do trabalho, psicopedagogia e atendimento hospitalar. Estudos bem estruturados nas áreas de ciências humanas e sociais.

A referida pesquisadora destaca em sua obra que a psicanálise trata de grande parte dos distúrbios que nascem da desassociação entre razão e emoção, lembrando os sintomas de ansiedade e depressão e as variadas neuroses e síndromes (PEREIRA, 2022). Portanto, é extremante pertinente a atual adoção defendida pelas organizações das políticas de recursos voltados a saúde mental dos seus colaboradores, trazendo segurança e o compromisso do alcance de objetivos.

A psicanálise se encontra entre as áreas que cuida da busca de equilíbrio mental do ser humano, superando a cada dia as críticas infundadas que em muito se assemelham a

narrativas de interesses específicos de grupos. Trazendo para a interface entre psicanálise e os problemas atuais no cenário da vida profissional nesse novo milênio, Silva e Andrade (2020) alertam para questões psíquicas e mostram que aproximadamente 50% dos colaboradores organizacionais são acometidos de estresse ocupacional em algum nível.

São inúmeros os gatilhos que justificam os problemas psíquicos. Conforme afirma Lucion (2025), quando se fala do ponto de encontro entre as células (sinapses) tem que se pensar em Cálcio, pois ele libera espaços, serve para romper as vesículas que contém o neurotransmissor. Ao liberar o neurotransmissor para o espaço para fenda sináptica (entre a pré e pós-sinápticas) o neurotransmissor se liga a uma proteína e libera o sódio na célula para ativar o potencial pós-sináptico através do sinal pré-sináptico na fenda sináptica, transmitindo o potencial de ação na célula.

Quanto aos variados tipos de neurotransmissores é possível citar os seguintes canais de ligações:

- Direta – o próprio transmissor é o canal, normalmente uma proteína;
- Indireta o neurotransmissor usa uma outra proteína – indiretamente engatilhado pelo neurotransmissor que envolve uma via direta, a exemplo de quando o neurotransmissor tem uma reação de eventos intracelulares;
- Indireta o neurotransmissor atua no núcleo da célula – funciona indiretamente no envolvimento de uma via nuclear na célula.

Portanto, o equilíbrio biológico e mental é fundamental para a trilogia defendida na lógica neuropsicanalítica (neurofísica-psíquica-espiritual). É preciso encontramos um significado sobre os passos que devemos dar para o abrilhantamento de estado de plenitude.

Segundo as explicações de Oliveira (2024), a doença é o manejo como a gente lida com um desafio. Há um contingente exponencial de doentes enquanto pessoas que entram no problema de relacionamento e não encontram um significado. Quando entendemos o que a vida nos apresenta esta tal revelação nos serve de superação.

A neuropsicanálise é especialmente interessada em estudos das funções do cérebro que governam a vida instintiva, em particular aqueles que são fundamentais para a compreensão da agência, subjetividade e intencionalidade. Dificilmente se terá condições de entender os processos reflexivos terciárias de cérebros humanos sem estudar experienciais relatos verbais, especialmente no contexto dos desafios farmacológicos específicos e distúrbios neuropsicológicos.

As contribuições dessa interdependência de áreas são marcadas pelo esforço dos neurocientistas clássicos que fizeram a história passada construir o patamar para as grandes descobertas científicas de hoje (e.g. Eric R. Kandel em 1929, Oliver Sacks em 1933, Jaak Panksepp em 1943, António Damásio em 1944, Joseph LeDoux em 1949, Vilanayur S. Ramachandran em 1951, Helen S. Mayberg em 1956, dentre outros). A exemplo desses baluartes basta lembrar que Eric Kandel, da Universidade Columbia, foi condecorado com o Prêmio Nobel de 2000 em fisiologia ou medicina e muitos outros neurocientistas referem-se à psicanálise como ainda embrionária uma visão da mente mais intelectualmente satisfatória e coerente (Dunker, 2025).

E foi justamente no mês de julho de 2000, em Londres, durante a realização do I Congresso Internacional de Neuro-Psicanálise foi formado o comitê fundador constituído com as lideranças de diversos pontos do planeta para fundação da Sociedade Internacional de

Neuro-Psicanálise. Nesse sentido, é precioso se descrever a importância dos esquemas mentais, partindo dos achados da neurociência e da psicanálise. Um de seus méritos, sem dúvida foi no sentido de estender-se em uma ação interdisciplinar da patologia, às emoções e aos processos cognitivos ricamente descritos em um modelo integrado ou relacional.

Assim sendo, o presente ensaio tem como norte todo esse referencial retro mencionado, para revisar o modelo de arquitetura cognitiva, originalmente desenvolvido nos anos de 2008, buscando nesse momento da investigação ao ajustamento de informações nas ciências humanas e sociais. Aqui se mantem, portanto, o conteúdo relevante e aprofunda seu conhecimento, para atribuir um sentido avanços mais recentes para as contribuições na neuropsicanálise.

Como já visto no estudo anterior, conforme Richard (1990), um esquema de arquitetura cognitiva pode representar uma arquitetura funcional do pensamento, sobretudo, no sentido da impossibilidade do não se conhecimento das estruturas neuroanatômicas. Portanto, a proposição de um modelo de arquitetura cognitiva concerne uma construção funcional na medida em que operacionalmente representa uma estrutura estática do sistema cognitivo cuja finalidade é descrever seus diversos elementos constituintes e suas relações.

No esquema aqui posto a discussão, dando prosseguimento, inspoirando-se em Richard (1990), Nonaka e Takeuchi (1997), Pereira (2006) e Pereira e Rodrigues (2008), o modelo de arquitetura cognitiva desenvolvido no presente estudo tem como **premissa norteadora** que a compreensão da rotina das representações mentais pode ser demonstrada, sequencialmente, contribuindo para interpretação de sentimentos no binômio razão-emoção tanto no plano consciente como ao nível do inconsciente e, nesse modelo, são destacadas as entradas e saídas do sistema cognitivo orientado pelas sinapses.

Por entradas deva-se entender as situações problemáticas ou não alimentadas por informações materiais (explícitas) e/ou informações simbólicas que podem ser de natureza gerais e específicas. Enquanto as saídas se referem às ações (decisões) e às produções linguísticas (conteúdos semânticos transmitidos).

Nas entradas as **Situações** são avaliadas mediante:

- Representações mentais – de situações e/ou simbólicas;
- Conhecimentos – gerais e específicos;
- Raciocínios – epistêmicos e/ou pragmáticos.

Cabe lembrar que os conhecimentos construídos e capturados podem determinar os raciocínios provenientes da situação geradora, formando uma relação entre conhecimentos e raciocínios que por sua vez dão origem à construção das representações mentais e por meio destas se dá a nova construção de conhecimentos e memorização de ações. É por assim dizer que em última instância se estabelece um outro ciclo gerado com a criação constante de novos conhecimentos e posteriormente novos raciocínios.

Essa é a grande riqueza da dialética que se ajusta aos novos tempos entre povos e nações, crenças e descrenças, saberes e dúvidas. No limiar desse novo milênio muitos modelos mentais foram colocados à derrocada e outros se soergueram de cinzas recriminatórias. E, atualmente, com o imperativo tecnológico como se diria no senso comum "*o céu é o limite*".

Já se fala por exemplo, no meio científico, em certo acordo consensual, a cerca da presença indelével de mais um cérebro. Esse novo cérebro está inexoravelmente associado ao uso do aparelho celular (Mashua, 2025). Esse recurso tecnológico se configura hoje como um verdadeiro apêndice orgânico inseparável, porquanto, na linguagem comum se pronuncia de modo automatizado e quase generalizado a frase "*meu celular*".

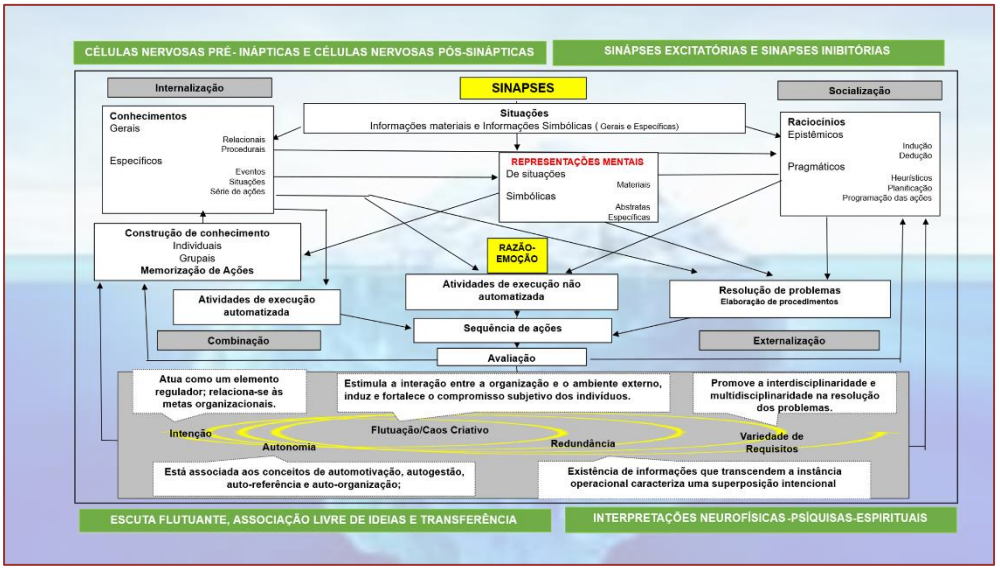
De tal modo, as representações de prévia existência poderão intervir na natureza das ações a serem desenvolvidas em diferentes atividades, tais como:

- De execução automatizadas – baseado em sistemas neuronais conhecidos, não influenciadas pelo raciocínio;
- De execução não-automatizadas – sem roteirização norteadora, influenciadas pelo raciocínio;
- De resolução de problemas – com elaboração de procedimentos, influenciadas pelo raciocínio.

Uma vez ocorrida a Seqüência de ações o indivíduo terá condição de proceder à Avaliação e, consecutivamente, construção de diferentes conhecimentos, memorização de ações e/ou raciocínios, mediante a presença de Condições capacitadoras (intenção, autonomia, flutuação e caos criativo, redundância e variedade de requisitos). Esse modelo de arquitetura cognitiva é margeado pelos Modos de conversão do conhecimento (socialização, externalização, internalização, combinação).

O entendimento das representações mentais justifica a produção desse esquema de arquitetura cognitiva que traz contribuições para neuropsicanálise, baseada em revisão teórica randômica se ancora em estudos diversos no interstício de 1990 a 2025, conforme explicitado na Figura 1. Essa investigação vai de encontro daquilo que fora defendido ao afirmar que esses elementos são relevantes na construção de significados, sentidos e conhecimentos, bem como na elaboração das representações mentais pelas sinapses dentro do binômio razão-emoção levado aos níveis consciente e inconsciente.

Figura 1 – Esquema de arquitetura cognitiva – contribuições para neuropsicanálise



Fonte: elaboração própria baseada em revisão teórica randômica (1990 a 2025).

Desse modo, a construção do esquema de arquitetura cognitiva também deu sustentação à interpretação e análise de dados com base no modelo proposto por Mcdonough e Braungart (2002) e a aplicação da metodologia de externalização de conceitos desenolvida por Pereira (2002). Assim, o mapa conceitual (Apêndice 1) gerado trouxe à baila um expressivo conjunto de questionamentos acerca dos elementos associados à neurociência e psicanálise, observando suas contribuições modelo para neuropsicanálise e confirmando a premissa norteadora da investigação.

Na construção desse mapa conceitual, o conhecimento construído sistematicamente apontou um conjunto de questões provocativas no sentido da proposição desse modelo de arquitetura cognitiva ancorado nas ciências humanas e sociais que vem apresentar contribuições para a psicanálise. Cabe destacar os seguintes questionamentos:

- Quanto as dimensões de análise – como pode ser conduzida a anamnese em um *setting* de psicanálise onde o analista intenciona inicialmente se familiarizar com as representações mentais construídas pelo paciente?
- Quanto às etapas do processo – quais são as prioridades a serem implementadas no processo analítico, tendo como base as limitações demonstradas inicialmente pelo paciente?
- Quanto a formação das sinapses – Como se dá o ponto de encontro entre as células em termos de conhecimentos (construção) e de raciocínios?
- Quanto a funcionalidade dos neurotransmissores – Há alguma situação problemática no que se trata de neurotransmissores?
- Quanto aos tipos de neurotransmissores – o processo analítico é comprometido por algum tipo de neurotransmissor?
- Quanto ao sistema neuronal – Quais são as atividades ligadas ao sistema neuronal?
- Quanto à execução não automatizada livre – Quais atividades não adotam roteiros?
- Quanto à execução não automatizada sustentada – Quais atividades seguem procedimentos?
- Quanto aos contextos das interpretações – Existem desconformidades nos contextos neurofísico, psíquico e espiritual?
- Condições de modos de gerar conhecimento – Como se apresentam as condições capacitadoras em cada modo de conversão de conhecimento?

Sem necessariamente oferecer um guia para a condução de qualquer processo analítico cabe destacar relevância de dez dimensões de análise clínica no processo de interpretação neuropsicanalítica, a saber: senso de orientação; grau de atenção; tipo de percepção; desenvolvimento da memória; nível de raciocínio verbal; forma de linguagem escrita; habilidade aritmética; nível de raciocínio abstrato; nível de rapidez/precisão para serviços de escritório; mecanismo de resposta a estímulo.

Por um lado, a proposição de um esquema de arquitetura cognitiva contempla o processo de interpretação neuropsicanalítica por representar um processo que não se limita apenas à identificação de problemas psíquicos originários de disfuncionalidades neurofísicas. Esse processo em também propicia o suprimento de informações capazes de contribuir amplamente o desenvolvimento de estratégias intervenientes no tratamento e/ou prevenção de danos psíquicos. Portanto, no processo de interpretação

neuropsicanalítica clínica a utilização de descobertas neurofísicas-psíquicas (ex. conexões inconscientes e funcionais) e espirituais (comportamentos não explicados, reações adversas à conduta) demanda do entendimento da lógica interveniente em dimensões complexas do ser que vai além da matéria.

Por outro lado, essa respectiva modelagem de arquitetura cognitiva vem representar a essência do processo de interpretação neuropsicanalítica clínica por meio de uma ampla variedade de sequência de ações. No presente estudo sugere a operacionalização desse processo por meio de dez etapas da análise clínica, a saber: construção de anamnese pormenorizada; levantamento de história de vida; escuta flutuante; associação livre de ideias; transferência voluntária; questionamentos sistematizados; observação clínica; aplicação de protocolo neuropsicanalítico não padronizado, elaboração de hipóteses interpretativas e validação das hipóteses interpretadas.

No percurso da análise o terapeuta precisa percorrer uma trajetória complexa de forma sistemática, fragmentada e autoresponsiva, retornando a etapas anteriores sempre que necessário. O conhecimento do esquema de arquitetura cognitiva torna-se relevante por viabilizar relativa confiabilidade no processo de interpretação. Portanto, consiste em assumir a responsabilidade por suas próprias ações, escolhas e resultados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Psicanálise e Neurociência constituem uma das mais novas pontes entre as ciências humanas e as ciências naturais, tendo como elo o desenvolvimento filogenético e o ontogenético, na perspectiva da psicologia evolucionária. Um esquema capaz de explicar a modelagem de uma arquitetura cognitiva se trata de uma representação mental expressa em pequena escala sobre algo que se pretende realizar em grande proporção, uma adjetivação destinada a ser reproduzida por imitação.

A construção do modelo de arquitetura cognitiva aqui proposto se fundamenta em conceitos, atributos e associações, ancorando a compreensão das representações mentais. Em termos de definição estrutural, pode-se entender por:

- Conceitos – declarações transparentes que englobam a ideia, indicando sua forma, função, objetivo e benefícios globais;
- Atributos – cada uma das propriedades que definem um objeto ou entidade, no sentido de uma determinada característica quer seja qualitativa ou quantitativa, indicando sua condição enquanto membro de um conjunto observado;
- Associações – estabelecimento de relações funcionais entre estados e atividades, no decurso de uma dada experiência.

Mediante as constatações geradas nesse ensaio teórico, a descrição dos diferentes elementos que constituem uma arquitetura cognitiva, que se ancora no sistema cognitivo e suas relações, poderá indicar as entradas e as saídas deste sistema por meio das estruturas internas identificadas. A formulação de estratégias pertinentes ao nível individual (micro) procura obter significativos benefícios para a adoção e adequada utilização no nível (grupal).

A neuropsicanálise vem sendo cada vez mais aceita e conceptualizada como o ponto nodal de intersecção entre psicanálise e neurociências cognitivas e afetivas, bem como entre neuropsicologia e psicologia e, também, entre psiquiatria e psiquiatria biológica.

Enquanto área de conhecimento emergente procura integrar os mais diversos níveis de evidência científica, unificados segundo o termo evidência empírica em um sentido abrangente através de uma abordagem interdisciplinar e transdisciplinar.

Essas ideias inicialmente articuladas no sentido do avanço da proposição do modelo de arquitetura cognitiva servem à guisa de modulação desse ensaio teórico, valendo de provocação para variados trabalhos na acepção da interdisciplinaridade entre neurociências e psicanálise. Esse estudo trás ampla gama de oportunidades de ampliação do estado de arte da neuropsicanálise clínica, sobretudo, quanto ao processo de interpretação neuropsicanílita, um cenário que se apresenta na perspectiva de trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

[1] AMIS, J.; SLACK, T.; HININGS, C. R.. **Values and organizational change**. The Journal of Applied Behavioral Science, 38 (4), 436-465; 2002.

[2] BLUHM, D. J. et al... Qualitative research in management: a decade of progress. **Journal of Management Studies**, v. 48, n. 8, p. 1866-1891, 2010.

[3] COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S.. **Métodos de pesquisa em administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

[4] DESSLER, G.. **Administração de Recursos Humanos**. São Paulo: Prentice Hall; 2003.

[5] DUNFORD, R.. Key challenges in the search for the effective management of knowledge in management consulting firms. Journal of Knowledge Management, 4 (4), 295-302; 2000.

[6] DUNKER, C. **Curso de Especialização em Neuropsicanálise**. Notas de aulas. Sociedade Brasileira de Psicanálise Contemporânea / Universidade Destertalista. Rio de Janeiro-RJ. 2025.

[7] GARVIN, D. A.. **Construindo a organização que aprende**. Harvard Business Review on Knowledge Management. Rio de Janeiro: Campus; 2000.

[8] LUCION, A. B. **Curso de Neurociência Integrativa: sinapses.** Edição 2025. Notas de aulas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-RS. 2025.

[9] MARCONI, M.; LAKATOS. A.. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas; 2000.

[10] MASHUA, M. **Como estimular o cérebro da criança na primeira infância.** Brasil Paralelo. Podcast (1:45:55) https://mail.google.com/mail/u/0/?tab=rm&ogbl#inbox?projector=1. Conversa Paralela. Em 27/08/2025.

[11] MCDONOUGH, W.; BRAUNGART, M.. Design for the Triple Top Line: New tools for the sustainable commerce. **Corporate Environmental Strategy**, Vol. 9, nº 3, 2002.

[12] NONAKA, I.; TAKEUCHI, H.. **Criação de conhecimento na empresa**. Rio de Janeiro: Campus; 1997.

[13] OLIVEIRA, S. F. **Curso de Neurociência: conexão poder e vida**. Notas de aulas. Universidade Internacional de Ciências do Espírito. Cambuci-SP. 2024.

[14] PASQUALI, L. **Instrumentos psicológicos: manual prático de elaboração**. Brasília: LabPAM:IBAPP; 1999.

[15] PEREIRA, S. L.. **Metodologia da Articulação do Conhecimento Organizacional Fundamentada em Processo Criativo**. Tese. Doutorado em Engenharia de Produção. Universidade federal de Santa Catarina. UFSC. 2002.

[16] PEREIRA, S. L.. **Métodos de pesquisa para construção de modelo conceitual em gestão de conhecimento**. II Jornada Acadêmico-Científica em Gestão Organizacional: Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas. João Pessoa, 2006.

[17] PEREIRA, S. L.; RODRIGUES, L. S. **Contribuição de um Modelo de Arquitetura Cognitiva para o Sistema de Gestão de Recursos Humanos**. I Colóquio Luso-Brasileiro sobre saúde, educação e

representações sociais. Universidade de Évora. Évora – Portugal. 2008.

[18] PEREIRA, S. L. **Métodos de pesquisa para construção do conhecimento científico – reflexões de base**. 1° Encontro Pedagógico do Departamento de Administração. Universidade Federal da Paraíba/CCSA/DA. Maio de 2008.

[19] PEREIRA, S. L.. (Coord.) **Projeto SOS Psicossocial Profissionais Voluntários Infinito Bem**. Desenvolvimento institucional. Universidade Federal da Paraíba / Centro de Ciências Sociais aplicadas / Departamento de Administração. 2022.

[20] PEREIRA, S. L.. **Metodologia da Pesquisa Científica: contextualização de protocolo instrumental**. Editora Ciência Capital: João Pessoa, 2024.

[21] PEREIRA, S. L.. **Carreiras Sustentáveis Com foco em Competências Socioemocionais: contribuições da psicanálise clínica**. In: Sustentabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social: Artigos Selecionado. Org. Silveira, J. H. P. Volume 8. São Paulo: Editora Poisson, 2025a.

[22] PEREIRA, S. L. Psicanálise Clínica: interpretação de expressões vocacionais. João Pessoa: Editora Ciência Capital, 2025b.

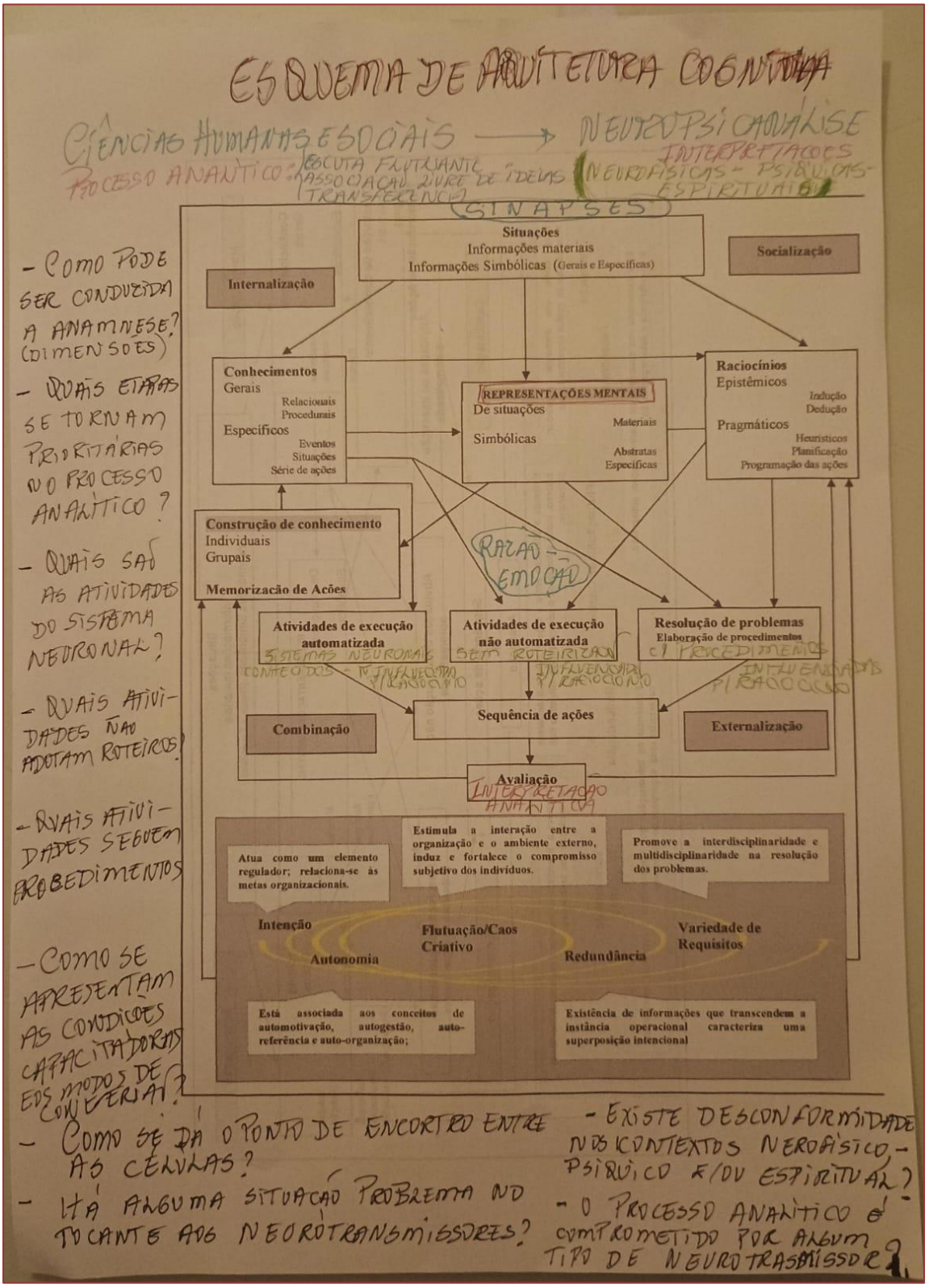
[23] RICHARDSON. J. F.. **Les Activités Mentales**. Paris: Armand Polin, 1990.

[24] SILVA, A.; ANDRADE, R. O impacto do estresse ocupacional na produtividade. **Revista Brasileira de Psicologia Organizacional**, Vol. 12, n° 3, 45-60. 2020.

[25] VALA, J. As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social. **Revista Análise Social**. Instituto de Ciências sociais da Universidade de Lisboa, v. xxviii, n. 123, p. 887-919, 1993.

[26] WERR A.; STJERNBERG, T.. **Exploring management consulting firms as knowledge systems**. Organization Studies, London, Thousand Oaks, CA & New Dehli: Sage Publications, 24 (6), 881-908; 2003.

APÊNDICE 1 – MAPA CONCEITUAL



Capítulo 6

Empreendedorismo Social: um olhar sobre o Distrito do Grajaú - São Paulo

Ayra Sehenem Frutuoso
Keli Cristiane Vido

Resumo: Este artigo tem como objetivo investigar e analisa o empreendedorismo social centrado em um olhar sobre o perfil desse tipo de empreendedor e a dinâmica adotada por eles na iniciação e promoção de novos negócios. A relevância do estudo é corroborada pelo número crescente de novos negócios na periferia de São Paulo, dado à distância dos grandes centros comerciais e um novo olhar de negócios com sentimento de pertencimento aos locais que estão estabelecidos. A despeito de uma gama considerável de estudos sobre o empreendedorismo, a modalidade social ainda é muito investigada. Dado a complexidade do tema, o estudo delimita-se a análise do tema centrada em um olhar do Distrito do Grajaú, zona Sul de São Paulo. A elaboração do estudo adotou-se uma revisão bibliográfica do tema e na segunda etapa pesquisas exploratórias com aplicação de questionários de múltipla escolha e entrevistas semiestruturadas com empreendedores sociais do local objeto de estudo. A coleta foi realizada em ambiente natural e os sujeitos – homens e mulheres selecionados, todos residentes e empreendedores sociais do Distrito do Grajaú. O estudo evidenciou que o empreendedorismo social no distrito do Grajaú ancora-se na busca de subsistência de seus proprietários, mas também principalmente na promoção da equidade social da região.

Palavras-chave: 1. Empreendedorismo Social 2. Periferia 3. Distrito do Grajaú.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo compreende uma investigação e análise do empreendedorismo social centrado em um olhar sobre suas ações no Distrito do Grajaú. A relevância do estudo reforça-se pela expansão do empreendedorismo social em São Paulo. Somente em 2018, as periferias brasileiras movimentaram mais de R$ 102 bilhões em consumo de produtos e serviços no país (Extra,2019, não paginado), o Distrito do Grajaú por sua vez, é o mais populoso de São Paulo, com cerca de 400 mil habitantes (São Paulo,2019). A despeito do abandono histórico, infraestrutura por parte do governamental ou ainda falta de interesse de algumas empresas em se estabeleceram no local, expandiu seus estabelecimentos comerciais e oferta de serviços impulsionando o empreendedorismo social centrado em atender as chamadas dores de mercado (locais). Destaca-se também que escassos são os estudos sobre o tema como pode-se constatar nas bases indexadas como – Google Acadêmico, Banco da CAPES, Biblioteca Digital da associação brasileira e até pesquisas governamentais e/ou Ongs, OSCIPs entre outros.

O extremo sul de São Paulo permeia um número significativo de munícipes – 445 mil – habitantes (Prefeitura de São Paulo), região gerenciada pelas subprefeituras da Capela do Socorro e correspondentes dos distritos: Grajaú, Cidade Dutra e Socorro e em Parelheiros correspondentes dos distritos: Parelheiros e Marsilac. Juntos esses conglomerados correspondem à um terço do território de São Paulo (Barban,2003) e concentram cerca de 700 mil habitantes (São Paulo, 2019). Vale ressaltar que, o distrito do Grajaú apresenta uma das maiores taxas de expansão do município de São Paulo (SEADE, 2021).

O distrito do Grajaú é oriundo de uma região habilitada por índios tupi, até a década de 1940, essa região era ainda era pouco habitada. Deve-se ater que a década de 1950 contou com a intensificação do processo de industrialização no estado de São Paulo atrelado a pouca infraestrutura urbana, aspecto que promoveu o surgimento de bairros em grande parte por meio de loteamentos, alguns sem escrituração junto aos órgãos legais, outros adquiridos pela compra com longos financiamentos (São Paulo, 2021).

A despeito da relevância dessas regiões denominadas periféricas, os estudos ainda são escassos tanto dos aspectos sócio-históricos como de especificidades de sua dinâmica como do empreendedorismo social. Regiões com carências estruturais, de acesso à habitação, lazer, educação, transporte, representatividade etc...

No coração do Distrito Grajaú encontram-se o Terminal Intermodal Grajaú, que em dias úteis atende a cerca de 260 mil usuários (SPTRANS, 2019) e a Linha do trem 9 - Esmeralda que o liga da estação Grajaú à Osasco, oitava linha mais cheia do mundo (Google Maps, 2019), aspectos que corroboram a relevância do local objeto de estudo.

Figura 1: Grajaú em 2002

Fonte: Barban (2003).

A Figura 01 o Distrito do Grajaú com suas características ainda, em alguns locais rurais (Barban,2003). A despeito da falta de registros referente a evolução do local pode-se compreender de posse de dados governamentais que tais características permanecem devido sua distância dos centros e planejamento público ainda com necessidade de desenvolvimento. De acordo com o Arceu Silva, morador da região, em entrevista cedida à web documentário O Giro da Periferia (2018) o local "Não tinha asfalto também não (...) era uma poeira danada. Além disso, somente no dia 08 de fevereiro de 2008 foi asfaltado aqui, fazem 10 anos "(...) e apenas no ano de 2009 foi inaugurada a primeira Caixa Econômica Federal da Região (São Paulo, 2009).

> Vimos a necessidade de um lugar assim na periferia (Grajaú). Sempre que queríamos comer algo diferente, tínhamos de ir à região central e, por conta da distância, as pessoas acabavam ficando nos seus bairros mesmo. Mas a ideia de hambúrguer artesanal na periferia foi um passo bem ousado, pois é um produto mais caro e não sabíamos se a comunidade iria abraçar. Ainda bem que arriscamos, porque deu muito certo. Nossa primeira loja comportava até 35 pessoas. Aos finais de semana, chegava a ter uma fila com cerca de 90 pessoas do lado de fora esperando. (Agência SEBRAE Notícias, 2018, não paginado).

O Distrito do Grajú atualmente conta sim com alguns serviços alternativos, geralmente distribuídos por empresas de grande porte, porém sendo os munícipes precários como telefonia e internet, a operadora Vivo, por exemplo, oferece apenas até 02 Megas de velocidade, aspecto que deu origem a empresa Grajaú net, capaz de ofertar até 15 Mega. Outro exemplo, bem interessante de empreendedorismo social a ser destacado é o Moto Taxi Grajaú, que surgiu para suprir a necessidade de transporte da região e, não registrado pelos órgãos da Prefeitura até setembro de 2019 (Folha de São Paulo, 2019).

Registre-se que o grupo de Facebook Grajaú negócios foi uma das formas dos empreendedores sociais de ofertarem seus serviços e se comunicarem com seus consumidores, solucionando necessidades locais. Neste ocorre a oferta e demanda de serviços, produtos e divulgações, consequentemente de comércios, eventos cultuarias com feira de livros, shows e atividades artísticas. As divulgações são gratuitas, pois centram-se no desenvolvimento e melhoria da região periférica. Entretanto, ainda não há uma base de dados dessas interações e participantes assertiva.

> No ano passado, as periferias brasileiras movimentaram mais de R$ 102 bilhões em consumo de produtos e serviços no país. Neste ano, os 12

> milhões de brasileiros que vivem em comunidades já movimentam cerca de R$ 9,6 bilhões por mês, segundo um estudo divulgado pela Outdoor Social, empresa social voltada para publicidade em comunidades. No entanto, apesar de constituir um mercado consumidor significativo, as comunidades ainda não recebem da publicidade e das empresas uma atenção proporcional à sua importância econômica. (Extra, 2019, não paginado).

> Em um lugar que falam tanto de escassez, comecei a enxergar abundância. Há 40 anos, as pessoas saíam do bairro para consumir no centro, depois passaram a ir para Santo Amaro e agora consomem aqui dentro" salienta Bárbara Terra, criadora do projeto Nóis por Nóis Com a presença de um número cada vez maior de estabelecimentos comerciais e equipamentos públicos, os moradores do Grajaú vêm uma nova realidade na região. A cada dia que passa, diminui a necessidade de longos deslocamentos para o acesso a serviços básicos. Para facilitar ainda mais a vida da população local, a Caixa Econômica Federal inaugura uma nova agência que irá oferecer serviços bancários, de previdência social e programas sociais do Governo. (São Paulo, 2009, não paginado).

Em um lugar que tanto se ouve falar de escassez muitos enxergam abundância. Moradores aludem há 40 anos saímos do bairro para consumir no centro, depois passamos a ir para o centro de Santo Amaro e hoje buscamos o fomento e privilegiar o Distrito". Para Bárbara Terra, criadora do projeto Nóis por Nóis — iniciativa apoiadora do empreendedorismo nas periferias e uma das curadoras do Festival Red Bull Amaphiko (2018), evento que objetivou promover também à ação: "Nas franjas da cidade: zona sul". A feira organizada pela Noís por Noís busca trazer visibilidade aos empreendedores, além de movimentar a economia local (Estadão, 2019). Outro evento, que busca trazer visibilidade para as regiões periféricas, mais vulneráveis é o evento PerifaCon, a primeira Comic com as favelas focada em divulgar artistas da região e ponto de troca de experiências (Perifacon,2019).

Em suma, pode-se evidenciar que o Distrito do Grajaú ganhou representatividade e uma rede de empreendedores sociais significativa. O artista Criolo (2016) enfatiza que a região tem características culturais que levam a arte - de pessoas para as pessoas - podendo ser definida como:

> Aquele que promove mudanças que servem a comunidade por meio da identificação de novos processos, serviços e produtos, criando formas de sustentabilidade e replicabilidade da atividade e/ou solução encontrada (Schawab, s/d, não paginado apud Oliveira, 2008, p.9)

2. REVISÃO TEÓRICA

Nos últimos anos, o empreendedorismo ganhou maior visibilidade e compreensão das pessoas, isso dado também à ascendência da educação no Brasil, bem como a globalização e democratização da internet. Rodrigues (2008 apud Nogueira, 2015, p.4) explicam que "(...) apesar do termo empreendedorismo ser utilizado desde o final da década de 1990, não havia registros nos dicionários até 2010, o que mostra que o empreendedorismo é uma atividade recente no país. "

Vale enfatizar que o termo empreendedorismo possui várias interpretações, Nogueira e (2015, p.8 apud Sampaio, 2014, p.57), por exemplo, o definem "(...) como a disposição de começar algo novo ou ainda transformar projetos existente". O *Global Entrepreneurship* Monitor (GEM), 2019, por sua vez, o conceitua como:

> (...) como qualquer tentativa de criação de um novo negócio ou novo empreendimento (2013, p.87 e o SEBRAE entende que empreendedorismo é a ação de criar e gerenciar um negócio, responsabilizando-se pelos riscos e visando ao lucro (2008, não paginado, mas no geral a ideia que se perpassa é a de um negócio ou projeto inovador, uma forma de pensar e agir.

Em algumas literaturas o empreendedorismo é descrito com ação e/ou prática que "(...) uma pessoa que age sobre oportunidades com criatividade e inovação para gerar valor individual e coletivo, e este comportamento existe em todos os setores, níveis de carr eira e momentos da vida (Birley; Muzyka apud Nakagawa, 2019, p. 55) ".

Para Nogueira (2015) o empreendedor, na maioria das vezes, se vale de algumas características como as ilustradas no Quadro 02.

Tabela 1. Características e competência são comuns entre os autores

TIMMONS, J e SPINELLI, S. (2007)	KURATKO, D. e HODGETTS (2004)	DONABELA, F. (2006)
• Comprometimento, determinação e perseverança • Foco em resultados • Orientado a oportunidades • Iniciativa • Resolução de problemas • Tolerância ao risco e incertezas • Ética e responsabilidade social • Criatividade, inovação • Desenvolvimento de equipes • Liderança		

Fonte: Nogueira (2015, p.18).

O empreendedor social por sua vez, pode ser entendido como aquele que:

> (...) tem como missão de vida construir um mundo melhor para as pessoas. Envolve-se em causas humanitárias com comprometimento singular. Tem um desejo imenso de mudar o mundo criando oportunidades para aqueles que não têm acesso a elas. Suas características são similares às dos demais empreendedores, mas a diferença é que se realizam vendo seus projetos trazerem resultados para os outros e não para si próprios. Os empreendedores sociais são um fenômeno mundial e, principalmente em países em desenvolvimento, como o Brasil, têm um papel social extremamente importante, já que através de suas ações e das organizações que criam preenchem lacunas deixadas pelo poder público. De todos os tipos de empreendedores é o

> único que não busca desenvolver um patrimônio financeiro, ou seja, não tem como um de seus objetivos ganharem dinheiro. Prefere compartilhar seus recursos e contribuir para o desenvolvimento das pessoas. (Paz, 2016. p.8).

Para Paz (2016) se faz necessário compreender a diferença entre o perfil do empreendedor e empreendedor social, que perpassa pelo modelo delineado por Oliveira (2004), conforme ilustrado no Quadro 1.

Tabela 1 Diferença entre empreendedorismo empresarial e empreendedorismo social

Empreendedorismo Empresarial	Empreendedorismo Social
É individual	É coletivo
Produz bens e serviços	Produz bens e serviços para a comunidade
Tem o foco no mercado	Tem o foco na busca de soluções para os problemas sociais
Sua medida de desempenho é o lucro	Sua medida de desempenho é o impacto social
Visa satisfazer necessidades dos clientes e ampliar as potencialidades do negócio	Visa a respeitar pessoas em situação de risco social e promovê-las

Fonte: Neto e Proes (2002, p.11 apud. Oliveira, 2007, p. 89).

O empreendedorismo social pode ser percebido como uma vertente do empreendedorismo, que surgiu suprir demandas de problemáticas sociais, não resolvidas pelos órgãos governamentais e/ou configurações comerciais, existentes (Oliveira, 2007). O tema ainda está em desenvolvimento e construção como aludido, por esse aspecto.

A motivação do empreendedor social está atrelada a vontade de impactar socialmente, promover o bem-estar social coletivo, mesmo com o lucro. Contudo, como salientam Paoli (2002 apud Oliveira, 2007) não se deve confundir o empreendedorismo social com uma responsabilidade social empresarial, pois este é um conjunto de ações, planejadas e organizadas, que pode ser utilizada para agregar valor ao negócio e fortalecer sua imagem perante o mercado.

Quadro 3. Características do Empreendedorismo Social, Responsabilidade Social e Empreendedorismo Privado

Empreendedorismo Empresarial	Empreendedorismo Social
É individual	É coletivo
Produz bens e serviços	Produz bens e serviços para a comunidade
Tem o foco no mercado	Tem o foco na busca de soluções para os problemas sociais
Sua medida de desempenho é o lucro	Sua medida de desempenho é o impacto social
Visa satisfazer necessidades dos clientes e ampliar as potencialidades do negócio	Visa a respeitar pessoas em situação de risco social e promovê-las

Fonte: Neto e Proes (2002, p. 11 apud Oliveira, 2007, p.89).

As principais diferenças entre o empreendedorismo comum (Privado) e o empreendedorismo social compreende sua responsabilidade de gerar lucro, mas também promover melhorias sociais à região encontra-se. Destarte, o empreendedorismo social centra-se em sanar dores da comunidade e por isso, em impulsionar o mercado local, assim como gerar oportunidades.

"Tanto a sensação de pertencimento quanto a conexão entre o âmbito privado e o público são aparentes nos trabalhos dos grupos estudados. Os projetos que desenvolvem têm motivações sociais dentro de um contexto político e territorial" (Caires, 2019, p16).

2.1. DISTRITO DO GRAJAÚ

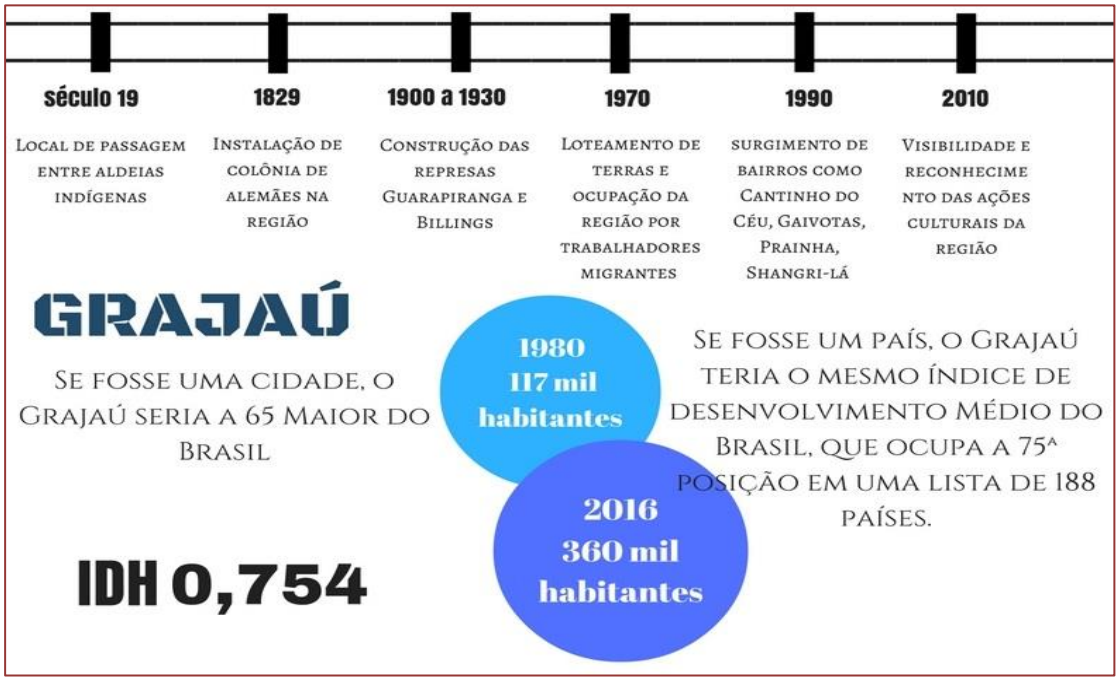
O Distrito do Grajaú é gerenciado pela subprefeitura da Capela do Socorro e contempla mais de 360 mil habitantes. É um dos distritos que mais cresceu no município de São Paulo (São Paulo, 2021), possui o maior número populacional da cidade (SEADE, 2019). Sua formação emergiu das colônias alemãs e organizou-se no que viria a ser à região de Santo Amaro em 1826. De acordo com Simões [sd], após o casamento do imperador Dom Pedro I, época de preocupação com as guerras que ocorriam principalmente no sul do Brasil, falta de mão de obra para a agricultura paulista, bem como novos soldados. Vale ressaltar que no período, muitos países europeus, passavam também por recessão econômica e a promessa de riquezas e terras próprias impulsionaram alemães à migraram para o Brasil na busca de novas oportunidades (Simões, [sd]).

Entre as famílias que faziam parte dos primeiros colonos, destaca-se a Família Reimberg, primeira a se instalar na região e comprando em 1960 cerca de 40 alqueires de terra. A região se tornaria o Distrito Grajaú, pertencente ao doutor Olavo Guimarães (Periferia em Movimento, [sd]). Durante a segunda guerra mundial, alguns registros alemães da área foram alterados intitulando o local como bairro colônia Paulista, local situado no distrito de Parelheiros (Zona Sul), originalmente era nomeado como Colônia alemã.

Quanto ao desenvolvimento da região, ou seja, do Distrito do Grajú somente a partir do ano de 2011, esse centro periférico começou a receber franquias comerciais, como as lojas Di Gaspi, que buscou novos públicos oriundos das classes C e D (DCI, 2011), em 2016 foi a vez de grandes redes de *fast food* como o Mc donald's. Bárbara Terra empreendedora e incentivadora dos movimentos sociais, salienta quanto a esse cenário que -"Em um lugar que falam tanto de escassez (...) deve-se enxergar abundância (Perifacon,2019).

Figura 1. Dados demográficos do Distrito do Grajaú

Infográfico 1. Formação do Grajaú



Fonte: Periferia em Movimento (2016).

O Mapa da Desigualdade de 2019 (Nossa São Paulo,2019) discorre que o Distrito do Grajaú é:

- segundo distrito com maior população preta e parta, com cerca de 56,81% da população;
- 51,45% de seu contingente são mulheres;
- um dos distritos que emite menos poluentes na atmosfera;
- apresenta bons índices quanto à segurança viária;
- tem apresentado também baixo nível de feminicídio, violência contra a mulher e violência racial, porém apresenta índices de violência consideráveis contra indivíduos homossexuais (LGBTQI) é acima da média da cidade (2,4);
- 16,77% do distrito é composto por favelas;
- 10.° maior índice de gravides na adolescência da cidade;
- os moradores deste Distrito vivem em média até os 58 anos de idade, sendo o 3.º menor índice de longevidade da cidade de São Paulo;
- possui baixo índice de empregos formais (0,60) quanto á média da cidade (6,7);
- os índices referentes a cultura e esporte são próximo de zero;
- em 2017, o Distrito do Grajaú evidenciou um dos piores índices, entretanto em 2019, o distrito saiu deste conjunto. Além disso:

> A crise econômica, o desemprego estrutural e a hegemonia do discurso neoliberal são algumas das razões que explicam a ascensão do

> empreendedorismo popular nas periferias brasileiras. Para entender como este fenômeno está ocorrendo e qual é o perfil dos novos empreendedores no país, o sociólogo Henrique Costa visitou a região de Santo Amaro, próxima do centro expandido de São Paulo, e o distrito de Parelheiros, no extremo sul da cidade.
>
> Nessas regiões começou a crescer a partir da valorização dos "bicos" e da "viração" que caracterizavam o trabalho precarizado. "Nos últimos anos, a noção de 'viração', que era pejorativa – porque o trabalhador que não tinha emprego formal era visto de forma rebaixada – foi positivada. A partir do momento em que se passa a compreender o camelô como um empreendedor, já não se dá mais a carga negativa que se dava ao trabalho dele. Ao contrário, cresce o discurso de que ele está no caminho certo e isso virou um grande negócio", afirma. Ao lado dessa transformação, a desvalorização do diploma universitário, o crescimento de cursos técnicos e universitários de curto prazo, a supervalorização da extensão universitária em detrimento da pesquisa e a expansão de cursos de empreendedorismo voltados para as classes populares levam os jovens a buscarem inovação incessantemente, com o objetivo de investirem em um negócio de sucesso (Costa, 2020, p.16).

O artista e incentivador dos movimentos das periferias Criolo (2016) explica que é comum as pessoas das regiões chamadas periféricas terem uma forte ligação com a cultura. No extremo Sul da cidade de São Paulo, incluindo no Distrito do Grajaú há números significativos de engajamento social (Periferia em Movimento).

O Distrito do Grajaú mesmo por meio da informalidade fortalece sua organização e busca a promoção da equidade social, como por exemplo, o "Evento pela Paz", movimento de jovens criado em 2000, com a proposta de ocupar os espaços públicos e diminuir os índices de violência (Periferia em Movimento, 2020).

Jonathan Alves, residente do Distrito Grajaú em entrevista à Revista Grajaú:

> (...). Afinal, não é coisa do passado ouvir pessoas do Grajaú dizendo que moram perto de Interlagos(...). Na era da informação digital em que quase tudo está registrado online, encontramos diversos textos sobre "Grajaú" na rede. Ao acessá-los através de um site de pesquisas, a moradora e o morador do distrito mais populoso da Cidade de São Paulo vão estranhar porquê… não falam do nosso Grajaú!
>
> E sim de um bairro na capital do Rio de Janeiro e uma cidade do Maranhão com o mesmo nome. Esses têm pesquisas, fotos e informações privilegiadas. Sobre o Grajaú da nossa SP encontramos textos diferentes e em menor número que em geral usam palavras como "perigo", "criminalidade", "tráfico" e expressões recorrentes de "esgoto a céu aberto", "um dos piores lugares pra se viver", "frequente nas páginas de jornais" … para descrever a região.
>
> Sabemos que nossos bairros e histórias são afetados pela desigualdade social que na formação da cidade marginalizou as terras do extremo Sul como área para trabalhadores da base do mercado morarem como uma região "dormitório", e para isso não precisamos de um site de pesquisas. (...)Faça o exercício de tirar os óculos de distorção que a elite usa (...)descobrirá novos horizontes. Aqui no território do Grajaú temos riquezas privilegiadas que em geral não se vê nas periferias. Nascemos

> margeados pela Represa Billings, vizinhos da Guarapiranga e das cachoeiras do Marsilac, tem mais verde e flores por aqui do que nos parques do centro da cidade. Uma das melhores coisas do Grajaú é a esperança no coração das pessoas que sabem amá-lo e procuram fazer dele um lugar mais seguro, alegre e preservado. (Revista Grajaú, [sd], np).

Em suma, o morador do Distrito do Grajaú tem grande relação de seus moradores com a cultura, sem apoio de fontes privadas e governamentais na maioria das vezes, inovam e criam eventos de lazer, cultura e ações de empreendedorismo social como por exemplo, os estabelecimentos - Tapioca do Cleytinho, Motirô Açai, Pantcho's Housa, GrajaBeer, Queijaria da quebrada, Oasys hair e outros, como forma de sanar essa dor existente (São Paulo, 2019).

3. METODOLOGIA

Para elaboração do artigo valeu-se da análise, coleta e ponderação de dados e informações tanto quantitativa quanto do qualitativa. Na primeira etapa foi realizada uma revisão da literatura, já na segunda aplicações de questionários de mútipla escolha e roteiros de entrevistas semi-estruturados. Os instrumentos de coleta da segunda etapa balizaram-se no Modelo de Oliveira (2004), que define as características do empreendedor social. Na terceira etapa por sua vez, foram realizadas pesquisas exploratórias a empreendimentos sociais do Distrito do Grajaú, etapa que contou com roteiro técnico de coleta.

> Pesquisar é, ao invés de procurar verdades absolutas, ir conectando-se com a dispersão dos acontecimentos em suas múltiplas direções, cartografando os movimentos que ali se afirmam; é abrir-se para o inusitado, desviar-se, surpreender e desconhecer; é positivar as múltiplas direções que os agenciamentos – conexões – podem imprimir aos corpos; é explorar devires que se insinuam. E isso por quê? Porque podemos questionar o modificar aqueles sistemas que tornam possíveis somente certas espécies de ação (Aragão, 2005, p.25).

Os pesquisados foram investigados em ambiente natural e selecionados com base nos seguintes critérios: a) ser empreendedor social; b) ter estabelecimento com sede no Distrito do Grajaú; c) ter mais de 18 ano de idade d) sexo e formação acadêmica não foram fatores de inclusão e exclusão na pesquisa. Ressalta-se que todos participantes da pesquisa foram antes da investigação, esclarecidos sobre os objetivos do estudo e assinaram o Termo de Livre Esclarecimento.

Os dados coletados com as aplicações dos questionários foram tratados estatisticamente, já as informações acessadas por meio das entrevistas submetidas à análise de conteúdo e todos resultados finais relacionados a literatura que discorre sobre o tema. No caso, das informações coletadas por intermédio das pesquisas exploratórias essas foram analisadas a luz da literatura sobre empreendedorismo social.

4. DISCUSSÃO DOS DADOS

A etapa de pesquisa contou com 80 empreendedores sociais, destes 47,8% tem entre 20 e 30 anos, 17,4% entre 31 e 40 anos, 26,1% de 40 a 50 anos e 8,7% com 51 anos.

Dentre estes pesquisados apenas 30,4 dos tem sócios. Além disso, 15,2% faturam mais de 360 mil reais por ano enquanto 47,8% recebem entre 10 mil e/ou 20 mil por ano.

Quanto a composição do quadro de colaboradores dos empreendimentos sociais não 26,09% não tem nenhum funcionário, 21,74% têm apenas um funcionário, 19,57% tem dois funcionários, 15,22%, têm entre 4 e 7 funcionários e 17,39% tem mais de 10 funcionários.

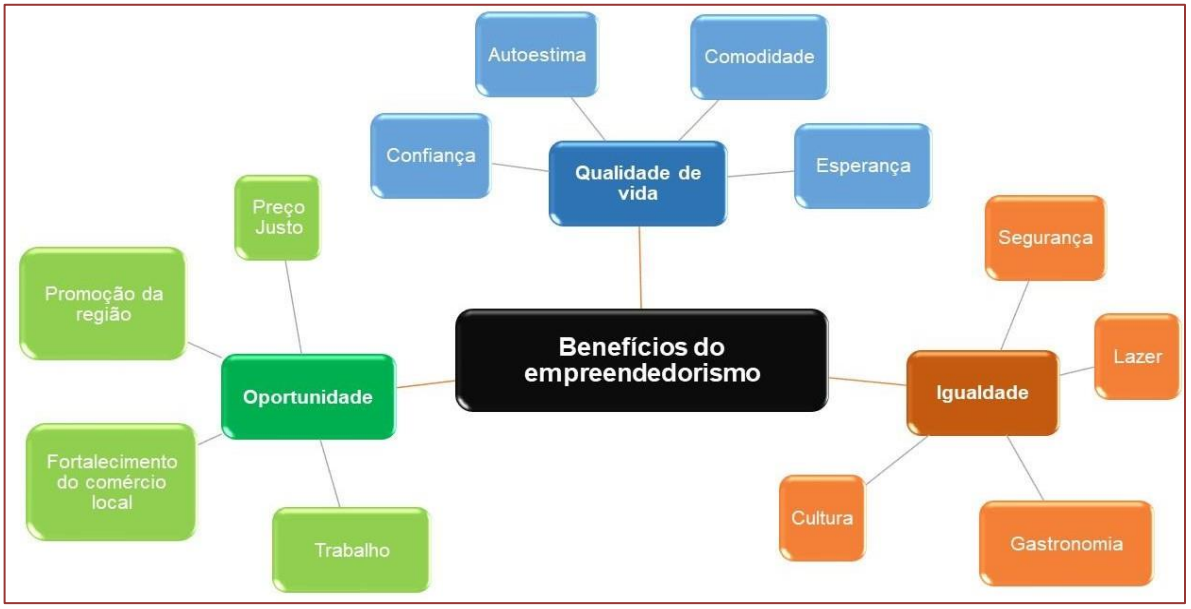
Os empreendedores sociais pesquisados são microempreendedores individuais e/ou médio empreendedores. No que se ao tempo de existência dos estabelecimentos 12% tem menos de 02 anos, 20% entre 3 e 5 anos de funcionamento, 23% entre 6 e 17 anos e 45% com mais de 20 anos. Aspecto interessante, pois demonstra a longevidade dos negócios pesquisados.

Ao serem questionados sobre o signifcado da ação de empreendeder estes aludiram que empreendeer compreende – inovar, assumir riscos, ressignificar, transformar e agregar valor à algo existente ou ainda realizar um sonho concomitante a aprendizado contínuo..

> *Seja por necessidade ou oportunidade, é assumir riscos para se reinventar e ressignificar, trazendo novos valores a coisas já existentes, envolve um foco em uma lacuna de representatividade em dada área (Pesquisado 7).*

A Figura 01 ilustra os principais motivos que levaram os empreendedores sociais a criarem seus empreendimentos no Distrito do Grajaú.

Figura 1 Empreendedorismo social



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

Assim sendo, compreendem os principais fatores motivadores para a abertura de negócios na região estudada:

- Necessidade de subsistência, uma vez que, muitos partiram do desemprego;

- Oportunidade de negócio dado a falta de produtos e serviços na periferia;
- Sentimento de compromisso com a região estimulado pela consciência de promover o desenvolvimento das periferias;
- Vontade de ser útil contribuindo com o fortalecimento do comércio local;
- Continuação de negócios familiares e forte senso de pertencimento.

Os dados e informações coletados também evidenciam que o ato de empreender socialmente gera para os envolvidos, ferramental para transpor as dificuldades como a pobreza, preconceitos e estereótipos negativos. Um dos pesquisados em entrevista no seu empreendimento, por exemplo, informou que em breve abrirá novas unidades do seu negócio e tem como objetivo contratar mulheres em situação de risco no Distrito do Grajaú.

Além disso, pode-se evidenciar que o empreendedorismo social promove a economia local e gera qualidade de vida agregando valor econômico e social, pois permiti fortalecimento da comunidade, fomento de sonhos, de melhoria das condições de vida.

Pode-se também perceber que há uma união entre os empreendedores sociais e sentimento de busca pela melhoria coletiva. União evidenciada nas visitas aos empreendimentos sociais, que comumente estabelecem parcerias entre si, realizam divulgações compartilhadas e trocam conhecimentos por meio de rodas de conversas, materiais de estudos, vídeos, podcasts e palestras online.

As pesquisas demonstraram que os empreendedores sociais buscam desenvolvimento por meio de centros de aprendizagem também, bem como utilizam ferramentas de *feedback* do consumidor de seus estabelecimentos sempre, como vias a melhorar.

5. CONCLUSÃO

O estudo pode demonstrou que o empreendedorismo social no distrito do Grajaú ancora-se na busca de subsistência de seus proprietários, mas também principalmente na promoção da equidade social da região. Destarte, a ação impulsiona o desenvolvimento local suprindo a necessidade de bens e serviços atrelada a eventos de lazer, cultura e empoderamento social.

Os empreendedores sociais têm como principais motivos da abertura de seus negócios a busca pela melhoria das condições socioeconômicas, condições sociais, compromisso e pertencimento com a comunidade, bem como sentimento de continuidade dos negócios familiares. Em sua dinâmica, os empreendedores sociais compartilham experiências, conhecimentos e estabelecem parcerias, sempre em prol do bem comum. Como discorrem Peredo e McLean (2006 apud Cruz, 2013, p.15):

> (...) o empreendedorismo social vê como objetivo principal do empreendedor social atender às necessidades sociais não havendo lugar para benefícios financeiros nos empreendimentos considerados como socialmente empreendedores. Tendo isso em conta, a maior parte da literatura sobre empreendedorismo social concentra seus estudos no domínio de organizações não governamentais sem fins lucrativos (Weerawardena; Mort, 2006), uma vez que as organizações pertencentes ao setor voluntário representam um "tipo ideal" de organização socialmente empreendedora. À primeira vista, tais organizações parecem indubitavelmente possuírem entre seus membros o empreendedor

> social, porém, apesar de serem organizações que possuem um objetivo social, nem todas as organizações sem fins lucrativos apresentam de fato características empreendedoras para poderem ser consideradas como socialmente empreendedoras (Weerawardena; Mort, 2006).

As regiões periféricas emergem na contemporaneidade como uma possibilidade de novos nichos de negócios, a despeito de rótulos ultrapassados e equivocados de locais de pobreza e violência. Neste local há significativos elos de busca pela melhoria dos índices de equidade social.

Em suma, periferia por meio do empreendedorismo social se organiza, cria, inova e promove negócios alicerçados pela busca do lucro, mas sempre atrelado a promoção de melhoria da região que a sedia.

REFERÊNCIAS

[1] ARAGÃO, Elisabeth Maria; DE BARROS, Maria Elisabeth Barros; DE OLIVEIRA, Sonia Pinto. Falando de metodologia de pesquisa. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 5, n. 2, p. 18-28, 2005.

[2] Antropogeografia Cronotópica. **Geografia Humana de Colônia Paulista e Ilha do Bororé (bairros de Parelheiros e Grajaú, cidade de São Paulo)**. Disponível em: http://bit.ly/2DyDOqO.Acesso em: 1 dez. 2019.

[3] ASN. **Conte Sua História: "O sabor do Grajaú".** Disponível em: http://www.sp.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/SPo/conte-sua-historia-o-sabor-do-grajau,b32cba5ee5164610VgnVCM1000004c00210aRCRD. Acesso em: 5 nov. 2019.

[4] BARBAN, Vilma. **Fortalecimento da sociedade civil em regiões de extrema pobreza.** São Paulo: Instituto Pólis, 2003.

[5] CRUZ, Guillermo. As duas faces do empreendedorismo social. **RAUnP-ISSN 1984-4204-Digital Object Identifier (DOI): http://dx. doi. org/10.21714/raunp.**, v. 5, n. 1, p. 9-20, 2012.

[6] DE SOUSA CAIRES, Mariana. **"Jornalismo de Quebrada" e precariedade:** investigação sobre as condições de trabalho de coletivos de comunicação de Periferias de São Paulo.

[7] COSTA, Henrique. Entre o 'home office'e a vida loka: o empreendedorismo popular na pandemia. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, p. 1-19, 2020.

[8] CRIOLO. Grajauex. **Criolo fala sobre a cultura no Grajaú. Entrevista exclusiva para o canal The Skateout**, São Paulo, The Skateout, 2016. 1 video (7min. 54s.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=d5e2pvJHSgc.

[9] CRIOLO. Grajauex. **São Paulo: 2011**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jLIRWnRalHI. Acesso em 25 de novembro.

[10] DCI. **Di Gaspi expandirá na periferia para crescer.** Disponível em: https://www.dci.com.br/comercio/di-gaspi-expandira-na-periferia-para-crescer-1.259679. Acesso em: 23 Out. 2019.

[11] **DESENROLA E NÃO ME ENROLA. Nóis Por Nóis realiza feira de economia solidária no Grajaú**. Disponível em: https://www.desenrolaenaomenrola.com.br/noticia/456/nois-por-nois-realiza-feira-de-economia-solidaria-no-grajau.html. Acesso em: 27 nov. 2019.

[12] ENCICLOPÉDIA ITAU CULTURAL. **Criolo**. Disponível em: http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa429387/criolo. Acesso em: 29 nov. 2019.

[13] INOVARSE. **Análise do crescimento do empreendedorismo no Brasil com suas características**. Disponível em: http://www.inovarse.org/sites/default/files/T16_M_03.pdf. Acesso em: 4 nov. 2019.

[14] NAKAWAGA, Marcelo Hiroshi. **Empreendedorismo: elabore seu plano de negócio e faça a**

diferença! 2. ed. São Paulo: Senac, 2019. p. 1-248.

[15] NOGUEIRA, Nelson. **Empreendedorismo, inovação e economia criativa.** 1. Ed. São Paulo: Senac, 2015. p. 3-240.

[16] NOSSA SÃO PAULO. **Mapa da desigualdade 2016.** Disponível em: https://www.nossasaopaulo.org.br/arqs/mapa-da-desigualdade-completo-2016.pdf. Acesso em: 30 nov. 2019.

[17] NOSSA SÃO PAULO. **Mapa da desigualdade 2017.** Disponível em: https://www.nossasaopaulo.org.br/portal/arquivos/mapa-da-desigualdade-2017.pdf. Acesso em: 30 nov. 2019.

[18] NOSSA SÃO PAULO. **Mapa da desigualdade 2019 (Tabelas).** Disponível em: https://www.nossasaopaulo.org.br/wpcontent/uploads/2019/11/Mapa_Desigualdade_2019_tabelas.pdf. Acesso em: 30 nov. 2019.

[19] O GIRO DA PERIFERIA. **O Projeto**. Disponível em: https://www.ogirodaperiferia.com.br/o-projeto. Acesso em: 14 nov. 2019.

[20] OLIVEIRA, Edson Marques. **Empreendedorismo Social: Da teoria à prática, do sonho a realidade.** 7. Ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007. p. 1-211.

[21] PERIFERIA EM MOVIMENTO. **Periferia em Movimento Informação dos extremos ao centro.** Disponível em: https://periferiaemmovimento.com.br/. Acesso em: 12 nov. 2019.

[22] PERIFERIA EM MOVIMENTO. **Grajaú território de artistas.** Disponível em: http://periferiaemmovimento.com.br/grajau-territorio-de-artistas/. Acesso em: 27 nov. 2019.

[23] PERIFERIA EM MOVIMENTO. **GRAJAÚ na Construção da Paz.** Disponível em: http://periferiaemmovimento.com.br/grajau-na-construcao-da-paz/. Acesso em: 29 nov. 2019.

[24] PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Caixa Econômica Federal inaugura nova agência no Grajaú.** Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/capela_do_socorro/noticias/?p=2383. Acesso em: 30 out. 2019

[25] PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Conheça um pouco da História de Capela do Socorro.** Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/capela_do_socorro/historico/index.php?p=916. Acesso em: 13 out. 2019.

[26] REDBULL. **A economia solidária e criativa do Nóis por Nóis.** Disponível em: https://www.redbull.com/br-pt/nois-por-nois-grajau. Acesso em: 6 nov. 2019.

[27] REDBULL. **Red Bull Amaphiko.** Disponível em: https://www.redbull.com/br-pt/projects/red-bull-amaphiko. Acesso em: 13 nov. 2019.

[28] REDE NOTICIANDO. **Três das dez linhas mais lotadas do mundo estão em São Paulo.** Disponível em: https://noticiando.net/tres-das-dez-linhas-mais-lotadas-do-mundo-estao-em-sao-paulo/. Acesso em: 10 nov. 2019.

[29] REVISTA GRAJAÚ. **Grajaú, minha cidade.** Disponível em: https://revistagrajau.com.br/blog/grajau-minha-cidade/. Acesso em: 30 nov. 2019.

[30] SEADE. São Paulo 465 anos. **SEADE: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, São Paulo, jan./2019**. Disponível em: http://www.seade.gov.br/wp-content/uploads/2019/02/Municipio_Sao_Paulo_.pdf. Acesso em: 22 out. 2019.

[31] SEBRAE. **Empreendedorismo no Brasil 2015.** Disponível em: http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/c6de907fe0574c8ccb36328e24b2412e/$File/5904.pdf. Acesso em: 4 nov. 2019.

[32] SEBRAE. **Fórum nova favela Brasileira.** Disponível em: http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/AM/Anexos/Apresenta%C3%A7%C3%A3o_2%C2%BA%20Forum%20Favela_Consolidado.pdf. Acesso em: 11 nov. 2019.

[33] SIMÕES, Julio Guilger. **A história da Colônia alemã em Santo Amaro**. Disponível em:https://www.sampaonline.com.br/reportagens/santoamaro2007set24coloniaalema.htm. Acessado

em 27 de novembro de 2019.

[34] Site oficial ESTADÃO. **Nas franjas da cidade: zona sul.** Disponível em: https://www.estadao.com.br/infograficos/economia,nas-franjas-da-cidade-zona-sul,1033304. Acesso em: 14 nov. 2019.

[35] Site oficial ESTADÃO. **IDH: Os 20 melhores e os 20 piores distritos de São Paulo.** Disponível em: https://fotos.estadao.com.br/galerias/cidades,idh-os-20-melhores-e-os-20-piores-distritos-de-sao-paulo,24925. Acesso em: 27 nov. 2019.

[36] EXTRA**. Mar de consumidores esquecido nas favelas: moradores de comunidades movimentam R$ 9,6 bilhões por mês no país.** Disponível em: https://extra.globo.com/noticias/economia/mar-de-consumidores-esquecido-nas-favelas-moradores-de-comunidades-movimentam-96-bilhoes-por-mes-no-pais-23658528.html. Acesso em: 12 nov. 2019.

[37] Site oficial. FOLHA DE SÃO PAULO. **Festival celebra empreendedorismo periférico no Grajaú, em SP.** Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2019/07/festival-celebra-empreendedorismo-periferico-no-grajau-em-sp.shtml. Acesso em: 4 nov. 2019.

[38] Site oficial. FOLHA DE SÃO PAULO. **Justiça libera serviço de mototáxi na cidade de São Paulo.** Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/justica-libera-servico-de-mototaxi-na-cidade-de-sao-paulo.shtml. Acesso em: 14 nov. 2019.

[39] Site oficial. FOLHA DE SÃO PAULO. **Mototáxi ilegal atua na zona sul de SP e usa Uber para fixar preço e desconto.** Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/12/1940968-mototaxi-ilegal-atua-na-zona-sul-de-sp-e-usa-uber-para-fixar-preco-e-desconto.shtml. Acesso em: 14 nov. 2019.

[40] TV CULTURA**. Histórias de empreendedorismo no Grajaú.** Disponível em: https://tvcultura.com.br/videos/69784_historias-de-empreendedorismo-no-grajau.html. Acesso em: 6 nov. 2019.

[41] Um giro no Grajaú | **O Giro da Periferia (Webdocumentário).** Produção de Ana Beatriz Felicio, Wallace Leray e Miréia Lima. São Paulo: O Giro da Periferia, 2018. 1 vídeo (8 min.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=RnKJTXAz0P0. Acesso em: 14 nov.2019

[42] VEJA SP. Grajaú: **um novo centro efervescente de artistas.** Disponível em: https://vejasp.abril.com.br/cidades/grajau-artistas-nova-geracao/. Acesso em: 28 out. 2019.

[43] YIN, Robert K. **Estudo de Caso-: Planejamento e métodos**. Bo

Capítulo 7

A dicotomia representativa feminina na política brasileira: a necessidade de ações afirmativas X sua (in)efetividade

Thaís Machado de Andrade
Gabriela Britis Donato

Resumo: O presente trabalho tem como escopo as ações afirmativas e a representação feminina na política brasileira que, por meio do método dedutivo e com análise bibliográfica e de dados coletados através de plataformas ligadas ao Tribunal Superior Eleitoral, verificou a aplicabilidade das ações afirmativas e seu objetivo de aumentar a representatividade feminina tanto no âmbito legislativo, quanto executivo; abordando, também, as chamadas "candidaturas fantasmas" e seus impactos na política eleitoral brasileira e nos resultados da Lei nº 9.504/97.

Palavras-Chave: Política, Cotas de gênero, Democracia, Representação, Feminismo.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos as discussões sobre igualdade de gênero e representação feminina na política brasileira têm se mostrado cada vez mais significativas, considerando que as mulheres têm ampliado seus espaços dentro da política, das instituições e das relações sociais, não obstante as lutas simbólicas ainda travadas nestes campos.

Em se tratando do campo político, a Lei nº 9.504/97 estabeleceu a reserva de pelo menos 30% das candidaturas para cada sexo, representando um marco na tentativa de equilibrar as disparidades de gênero no cenário político nacional, representando uma importante ação afirmativa para o aumento de mulheres nos cargos de representação política.

Nessa perspectiva, o presente artigo tem por objetivo a seguinte problemática: em que medida é necessária a implementação de ações afirmativas para mulheres, no intuito de alavancar a representatividade feminina na política brasileira? Isto porque até houve um aumento numérico dessa representação, mas no cumprimento das cotas exigidas por lei, o que não apresenta a mesma expressão quando se trata do debate acerca das pautas que importam às mulheres.

Para tanto, utilizou-se da pesquisa bibliográfica e descritiva; e também análise de dados, considerando que foram estudadas as ações afirmativas para a efetividade da cota de gênero, assim como, os dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral em relação a representação feminina na política.

Por fim, mediante o estudo da sistemática eleitoral brasileira, quanto à representação feminina, em especial nas eleições entre 2018 e 2025, foram analisados o quantitativo de mulheres candidatas, eleitas e reeleitas e também a ocorrência de candidaturas fantasmas e seus reflexos na política.

2. O SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO E A REPRESENTAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA BRASILEIRA

O voto feminino no Brasil, inicialmente facultativo, somente foi incorporado à Constituição em 1934; tornando-se obrigatório e equiparado aos homens em 1965. Dessa forma, a participação política como manifestação de opinião e de poder dentro da sociedade não era destinado a mulher, considerando que o Estado patriarcal brasileiro colocava - e ainda coloca - a mulher em uma posição social excludente onde a expressão da vontade era regida pelo chefe da família.

O Sistema eleitoral brasileiro foi estabelecido desde os seus primórdios com bases que favoreciam o poder na mão das elites, não possuindo em sua origem foco em igualdade real entre os diversos membros da sociedade, ou seja, a política não foi um espaço criado para as mulheres (Biroli, 2018).

Neste sentido, a luta das mulheres pelo direito ao voto merece grande destaque, considerando todo seu contexto histórico (Rabello, 2020). O Brasil pós- constituinte passou por um processo de redemocratização o qual também visou resguardar através da Constituição de 1988 novos paradigmas para o estabelecimento de igualdade de gênero.

Igualdade que deve estar ligada à plenitude dos Direitos Políticos. Segundo Nancy Fraser (2005), a justiça social de gênero não se estabelece apenas pela questão econômica e cultural, mas também por meio de políticas de representação.

Luis Felipe Miguel (2021) argumenta três bases para justificar a necessidade de representação política feminina, mas que devem ser ponderadas. Na primeira, chamada justiça intuitiva, considerando que se as mulheres fazem parte de 50% da população brasileira, como podem ser minoria no parlamento? Contudo, tal tese não se sustenta quando se considera que existem outros grupos minoritários que também devem estar representados no Congresso.

Um segundo exemplo da necessidade da representação feminina na política está alocada na questão materna, as mulheres por estarem subordinadas ao trabalho de cuidado, podem trazer um olhar de maior sensibilidade para pautas que não costumam estar aos olhos atentos masculinos (Miguel, 2021). Contudo, tal ideia se mostra equivocada, considerando que a relação entre o cuidado e a mulher não pode ser considerado uma questão natural, e sim social, considerando que coloca a mulher na política como detentora de pautas específicas que associa a mulher ao "trabalho de cuidado".

Uma última justificativa para a necessidade da representação política se detém na existência de pautas legítimas voltadas para as mulheres, não pelo cuidado que elas exercem na sociedade e sim porque são pautas que são de seu interesse, as quais são inviabilizadas pelo sistema que as representam (Miguel, 2021). Quando se fala de representação política é importante destacar a Lei nº 12.034/09 que alterou a Lei 9.504/97, que estipula em seu art. 10, parágrafo 3º que:

> Art. 10. Cada partido ou coligação poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais no total de até 150% (cento e cinquenta por cento) do número de lugares a preencher, salvo:
>
> (...)
>
> § 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo. (Brasil, 2009).

Dentro do ideal de política representativa, a Lei que regula as cotas de gênero se mostra uma das maiores ações afirmativas que visam garantir a representatividade feminina. Luis Felipe Miguel (2021) apresenta um panorama a partir das eleições de 1998 em que mesmo com cota de 25%, apenas 29 mulheres se elegeram deputadas federais, ou seja, 6% do total da câmara. Nesse sentido se faz necessária a criação de políticas públicas e medidas que incentivem a participação feminina na política, sendo urgente a necessidade de tornar as instituições mais democráticas e representativas (Sacchet, 2021).

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, através do portal TSE Mulher, entre 2016 e 2022, 52% do eleitorado era composto por mulheres, 33% das candidaturas eram de mulheres, mas apenas 15% dos eleitos eram mulheres. (TSE Mulheres, 2022).

Desta forma, conforme o TSE, tem ocorrido um aumento no percentual de mulheres candidatas, eleitas e reeleitas, mas não o suficiente para estabelecer um percentual proporcional dentro da relação quantidade eleitoral x quantidade de mulheres eleitas.

É possível atribuir esse pequeno, mas relevante, aumento às lutas estabelecidas em diversas frontes nos últimos anos. A utilização de vias sociais e judiciais são alguns dos

meios possíveis para que a participação da mulher na disputa e, eventualmente, nos cargos eletivos, seja efetivada. Vários aspectos são responsáveis pela ausência de representação feminina no governo, como por exemplo o desinteresse na política e o descontentamento e desconfiança quanto às instituições.

Tratando-se das últimas eleições, o percentual representativo das mulheres nas eleições gerais, segundo o TSE (2024b), foi de 155 mil são de mulheres, do total de 456.310 candidaturas registradas. Desses totais por gênero, 74.355 são mulheres não negras, 80.645 mulheres negras.

Não é possível estipular um único motivo para a baixa adesão de mulheres na política; alguns grupos argumentam que um dos motivos para baixa participação se deve a questões externas a política (Sacchet, 2021). Como anteriormente debatido, durante muitas décadas o papel da mulher estava vinculado aos cuidados com o lar, marido, casa, filhos, onde a única voz ativa era a voz masculina e as pautas dentro do congresso não estavam alinhadas com as questões representativas da sociedade.

As ações afirmativas demonstram que a igualdade como tem se postado não é o suficiente (Miguel, 2021). É necessária a ampliação de políticas afirmativas que tenham como foco a igualdade e a representação dos grupos minoritários dentro da política brasileira. Contudo, problemas relacionados a essas práticas são uma constante no cenário político. Eis uma dicotomia difícil de se equalizar.

3. DAS CANDIDATURAS FANTASMAS E SUAS REPERCUSSÕES

Acerca das ações afirmativas e representação política, importante se faz analisar um dos elementos que mais prejudicam a aplicação de medidas que visam garantir a representação: a candidatura fantasma.

José Jairo Gomes exemplifica que (2020, p. 754):

> Compreende-se por fraude o ato artificioso ou ardiloso, em que há indução a engano, burla ou ocultação da verdade. Implica a frustração do sentido e da finalidade de uma norma jurídica ou conjunto normativo que rege determinado instituto ou situação, materializando-se pelo uso de artimanha, astúcia, artifício ou ardil.

Nesse sentido, quando se fala em fraude, as cotas de gênero na política configuram um dos grandes exemplos. A Lei nº 5.904/97 estipula o mínimo de 30% para candidaturas de cada sexo; dessa forma os partidos precisam preencher um mínimo de candidaturas femininas. Vale ressaltar que a Lei não estipula que o quantitativo mínimo, ou seja de 30%, seja ocupado pelas candidatas mulheres; todavia, é o que ocorre na maior parte dos partidos e coligações.

Manuela Nonô (2019) discorre que um dos motivos para a falha na Lei de Cotas se deve ao fato dos partidos políticos preencherem de forma fraudulenta as vagas destinadas. Sendo assim, quando os partidos políticos usam candidaturas de mulheres apenas com o propósito de cumprir com a lei de cotas, sem garantir a elas equidade para concorrer efetivamente ao cargo público que são candidatas, é um caso de fraude à lei.

Nascimento; Moreira (2019, p. 170) explica a existência das candidatas laranjas:

> Para fins eleitorais, o termo "candidata laranja" é utilizado para definir as

> candidaturas femininas usadas para preencher a cota de gênero instituída pela Lei das Eleições e, para que os recursos da reserva de fundo partidário sejam repassados para outros candidatos do partido e/ou coligação.

Em 2016, onde o Tribunal Superior Eleitoral verificou que 16 mil candidatos não tiveram votos, e destes 16 mil, 14.417 eram mulheres, o que demonstra possíveis candidaturas fantasmas (Gomes; Sepúlvuda; Botassio, 2018).

Logo, observa-se que a representação feminina na política encontra diversos obstáculos, como, por exemplo, a manifestação de candidaturas fantasmas que atrapalham o pleito eleitoral e enfraquecem as chances de candidaturas legítimas femininas.

Acerca de medidas adotadas para a garantia da efetivação da Lei de Cotas, um ponto importante a ser observado é que ao tomar conhecimento de eventuais candidaturas laranjas, são medidas de combate a tais práticas, as denúncias ao Ministério Público Eleitoral; a Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) ou a Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME) perante a Justiça Eleitoral contra os partidos e/ou coligação em relação aos candidatos que estão registrados no Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP).

4. DAS AÇÕES AFIRMATIVAS E A LEI DE COTAS

Um dos grandes desafios a serem superados no Brasil é a desigualdade. A desigualdade se materializa de diversas formas, seja por gênero, seja racial, ou econômica, e em diversas áreas da sociedade, como no mercado de trabalho e também na política.

Atualmente, um dos instrumentos utilizados para garantir a igualdade de gênero na política são as cotas de gênero, uma política pública destinada a promover a justiça social dentro da política brasileira, contudo, recebe diversas críticas de determinados grupos da sociedade que questionam sua eficácia e também seus impactos econômicos.

É válido ressaltar que a igualdade é um dos pilares da Constituição Brasileira, sendo uma prerrogativa à cidadania, de participação direta ou indiretamente da política governamental e da organização do Estado. As cotas de gênero podem ser definidas como políticas que visam a paridade de gênero, a fim de corrigir uma desigualdade estrutural entre homens e mulheres no espaço representativo (Santos; Furlanetto, 2019).

Como elencado anteriormente, a Lei 9.504/97, estipulou que 30% cada partido deve conter um percentual mínimo de 30% de candidaturas femininas, no entanto, nos últimos anos tem ocorrido diversos casos onde foram constatadas fraudes nas cotas de gênero. O Ministério Público Federal elencou alguns indícios que ocorrem em casos de fraude a cotas de gênero (MPF, 2017):

> a) votação zerada ou inexpressiva;
>
> b) ausência de movimentação de recursos na campanha, não prestação de contas ou prestação de contas "zerada" (ou "maquiagem contábil");
>
> c) não participação em atos de campanha, nem na internet (redes sociais);
>
> d) comunicação de desistência de candidatura feminina em tempo hábil para substituição seguida de inércia do partido;
>
> e) parentesco com outros candidatos para o mesmo cargo;

> f) impossibilidade de efetiva participação na campanha;
>
> g) desinteresse da candidata na corrida eleitoral. (MPF, 2022).

O Tribunal Superior Eleitoral confirmou em decisão recente fraudes à cota de gênero em 14 municípios de 6 estados brasileiros, sendo os estados do Maranhão, Espírito Santo, Goiânia, Goiás, Pernambuco e Minas Gerais (TSE, 2024a).

Em decisão recente o Tribunal Superior Eleitoral definiu uma nova súmula no tocante a fraude às cotas de gênero, a Súmula 73 estipula os seguintes termos:

> A fraude à cota de gênero, consistente no desrespeito ao percentual mínimo de 30% (trinta por cento) de candidaturas femininas, nos termos do art. 10, § 3º, da Lei n. 9.504/97, configura-se com a presença de um ou alguns dos seguintes elementos, quando os fatos e as circunstâncias do caso concreto assim permitirem concluir: (1) votação zerada ou inexpressiva; (2) prestação de contas zerada, padronizada ou ausência de movimentação financeira relevante; e (3) ausência de atos efetivos de campanhas, divulgação ou promoção da candidatura de terceiros. O reconhecimento do ilícito acarretará: (a) a cassação do Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (Drap) da legenda e dos diplomas dos candidatos a ele vinculados, independentemente de prova de participação, ciência ou anuência deles; (b) a inelegibilidade daqueles que praticaram ou anuíram com a conduta, nas hipóteses de Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE); (c) a nulidade dos votos obtidos pelo partido, com a recontagem dos quocientes eleitoral e partidário (art. 222 do Código Eleitoral), inclusive para fins de aplicação do art. 224 do Código Eleitoral.

O Tribunal Superior Eleitoral também editou a Resolução nº. 23.609 que dispõe:

> Art. 17. Cada partido político poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais, no total de até 150% (cento e cinquenta por cento) do número de lugares a preencher, salvo nas unidades da Federação em que o número de lugares a preencher para a Câmara dos Deputados não exceder a 12 (doze), para as quais cada partido político poderá registrar candidatos a deputado federal e a deputado estadual ou distrital no total de até 200% (duzentos por cento) das respectivas vagas (Lei nº 9.504/1997, art. 10, caput e inciso II).
>
> § 6º A extrapolação do número de candidatos ou a inobservância dos limites máximo e mínimo de candidaturas por gênero é causa suficiente para o indeferimento do pedido de registro do partido político (DRAP), se este, devidamente intimado, não atender às diligências referidas no art. 36.

Dessa forma, é prevista a nulidade dos votos outorgados ao Partido requerido e a todos os seus candidatos, nos moldes do art. 175, §§3º e 4º, do Código Eleitoral. Também, nessa esteira, a cassação do registro, diploma ou mandato de todos da Agremiação Partidária envolvida, conforme previsão do art. 22, inciso XIV, da LC nº. 64/90.

Vale ressaltar que o TSE no ano de 2023, identificou 61 violações à fraude à cota de gênero em plenário, sendo casos em que foram utilizadas candidaturas de mulheres para concorrer a cargos de vereadores em diversos municípios brasileiros (TSE, 2024a).

As primeiras leis que criaram cotas de gênero (Lei 9.100/95 e 9.504/97) foram criadas durante o governo Fernando Henrique Cardoso e durante o Governo Lula Dilma outros avanços significativos no direito das mulheres também foram observados, como por exemplo a criação da Secretaria de Políticas para as mulheres, que possuía *status* de ministério (Miguel, 2021).

Após a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres foi definida a Política Nacional para as mulheres, através do I Plano Nacional de Políticas para as mulheres, que tinha como foco os compromissos firmados pelo governo na promoção de políticas que visavam a igualdade de gênero, o respeito a diversidade, o Estado laico, a universalização das políticas de justiça e controle social (Miguel, 2021).

A Política Nacional para as mulheres defendia "a certeza de que maior acesso a participação das mulheres nos espaços de poder é um instrumento essencial para democratizar o Estado e a sociedade" e possuía como diretriz "Promover o equilíbrio de poder entre mulheres e homens em termos de recursos econômicos, direitos legais, participação política e relações interpessoais" (Miguel, 2021, p. 163).

No entanto, nos últimos anos têm ocorrido retrocessos quanto a ampliação da Lei de Cotas e alguns partidos têm atuado contra as políticas que favorecem as campanhas femininas. Isto porque de fato de que a democracia no Brasil não criou bases para que foss e de fato uma democracia representativa, nesse sentido o modelo atual representativo se demonstra falha em incluir diferentes ideias, grupos e perspectivas (Sacchet, 2021).

O Projeto de Lei nº 4375/2020, que dispõe sobre os critérios de distribuição pelos partidos políticos, de recursos financeiros e tempo em rádio e televisão aos candidatos, atualmente apensado a PL 4213/2020 e tramitando na Comissão de Justiça e Cidadania, visa alterar a legislação sob o argumento de que as cotas por sexo ferem a autonomia partidária e não possuem efeitos o que acarretou na existência de fraudes e que tais fatos se deram diante da "ausência de interessadas em número para atingir o percentual reservado, que era então atingido por meio de candidaturas laranjas" (Miguel, 2021, p. 166).

Infelizmente também é possível observar propostas de leis criadas por mulheres com o objetivo de inviabilizar a lei de cotas de gênero (que visa beneficiar as mulheres). Como a PL 4213/2020, criada pela Deputada Carolini de Toni (Partido Social Liberal) (Santa Catarina) tem como objetivo alterar a Lei nº 9.504/97 e pretende extinguir a reserva mínima de 30% de vagas que atualmente é o fator determinante para que os partidos lancem o mínimo de 30% de vagas destinadas as mulheres, sob o argumento de que "para além de toda carga ideológica que cerca o tema igualdade de gênero, o fato é que, estritamente do ponto de vista prático, desde que essa famigerada cota foi inserida na legislação eleitoral pela Lei nº 12.304/2009, os partidos políticos têm enfrentado uma série de problemas com a aplicação da referida norma" (Miguel, 2021, p. 167).

Assim, observar-se que o sistema político brasileiro não foi criado pensando em igualdade de gênero ou mesmo de oportunidades, mas após mais de 20 anos da implementação das cotas de gênero, foram verificadas melhorias no acesso feminino as cadeiras de pode r. Entretanto, essas melhorias por mais significativas que sejam se encontram longe do ideal

para a garantia de uma democracia representativa plena, que vise demonstrar a real equidade entre mulheres que compõem a sociedade e ocupam os cargos públicos.

Logo, as cotas de gênero encontram alguns obstáculos como, por exemplo, as candidaturas laranjas; todavia é importante que sejam criadas políticas públicas de promoção à igualdade de gênero, ampliação de ações afirmativas que visem a eficácia da cota de gênero e ampliação nas apurações de eventuais fraudes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendo ser o sistema de cotas um instrumento para aprimorar as instituições democráticas, o presente artigo teve como objetivo analisar as ações afirmativas e a representação feminina na política brasileira por meio da pesquisa bibliográfica e também pela análise de dados disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelo portal TSE Mulher.

Em seguida foi observado o fenômeno das candidaturas fantasmas, seu conceito e seus impactos para a democracia representativa, e por fim foi analisado a Lei de Cotas (Lei 9.504/97) e as Resoluções emitidas pelo Tribunal Superior Eleitoral como forma de coibir as fraudes a lei de cotas.

Nesse sentido, a Lei de Cotas pode ser considerado um dos maiores pilares para a garantia de uma democracia representativa, mas mesmo e Lei de Cotas possui limitações e críticas. Entretanto, os avanços obtidos devem ser celebrados considerando toda a luta política e dificuldades encontradas pelas mulheres para garantia de eficácia de pautas majoritariamente femininas.

E, na garantia do exercício desse direito constitucional, o Tribunal Superior Eleitoral tem tomado medidas para coibir as fraudes a lei de cotas, mas os resultados obtidos ainda não demonstram a eficácia necessária. Algumas das medidas adotadas incluem maior fiscalização contra fraudes e até mesmo a nulidade dos votos obtidos de forma fraudulenta.

Portanto, a presente pesquisa pode ser estendida para uma análise mais específica da eficácia da Lei de cotas em campanhas femininas que precisa, para além de ser uma ação afirmativa, da necessidade de ampliação de políticas públicas que visem alavancar as mulheres no campo e nas discussões políticas, assim como, políticas que visem dar maior importância para pautas femininas.

REFERÊNCIAS

[1] BIROLI, F. Gênero e Desigualdades: Limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

[2] BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Brasília - DF. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm >. Acesso em: 15 Jan. 2025.

[3] _____. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Cota de gênero na política: saiba como identificar possíveis fraudes e denuncie. 2017. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/prees/noticias/cota-de-genero-na-politica-saiba-como identificar-possiveis-fraudes-e-denuncie>. Acesso em: 15 Jan. 2025.

[4] _____.TSE. Resolução nº 23.609 de 18 de Dezembro de 2019. Dispõe sobre a escolha e o registro de candidatas e candidatos para as eleições. Brasília- DF. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2019/resolucao-no-23-609-de 18-de-dezembro-de-2019>. Acesso em: 30 de Jan. 2025.

[5] _____. TSE. Resolução nº 23.575 de 28 de Junho de 2018. Altera a Resolução-TSE nº 23.553, de 18

de dezembro de 2017, que dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatos e sobre a prestação de contas nas eleições. Brasília. DF. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2018/resolucao-no-23-575-de-28-de junho-de-2018>. Acesso em: 30 de Jan. 2025.

[6] _____. TSE Mulheres. Justiça Eleitoral. TSE Confirma fraude a cota de gênero em 14 municípios de 6 estados do país. (2024a). Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Marco/tse-confirma fraude-a-cota-de-genero-em-14-municipios-de-6-estados-do-pais>. Acesso em: 30 de Jan. 2025.

[7] _____. TSE. (2024b) TSE divulga percentual de candidaturas femininas e de pessoas negras por partido político. Disponível em:

[8] <TSE divulga percentual de candidaturas femininas e de pessoas negras por phttps://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Agosto/tse-divulga-percentual-de-candidaturas-femininas-e-de-pessoas-negras-por-partido-politico artido político — Tribunal Superior Eleitoral or Eleitoral>. Acesso em: 30 de Jan. 2025.

[9] DO NASCIMENTO, Camila Teixeira; MOREIRA, Diogo Rais Rodrigues. Igualdade de gênero nas eleições: a fraude no processo eleitoral através de candidatas laranjas. Resenha Eleitoral, v. 23, n. 1, p. 165-186, 2019.

[10] DOS SANTOS, Cristiano Lange; FURLANETTO, Claudia Paim. Participação feminina na política: exame da Lei nº 12.034/2009 e a previsão de cotas de gênero. Revista de Informação Legislativa, v. 56, n. 223, p. 191-211, 2019.

[11] FRASER, Nancy. Reframing Justice in A Globalizing World." New Left Review, v. 36, 2005. p. 69-88.

[12] GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2018.

[13] GOMES, José Jairo. Direito eleitoral, 16. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2020.

[14] GOMES, Silvana; SEPÚLVEDA, Marcos; BOTASSIO, Bárbara. A representação feminina no Congresso Nacional: dilemas e desafios. Simpósio Gênero e Políticas Públicas, v. 5, n. 1, p. 695-706, 2018.

[15] MIGUEL, Sônia Malheiros. Dos Discursos às legislações: o debate no Congresso Brasileiro. In: Mulheres e representação política: 25 anos de estudos sobre cotas eleitorais no Brasil. Porto Alegre: Zouk, 2021.

[16] NONÔ, Manuela. Fraudeem. DRAPS dospercentuais mínimosde cotadegênero. In: CARVALHO NETO, Tarcísio Vieira de (coord.) Reforma Política e Direito Eleitoral Contemporâneo. Estudos em homenagem ao Ministro Luiz Fux. Ribeirão Preto - SP: Migalhas, 2019.

[17] SACCHET, Teresa. Representação política, representação de grupos e política de cotas: o debate feminista. In: Mulheres e representação política: 25 anos de estudos sobre cotas eleitorais no Brasil. Porto Alegre: Zouk, 2021.

[18] RABELLO, Daniela. Faça você mesma: guia completo da mulher na política. Brasília: Ed.do Autor, 2020.

Capítulo 8

O princípio da fraternidade enquanto categoria jurídica sob a perspectiva dos valores supremos constitucionais

Joel Rangel Pinto Júnior
Thaís Machado de Andrade

"Um homem sem rosto não é um homem...Um homem somente é homem quando é seu passado e seu futuro. Um homem é uma história"
Francisco Carnelutti

Resumo: O presente artigo concentrou-se na investigação e análise do Princípio da Fraternidade como tema constitucional que visou incutir no ordenamento pátrio a ideia e o compromisso que os valores supremos de liberdade, segurança, bem-estar, desenvolvimento, igualdade e justiça têm na construção de uma sociedade fraterna. O mandamento preambular responsabiliza a todos: Estado, governo e indivíduos com uma sociedade politicamente organizada e juridicamente institucionalizada para alcançar e sustentá-la fraternalmente. O tema Fraternidade, explicitamente divulgado na Revolução Francesa, séc. XVIII, como premissa de uma nova sociedade é fruto de uma expressão política e, ao mesmo tempo, é também expressão de um pensamento novo do Direito que busca enxergar as relações sociais, protegidas juridicamente, sob o prisma de princípios norteadores da conduta humana, quais sejam, a fraternidade, a reciprocidade e a solidariedade.

Palavras-chave: Revolução Francesa, Valores Constitucionais, Princípios Constitucionais, Fraternidade, Solidariedade.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo do presente estudo é situar dentro do eixo temático Direito Constitucional a legitimidade da Fraternidade como categoria jurídica e apontar a necessidade de efetividade no ordenamento jurídico brasileiro sob a ótica da solidariedade a partir da reflexão filosófica e sociológica que a inseriu de modo contundente no mundo jurídico.

Construir uma sociedade fraterna como preconiza o pensamento da Carta Magna é fazê-la capaz de ser instrumento de transformação social. Dessa forma, propõe o presente artigo uma nova cidadania fundamentada na fraternidade e a fraternidade enquanto princípio constitui-se validade de toda a ordem jurídica brasileira.

Dessa forma, o artigo trabalha com a abordagem sobre a Fraternidade enquanto valor moral, social e filosófico; e também como um valor jurídico e um princípio constitucional. Para tanto, adotou como referencial teórico Veronese, Josiane Rose Petry; Oliveira, Olga Maria Boschi Aguiar de (Org.), com a obra "Direitos na pós-modernidade: a fraternidade em questão". Utilizando o método dedutivo e, como métodos de pesquisa auxiliares, o bibliográfico e o documental, voltados, então, para o entendimento geral do tema.

2. A FRATERNIDADE COMO UMA CATEGORIA JURÍDICA, A PARTIR DOS PRINCÍPIOS DA REVOLUÇÃO FRANCESA

Inicialmente para tratar sobre o tema há necessária reflexão e um breve relato sobre a fraternidade em si, quanto valor, viés religioso e filosófico. A fraternidade, historicamente está ligada diretamente à doutrina ou vida cristã, sentimento de solidariedade e prática religiosa.

É por vez oculta como categoria política e jurídica porque é confundida apenas como solidariedade no campo da relação sentimental. O resgate da fraternidade como dimensão jurídica exprime-se nas diversas formas da norma cogente garantir acesso a direitos àqueles que por integrarem minorias passaram a ser tutelados exatamente pela sua deficiência, insuficiência e diferença.

Como descrito nas considerações que introduziram esse trabalho, destacaram-se os acontecimentos políticos e sociais ocorridos na França entre os períodos de 5 de maio de 1789 e 9 de novembro de 1799 (Revolução Francesa), na difusão do lema Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Possibilitando, a partir de uma dimensão política, a recepção desses princípios que influenciaram na criação de instituições e ideais no mundo ocidental contemporâneo.

Rodrigo Mardones (2012) afirma que considerar o princípio da fraternidade como categoria política ao mesmo nível das outras duas componentes do tripé da Revolução Francesa constitui uma questão desafiante.

De acordo com Michelet (apud Veronese et al., 2011) a Revolução Francesa é o advento da ressurreição do Direito e da reação da justiça. Michelet é considerado um dos primeiros historiadores franceses e escreveu sua obra entre os anos de 1845 e 1850. Ele relata alguns dos momentos históricos da Revolução Francesa a partir de pesquisas em fontes inéditas como atas, peças originais, manuscritas impressos e memórias. Como chefe da seção histórica dos Arquivos na França ele teve acesso a esse acervo de forma privilegiada.

Os fatos são vistos a partir de uma percepção histórica beneficiada pela aproximação com as fontes de pesquisa.

Michelet (apud Veronese et al., 2011) afirma que apesar de tentativas teóricas para explicar os acontecimentos deste período, sejam a partir do ponto de vista religioso ou político, destacam-se a existência de dois grandes fatos, o cristianismo e a Revolução. O autor faz uma crítica aos políticos franceses que evitavam discutir as duas questões fundamentais que marcaram as ideias, ou seja, "a revolução continua o cristianismo e o contradiz. É ao mesmo tempo sua herdeira e sua adversária". (p. 45).

Destaca Veronese (et al., 2011) a necessidade de uma análise da Revolução Francesa situada dentro da contextualização histórica da Idade Média, que tinha no feudalismo as bases do sistema político, econômico e social presente nos países europeus (século IV depois de Cristo até o século XV), caracterizado pela forte desigualdade social causada principalmente pelo privilégio de algumas classes sociais na divisão de terras, pela escravidão e pela intolerância.

Alude Fernandes (apud Veronese et al., 2011) que o poder era fortemente personalizado; mas a principal fonte do poder era a propriedade (riqueza) e não a personalidade. O senhor feudal concentrava em suas mãos todos os poderes: legislativo, executivo, financeiro e judicial.

A desigualdade na sociedade feudal estava diretamente relacionada com a posição que cada classe ocupava na estrutura, de acordo com a sua participação na mesma, não sendo possível a identificação de um princípio que possibilitasse uma igualdade real ente os indivíduos.

Entretanto, o feudalismo enquanto sistema econômico termina com o fim da Idade Média, porém o sistema social gerado pelo seu desenvolvimento e pela preponderância do poder religioso vai perdurar até o triunfo das Revoluções Americana e Francesa, ou seja, foi um período histórico marcado pela "negação dos princípios da dignidade, da igualdade e da liberdade sobre os quais assentam os direitos do homem" (Fernandes apud Veronese et al., 2011, p. 40).

Ainda nesse cenário de fortes desigualdades sociais é importante destacar também os conflitos e guerras religiosas que a partir do século XVI começaram a se espalhar pela Europa dentro do contexto conhecido como Reforma Protestante. Na Inglaterra a conversão ao protestantismo foi relativamente tranquila, contrariamente ao que ocorreu na França onde houve conflitos sangrentos "entre católicos e huguenotes (protestantes seguidores das doutrinas de Calvino)" (Grespan apud Veronese et al., 2011, p.42).

Apesar de todas as mudanças que envolveram a unidade da Igreja medieval, a posterior ascensão do absolutismo e as futuras grandes descobertas não foram suficientes para diminuir o poder exercido pelo cristianismo dogmático que também sobreviveu à Idade Média, pois, embora o significado dos dogmas cristãos fosse às vezes questionado, não era possível questionar os próprios dogmas (Caenegem, apud Veronese et al., 2011).

Entretanto, essa proibição perde a força, quanto ao seu significado, quando começaram a ser difundidas as ideias do iluminismo no século XVIII.

O iluminismo produziu uma nova mentalidade, uma nova concepção do homem e do universo. A base passou a ser a razão humana e não mais a religião revelada. Esse movimento em direção às ideias racionais e às descobertas rompeu com milhares de anos de história e preparou o caminho para uma nova filosofia para uma nova sociedade, já que as velhas estruturas sociais estavam intimamente ligadas às concepções religiosas do universo.

Uma década, portanto, de intensa ruptura revolucionária.

Para Caenegem (1995), a modernização começou tarde na França, mas com força máxima, e conduziu à destruição do sistema político antigo, primeiro na França e logo em seguida nos outros países europeus. E nesse contexto a França do final do século XVIII e os velhos regimes da Europa (monarquias absolutas) estavam em crise e seus sistemas econômicos sofriam com as guerras, a miséria, o enriquecimento do poder dos senhores feudais, os altos impostos os tributos feudais, além dos privilégios do clero e da nobreza.

Nesse período o Direito também sofria as influências da crise socioeconômica do mundo agrário e feudal gerando uma crise nas estruturas jurídicas e nas concepções dessa sociedade. Era preciso um sistema de justiça mais adequado e mais complexo.

Cabe lembrar que o desenvolvimento econômico era limitado, estando baseado na utilização de recursos primitivos, a exemplo, da força física do homem, dos animais no processo produtivo.

Todos esses conflitos e acontecimentos apontavam para a crise política, econômica, social, religiosa e cultural enfrentada pelo povo francês. Era o período do Rei Luís XV (1744-1754), porém, "o rei, esse deus, esse ídolo, torna-se objeto de horror", aponta Michelet (apud Veronese et al., 2011, p.45), mas, segundo o autor, em seu lugar eleva-se a realeza do espírito.

As críticas feitas pelos pensadores do Iluminismo ao direito feudal e à busca de um novo Direito com base na razão humana estavam fundamentadas principalmente em quatro situações a saber:

> Em primeiro lugar, na desigualdade diante da lei, que era mantida pelo sistema político dos estados, com seus privilégios fiscais para as ordens da nobreza e do clero, e o acesso limitado ao cargo público. Em segundo lugar nas limitações às pessoas e à propriedade; à servidão ainda exista, enquanto várias restrições feudais e corporativas refreavam a atividade econômica. Liberdade e igualdade eram, portanto, exigências essenciais tanto nos programas políticos dos déspotas esclarecidos quanto na Revolução Francesa. Em terceiro lugar, havia crítica às intervenções arbitrárias e imprevisíveis da Coroa e a exclusão da participação popular (em particular a do terceiro estado) nos assuntos políticos. Por fim, havia a crítica à predominância da Igreja e à intolerância religiosa que muitos consideravam uma relíquia de um passado obsoleto (Caenegem apud Veronese et al., 2011, p.48).

Concluindo que:

> Portanto as ideias desenvolvidas pelo Iluminismo enquanto movimento filosófico presente no século XVIII ajudaram a abrir caminho para os acontecimentos de 1789, já que "na França, o direito era o produto dos cidadãos, pois aí ele derivava não de um soberano, mas da vontade geral" (Caenegem apud Veronese et al., 2011, p.48).

Logo, a Revolução Francesa vai consagrar na prática as ideias de liberdade e igualdade, que vão permitir a derrubada da estrutura social à época o "que representou não só a realização dos ideais iluministas, como também sua elaboração teórica, evidenciando os

impasses e a necessidade de ultrapassar aquele marco filosófico" (Grespan apud Veronese et al., 2011, p.44).

Nesse cenário o povo continuava fazendo manifestações nas ruas. Os revolucionários utilizavam dos valores da "Liberdade, Igualdade e Fraternidade". Estes são os primeiros momentos da revolução, destaca Michelet

> A jovem liberdade francesa, quando abriu os olhos para o dia, quando disse a primeira palavra que arrebata toda criatura nova: *Eu sou*!, nesse momento mesmo seu pensamento não ficou limitado ao eu; ela não se encerrou em uma alegria pessoal, mas estendeu ao gênero humano sua vida e sua esperança; o primeiro movimento que fez no berço abrir braços fraternos. *Eu sou*, disse ele a todos os povos, ó meus irmãos, sereis também! Foi seu glorioso erro, sua fraqueza, tocante e sublime: a Revolução, é preciso reconhecê-lo, começou por amar tudo" (Michelet apud Veronese et al., 2011, p.45).

E continua

> Queria salvar a Igreja; procurava permanecer cristã, cegando-se voluntariamente sobre a contradição entre o velho princípio, a Graça arbitrária, e o novo, a Justiça. Essa simpatia universal, que, no princípio, a fez adotar, mesclar sem critério tantos elementos contraditórios, a conduzia à inconsequência, a querer e a não querer, a fazer e a desfazer ao mesmo tempo. É o estranho resultado de nossas primeiras assembléias. (Michelet apud Veronese et al., 2011, p.45).

A Assembleia Nacional Constituinte reuniu-se em 9 de julho de 1789 para elaborar uma nova Constituição para a França, o que significava que o monarca deixaria de ser o senhor absoluto. Os grupos sociais envolvidos com a ação revolucionária tinham a expectativa de que a Assembleia dos Estados Gerais, e depois a Assembleia Nacional Constituinte, conseguiriam as reformas necessárias para melhorar a sua condição de vida e abolir a forma antiga de sociedade.

Assim, o resultado mais importante da mobilização feita pelos revolucionários foi a queda da Bastilha, uma prisão estatal que simbolizava a autoridade da monarquia absolutista e onde os revolucionários acreditavam que iriam encontrar armas. A tomada da Bastilha ocorreu no dia 14 de julho de 1789. A queda da Bastilha marcou a derrota do despotismo e da arbitrariedade, da inquisição eclesiástica e burocrática e influenciou movimentos similares nas províncias e no campo, onde os camponeses começaram a invadir castelos e outras propriedades da nobreza. Passadas "três semanas após o 14 de julho, a estrutura social do feudalismo rural francês e a máquina estatal da França ruíram em pedaços" (Hobsbawm apud Veronese et al., 2011, p.50).

Em meio a todos estes conflitos, a Assembleia Nacional Constituinte em 26 de agosto 1789 proclama o seu manifesto formal através da declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão que consagra a dignidade; a liberdade e a igualdade dos cidadãos perante à lei.

É possível observar que o texto da declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão apresenta no seu início, as duas dimensões do direito: uma contempla o "homem" como sujeito dos direitos naturais e outra o "cidadão" como sujeito dos direitos políticos e sobre quem se constitui a soberania do Estado, consagrando assim, a visão liberal da sociedade (Grespan apud Veronese et al., 2011).

Baggio (2008) indaga o motivo de a sociedade ocupar-se tanto com os acontecimentos de 1789, se o aparecimento da trilogia naquela época foi tão passageiro. O fato é que a Revolução de 1789 constitui um ponto de referência histórico de grande relevância, porque, durante seu andamento, pela primeira vez na Idade Moderna a ideia de fraternidade foi interpretada politicamente.

A trilogia revolucionária afasta a fraternidade do âmbito apenas teórico ainda que bem matizadas da tradição e insere-a num novo contexto, ao lado da liberdade e da igualdade, compondo três princípios e ideais constitutivos de uma perspectiva política inédita.

Permanecem em primeiro plano a liberdade e a igualdade geralmente mais antagônicas do que aliadas (antagonistas justamente por serem desprovidas de fraternidade), que, de algum modo, estão integradas entre si no seio dos sistemas democráticos; mas que se tornam também, em alguns lugares, sínteses extremas de duas visões de mundo, de dois sistemas econômicos e políticos que disputarão o poder nos dois séculos seguintes.

Liberdade e igualdade conheceram, assim, uma evolução que as levou a se tornarem autênticas categorias políticas, capazes de se manifestarem tanto como princípios constitucionais quanto como ideias-força de movimentos políticos. O pensamento democrático a respeito da fraternidade manteve-se em silêncio.

O interesse dos historiadores pela Revolução certamente nunca desapareceu e, no contexto geral, eles também se ocuparam da tríade francesa exatamente pela sua referência histórica.

No entanto, com a aproximação da data do bicentenário da Revolução de 1789, uma nova atenção passou a ser dada à trilogia no seu conjunto, especificamente, à fraternidade. Alguns estudos particularmente significativos, publicados naquele período de redescoberta, salientam uma trajetória que ajuda a explicar o sentido que a abordagem da fraternidade em chave política assume hoje. Como afirma BAGGIO (2008), a grande importância da trilogia é a fraternidade adquirir uma dimensão política aproximando-se e interagindo com os outros dois princípios que caracterizam as democracias atuais: a liberdade e a igualdade.

Para Alberto Martinelli, a trilogia é a sinalização de uma virada histórica:

> Liberté, egalité, fraternité [...] constituíram, durante dois séculos, o núcleo normativo e o critério interpretativo da sociedade moderna. Os três princípios não expressavam conceitos e aspirações radicalmente novos, mas se transformaram e se estenderam à ação coletiva, adquirindo um significado universal e definido, com especial vigor sintético, o projeto moderno da sociedade desejável. (Martinelli apud Baggio, 2008 p. 57).

Em meio aos conflitos constantes, cresceram os movimentos populares iniciados pelos revolucionários, que passaram a utilizar o lema Liberdade, Igualdade e Fraternidade, na tentativa de romper com o despotismo e a tirania da monarquia absoluta. Clamavam por uma Fraternidade não apenas para o cidadão, mas também para os escravos, pois a Fraternidade não podia se excludente. Portanto, era necessário um Direito e uma liberdade que pudessem concretizar o sentimento fraterno. E foi a liberdade que tornou possível a Fraternidade.

Com a Revolução Francesa o princípio da Liberdade foi proclamado para os indivíduos, sendo formalmente concretizado através da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, que teve por finalidade submeter o Estado ao Direito.

Entretanto, a partir de 1799, com o golpe de 18 de Brumário, Napoleão Bonaparte assume o poder e a história; e os compromissos da Revolução Francesa são alterados, não são mais os mesmos, pois em poucos anos a monarquia é instalada e Bonaparte se coroa Imperador. Em consequência, os ideais da Revolução Francesa de 1789, orientados pelos princípios da Liberdade, Igualdade e Fraternidade, são menosprezados, mitigados e direcionados para uma fundamentação baseada no liberalismo e no contratualismo de inspiração individualista.

É possível afirmar que dos três princípios utilizados pelo movimento revolucionário francês, o princípio da Fraternidade foi o mais prejudicado, pois passou a ser ignorado, esquecido, reaparecendo somente na Constituição Francesa de 1946, após o término da 2ª Guerra Mundial, sendo posteriormente incorporado à Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, marcando a concepção universal conferida à Dignidade Humana, conseguindo desta forma inserir a noção dos deveres que todos os seres humanos, sem distinção de raça ou povo, devem ter para com toda a Humanidade.

Vale considerar ainda a reflexão de Machado (2013) quanto à fraternidade ora concebida como valor, ora na perspectiva de princípio, onde os estudiosos buscam resgatá-la enquanto um princípio esquecido. Aí reside a novidade.

3. A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E O PRINCÍPIO DA FRATERNIDADE

A Carta Constitucional de 1988 impregnou-se dos três valores do movimento revolucionário de 1789 ao se comprometer com a construção de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. Apresentou, portanto, no seu Preâmbulo os seus valores supremos.

Nery (2013) destaca que o Preâmbulo afirma princípios constitucionais e por essa razão expressa uma espécie de manifestação declaratória a respeito de circunstâncias históricas, políticas e constitucionais. Por isso, sua importância na interpretação de outros princípios e preceitos constitucionais.

Nery (2013) destaca ainda que as cláusulas do Preâmbulo da Constituição possuem suma importância, de natureza prescritiva, impregnando, em função de sua hierarquia, todas as unidades do direito infraconstitucional. O que torna o Direito Constitucional como balizador de todo ordenamento.

Isto posto, sabe-se que existe contrários pensamentos e posições quanto ao valor imperativo do Preâmbulo. Há quem defenda sua força normativa, cujo conteúdo é, também, parte integrante da Constituição. Entres estes estão Lafferrièrre, Roger Pinto, Burdeau, Nery, dentre outros.

De outro lado há os que defendem a ideia de que o Preâmbulo apenas sinaliza uma afirmação genérica de princípios, não tendo valor normativo. Corrente defendida por Kelsen e por Mello Filho.

O Supremo Tribunal Federal por sua vez tem posicionamento claro ao decidir que o Preâmbulo não é norma central.

O que se quer discutir com este trabalho é a presença do valor fraternal logo no discurso inaugural da Carta Magna, quando manifestamente assume compromisso com a fraternidade. Mesmo que não tendo expressamente o termo "fraternidade" grafado no seu Preâmbulo, a Constituição escolheu construir a sociedade brasileira a partir de uma

experiência fraterna que irá se traduzir nas diretrizes do regime democrático, que em todo texto constitucional vai assegurar o exercício dos Direitos Fundamentais.

Analisando a afirmação constante, então, do Preâmbulo, vê-se a intenção do legislador originário quando no artigo 3º consagra como objetivos fundamentais do Brasil: a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a garantia do desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e a marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais, além da promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor e idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Há correspondência entre Preâmbulo e as disposições da Constituição Federal. Acrescenta-se ainda o que preceitua o artigo 1º da Carta Magna quando afirma que são fundamentos da República além da soberania e da cidadania, a dignidade da pessoa humana.

Tratar de dignidade da pessoa humana é tratar de fraternidade a partir de um viés constitucional que visa promover o bem comum, a reciprocidade e a interação de toda sociedade como único conjunto. A ideia de coletividade que interage com as situações individuais promove inclusão de quem sozinho não consegue emergir das realidades sociais que o segrega. O compromisso fraterno faz com que o espírito coletivo se preocupe com a comunidade.

Carlos Ayres Britto, numa manifestação de voto no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3.768-4/DF, sintetiza o constitucionalismo fraterno cuja dimensão fraternal é a dimensão das ações estatais afirmativas, assecuratórias da abertura de oportunidades para os segmentos sociais historicamente desfavorecidos.

Na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3.768-4/DF, que garantiu a gratuidade dos transportes públicos urbanos e semi-urbanos para idosos, o Ministro Carlos Ayres Britto evocou o direito fraternal para exigir do Estado ações afirmativas como compensação às desvantagens historicamente experimentadas pelos segmentos sociais do país, como negros, índios, portadores de deficiências e idosos.

Outro exemplo traz a lição do professor João Batista Herkenhoff (2010), na sua obra Filosofia do Direito, e numa sentença que proferiu. Um Juiz de Direito que aprendeu como o humanismo no Direito poderia ser exercido nas sentenças, como no caso que segue, da libertação de uma grávida que se chamava Edna. O despacho foi proferido diante dela com as seguintes palavras:

> A acusada é multiplicadamente marginalizada por ser mulher numa sociedade machista; por ser pobre, cujo latifúndio são os sete palmos de terra dos versos imortais do poeta; por ser prostituta , desconsiderada pelos homens mas amada pelo Nazareno que certa vez passou por este mundo; por não ter saúde; por estar grávida, santificada pelo feto quetem dentro de si, mulher diante da qual este Juiz deveria se ajoelhar, numa homenagem à maternidade, porém que, na nossa estrutura social, em vez de estar recebendo cuidados pré-natais, espera pelo filho na cadeia.
>
> É uma dupla liberdade a que concedo neste despacho: liberdade para Edna e liberdade para o filho de Edna que, se do ventre da mãe puder ouvir o som da palavra humana, sinta o calor e o amor da palavra que lhe dirijo, para que venha a este mundo tão injusto com forças para lutar, sofrer e sobreviver. (Herkenhoff, 2008, s.p.).

Prescrevendo que:

> Quando tanta gente foge da maternidade; quando milhares de brasileiras, mesmo jovens e sem discernimento, são esterilizadas; quando se deve afirmar ao Mundo que os seres tem direito à vida, que é preciso ditribuir melhor os bens da Terra e não reduzir os comensais; quando, por motivo de conforto ou até mesmo por motivos fúteis, mulheres se privam de gerar, Edna engrandece hoje este Fórum, com o feto que traz dentro de si. (Herkenhoff, 2008, s.p.).

E sob a perspectida do ideal de fraternidade, escreveu: "Este Juiz renegaria todo o seu credo, rasgaria todos os seus princípios, trairia a memória de sua Mãe, se permitisse sair Edna deste Fórum sob prisão. (Herkenhoff, 2008, s.p.).

Proferindo então sua decisão: "Saia livre, saia abençoada por Deus, saia com seu filho, traga seu filho à luz, que cada choro de uma criança que nasce é a esperança de um mundo novo, mais fraterno, mais puro, algum dia cristão". Expeça-se incontinenti o alvará de soltura". (Herkenhoff, 2008, s.p.).

A determinação do Juiz, sob a ótica da fraternidade, enquanto categoria jurídica, contribuiu para a efetivação dos Direitos Fundamentais e promoção da Dignidade Humana, na medida em que abre novos horizontes para a vida que se harmoniza a partir de uma decisão judicial.

Atualmente o Poder Judiciário já vem atuando, por exemplo, na mediação de conflitos e na Justiça Restaurativa que consiste em um paradigma não punitivo, baseado em valores, que tem como principal objetivo a reparação dos danos oriundos do delito causados às partes envolvidas – vítima, ofensor e comunidade – e, quando possível, a reconstrução das relações rompidas. Mas muito ainda se tem a percorrer para a efetivação da fraternidade como um princípio jurídico.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Necessário se faz ressignificar as relações jurídicas e compreender o Princípio da Fraternidade como uma categoria jurídica. É preciso humanizar o cotidiano dos tribunais e as relações entre as partes; não devendo o processo representar um testamento de guerra em que haverá vencido e vencedor.

Em razão disso, o trabalho se compromete com aqueles que acreditam no Princípio da Fraternidade no Direito Constitucional como instrumento jurídico que coloca o ser humano no centro da prestação jurisdicional e faz da fraternidade itinerário para um novo paradigma. Não é um novo Direito, mas um novo caminho para o Direito garantir humanismo e solidariedade.

REFERÊNCIAS

[1] BAGGIO, Antonio Maria. A redescoberta da Fraternidade na época do "terceiro 1789". In: BAGGIO, Antonio Maria (Org). O Princípio Esquecido/1. A fraternidade na reflexão atual das Ciências Políticas. São Paulo: Cidade Nova, 2008.

[2] BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília,

DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 02 Abr. 2024.

[3] COSTA, Cristina. Introdução à Ciência da Sociedade. São Paulo: Moderna, 2011.

[4] MACHADO, Carlos Augusto Alcântara. A fraternidade e o direito constitucional brasileiro. Anotações sobre a incidência e aplicabilidade do princípio/valor fraternidade no Direito Constitucional brasileiro a partir da sua referência no preâmbulo da Constituição Federal de 1988. In: CERQUEIRA, Maria do Rosário [et al]. Fraternidade como categoria jurídica. São Paulo: Cidade Nova, 2013.

[5] MARDONES, Rodrigo. Por uma exatidão conceitual da fraternidade política. *In*: LOPES, Paulo Munir (Org.). A fraternidade em debate: percurso de estudos na América Latina. Vargem Grande Paulista, (SP): Cidade Nova, 2012. p. 19-44.

[6] MOEHLECKE, Sabrina, (2002). Ação afirmativa: história e debates no Brasil. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, Autores Associados e Fundação Carlos Chagas, nº 117, p. 197-217.

[7] HERKENHOFF, João Batista. A História da Liberdade de Uma Mulher, Ré e Mãe. Consultor Jurídico, 2008. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2008-jul-23/historia_liberdade_mulher_re_mae/>. Acesso em 02 de Abr. de 2024.

[8] _____. Filosofia do Direito. Rio de Janeiro: GZ, 2010.

[9] VERONESE, Josiane Rose Petry; OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar de (Org.). Direitos na pós-modernidade: a fraternidade em questão. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2011.

[10] WOLKMER, Antônio Carlos. História do Direito no Brasil. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

Capítulo 9

Catocomunismo e o reavivar da hipótese comunista na pós-modernidade: uma análise hermenêutico-filosófica à luz de Gianni Vattimo

Lucas Pereira da Silva Freitas

Resumo: O presente artigo propõe-se a repensar a hipótese comunista a partir de uma abordagem metodológica hermenêutico-filosófica de cunho bibliográfico, revisitando criticamente a ideia de que a subordinação das maiorias populares às elites dominantes não é um destino inevitável, mas uma construção histórica contingente e, portanto, superável. Após décadas marcadas por derrotas históricas da esquerda e pelo aparente triunfo de um capitalismo neoliberal em sua forma mais selvagem, observa-se, um movimento de reabilitação do comunismo enquanto horizonte ético e político. Esse retorno, contudo, exige um juízo crítico sobre as experiências históricas que se autodenominaram comunistas, exigindo discernimento entre os ideais que animaram tais projetos e os fatores que conduziram à sua desesperança. A problemática central do artigo consiste em investigar: é possível relançar a ideia de comunismo como projeto emancipatório sem incorrer nos mesmos impasses históricos do século XX? Neste contexto, recorre-se à proposta de Gianni Vattimo que se intitulou-se catocomunista, uma reinterpretação do comunismo à luz do pensamento pós-metafísico, que articula a crítica ontológica de Martin Heidegger à reificação das relações humanas, tal como diagnosticada por Marx e Lukács. Para Vattimo, "tomando Heidegger, caímos em Marx": ao levar a sério a crítica heideggeriana ao esquecimento do ser — isto é, à redução do ser à objetividade técnica e à funcionalidade —, somos conduzidos inevitavelmente à crítica das formas históricas de dominação e mercantilização próprias do capitalismo. A reificação, enquanto alienação ontológica e social, exige não apenas uma resposta filosófica, mas uma práxis política transformadora. O catocomunismo, nesse sentido, é uma proposta de relançamento da hipótese comunista no contexto da pós-modernidade, baseada em valores como a partilha, a escuta e a não-violência, inspirados tanto no cristianismo quanto na hermenêutica. O artigo, portanto, assume os ideais do comunismo — como igualdade, justiça e emancipação —, ao mesmo tempo em que analisa, com distanciamento crítico, os limites e contradições das experiências pretéritas. O objetivo é oferecer uma reflexão que contribua para a reconstrução teórica e política do comunismo no contexto contemporâneo, articulando a crítica ao presente com a possibilidade de um futuro mais justo e plural, onde o pensamento fraco e a fragilidade do ser possam abrir caminhos para novas formas de convivência solidária.

Palavras-Chave: Comunismo, Pós-Modernidade, Gianni Vattimo, Pensamento Fraco, Hermenêutica.

1. INTRODUÇÃO

"Sou cristão e tudo isto, sem muitos conflitos. É evidente que não sou homossexual por ser cristão. Mas se sou comunista, sou-o apenas porque sou cristão."

Gianni Vattimo, 2008.

Gianni Vattimo (1936-2023), filósofo Italiano Pós-Moderno, embora tenha adesão à hermenêutica de Hans-Georg Gadamer (1900-2002), o niilismo de Friedrich Nietzsche (1844-1900) e da fenomenologia de Martin Heidegger (1889-1976) retoma a adesão ao comunismo em sua obra e pensamento ético-filosófico por múltiplas razões. Primeiramente, por um retorno às suas raízes juvenis como cristão de esquerda; em segundo lugar, pelo descrédito que recaiu sobre o socialismo após a derrocada dos países do chamado socialismo real; em terceiro, pela inserção num movimento mais amplo de renovação do interesse pela ideia comunista, presente em pensadores como Alain Badiou e Slavoj Žižek; e, por fim, como reação às guerras do século XXI, bem como apelo às economias emergentes, o problema da bioética nas igrejas católicas, o eurocentrismo e também o domínio da técnica evidente tanto nas tecnologias como na comunicação de massa.

Esse retorno, em sua filosofia, não representa uma simples análise sociológica da realidade, mas uma ontologia do presente. Vattimo elenca a concepção de (2001a, p. 23) "ontologia da atualidade", inspirando-se em Michel Foucault (1926-1984), contrapõe-se à "analítica da verdade" ao enfatizar a dimensão histórica e situada da reflexão filosófica. Ontologia, aqui, assume o sentido dado por Heidegger: uma meditação sobre o *ser*, compreendido no duplo aspecto do genitivo — tanto objetivo quanto subjetivo — e não meramente como teoria dos *entes* possíveis. A atualidade, por sua vez, se refere ao cenário pós-moderno, onde os grandes relatos perdem credibilidade e a metafísica ocidental, entendida como esquecimento do ser em favor dos *entes*, entra em colapso. Tal contexto é marcado por uma filosofia descritiva da verdade como objetividade verificada, própria da era moderna, dominada pela concepção do mundo como imagem.

Essa ontologia enraizada na história não visa, prioritariamente, responder a problemas teóricos internos ao pensamento, mas sim confrontar questões históricas urgentes. Ela nasce, portanto, de motivações externas, orientadas pelos apelos do real, e não apenas por demandas internas da teoria filosófica. Superar a fenomenologia, nesse cenário, implica rejeitar a fenomenologia eidética, que reduza filosofia a ontologias parciais, abandonando o projeto de uma ontologia fundamental — divergência central entre Heidegger e Edmund Husserl (1859-1938).

A metafísica, enquanto discurso descritivo do que é, funciona, na maioria das vezes, como ideologia das forças dominantes, interessadas na conservação do *status quo*. Em contraposição, os sujeitos subalternos elaboram formas de pensamento alternativas, não representacionais, de cunho hermenêutico, capazes de reconfigurar o real a partir de suas brechas e linhas de fuga. Para Vattimo, seguindo Heidegger e dialogando com Jacques Derrida (1930-2004), a metafísica ocidental não pode ser simplesmente superada ou eliminada, mas deve ser submetida a uma torção interpretativa, um enfraquecimento e uma assimilação crítica. Não estamos além da metafísica, mas sim num estado de convalescença dela. Somos pós-metafísicos no sentido de termos sido metafísicos e de ainda não termos nos libertado completamente disso. O vínculo com a metafísica não é de superação (Überwinden), mas de *Verwindung*, ou seja, de uma torção irônica e resignada,

um leve desvio que implica renúncia às ideias fortes de verdade e fundamento (Vattimo, 2012a, p. 12).

O cenário pós-moderno é interpretado como manifestação do niilismo, nos termos antecipados por Nietzsche: o colapso dos valores supremos, como afirma Raquel Paiva (2001, p. 13): "a posição de Vattimo envereda pelo caminho da afirmação de Nietzsche de 'como o mundo verdadeiro terminou por tornar-se uma fábula'. Consequentemente, o quanto são violentos os sistemas que se supõem verdadeiros e definitivos, inclusive o da pretensão da prevalência do real".

O chamado "pensamento fraco", conceito-chave em Vattimo, que rejeita verdades absolutas e universais, valorizando a interpretação, a pluralidade e a historicidade do saber. Ele é antifundacionalista porque recusa qualquer fundamento fixo e definitivo para a realidade ou para o conhecimento. Em vez disso, defende a abertura ao diálogo e à diversidade de perspectivas, esse resulta da recusa a uma concepção robusta de verdade, do esvaziamento da crença em fundamentos absolutos e da proposta de uma ética sem princípios fortes e uma política sem verdades definitivas (Vattimo & Zabala, 2012a: pp. 31-41). O pensamento fraco representa o efeito do enfraquecimento do *ser* forte da metafísica, como afirma Vattimo (2009, p. 44, tradução nossa): "enfraquecimento devia significar também um fio condutor emancipador na história do ser: o Ocidente como terra do ocaso da perentoriedade das supostas 'leis naturais', como lugar em que se afirma a herança cristã do Deus fraco, que se encarna, já não como senhor, mas como irmão" [1].

Tal perspectiva não seria concebível sem a *kénosis*, isto é, o esvaziamento de Jesus Cristo, a encarnação de Deus como descida, como despotencialização amorosa. Em sua fase mais recente, Vattimo estabelece uma conexão essencial entre o enfraquecimento do *ser* e uma releitura cristã centrada na imagem de um Deus fraco — que se manifesta através da *kénosis*, como uma descida ontológica em direção à humanidade, configurando-se como autodesfazimento do Pai no Filho por amor. Essa interpretação é, sem dúvida, controversa. Por um lado, pela concepção de cristianismo que assume; por outro, pela associação quase inevitável entre o enfraquecimento do *ser* e a tradição cristã, o que tensiona a crítica à ideia de fundamento. De fato, é difícil conceber uma noção de Deus que não se coloque, de algum modo, como fundamento ontológico e ôntico de tudo que há. Tal proposta se arrisca a reincidir em uma ontoteologia — ainda que reformulada — cuja ruptura com a tradição metafísica ocidental é posta em questão, especialmente considerando a crítica heideggeriana, que tanto o influenciou.

Ao modelo metafísico, identificado com a descrição objetiva do real, Vattimo (2001a, p. 26) contrapõe a hermenêutica como *koiné* — a língua franca de nossa época — centrada na interpretação de que só há fatos se nós os compreendermos como acontecimentos ou eventos cuja criação nós, como intérpretes, contribuímos de determinada maneira. Diante de um acontecimento, há sempre duas posturas possíveis: vê-lo como um dado objetivo ou como uma mensagem a ser interpretada e transformada, aqui também não podemos descartar o conflito de interpretações, tem forte herança do pensamento de Nietzsche.

> Como sabemos, Nietzsche, longe de organizar sua filosofia em um sistema teórico claro e representável, desenvolveu sua hermenêutica essencialmente como um pensamento vitalista. Essa escolha provavelmente foi determinada pela proximidade de Nietzsche com o

[1] O texto original diz: "*debilitamento* debía significar también um hilo conductor emancipador em la historia del ser: Occidente como tierra del ocaso de la perentoriedad de las supuestas 'leys naturales', como lugar em el que se afirma la herencia Cristiana del Dios débil, que se encarna, ya no como senõr sino como Hermano."

> positivismo e pela herança do Iluminismo, que o levou a contemplar o mundo e o ser humano conforme a expressão e o aumento das forças vitais. [...] Nesse mundo, no qual não há fatos, mas apenas interpretações, a vida se conserva não apenas ao se desenvolver, mas também por meio da destruição (ou rejeição) daquilo que foi produzindo gradualmente, com o objetivo de construir coisas novas. (Vattimo; Zabala, 2012a, p. 137, tradução nossa)[2]

A filosofia vitalista de Nietzsche rompe com sistemas rígidos, afirmando a vida como constante criação e superação. Ao negar fatos absolutos, propõe uma hermenêutica baseada na força transformadora da interpretação. No giro hermenêutico proposto, o passado não é encarado como algo encerrado (*vergangen*), mas como um *gewesen*, um "ter sido" que ainda se apresenta como possibilidade. De acordo com Vattimo (2012a, pp. 35-36) o *Dasein*, ser humano, ou *ser-aí*, enquanto é, não há passado encerrado, mas um já sido que permanece como abertura. Nessa concepção temporal, a história está sempre em curso, irredutível a qualquer síntese totalizante ou encerramento verdadeiro. Assim, o critério de verdade hermenêutica não se baseia tanto na correspondência entre enunciado e realidade, mas no consenso sobre os pressupostos a partir dos quais se avalia tal correspondência, como elabora Vattimo:

> É certo, por exemplo, que ela abre a vida a uma consideração mais adequada do que a atual sociedade midiática, ao menos retirando toda legitimidade à pretensão de fornecer a "verdade" verdadeira e, concentrando a atenção sobre o que está por trás, sobre o "não dito" que está na base de toda pretensão de objetividade. Retira também toda possível legitimidade a todas aquelas políticas que pensam poder aceitar limites à liberdade ou aos interesses de todos com base em uma consideração do que é "necessário" objetivamente a uma sociedade: a liberdade do mercado é garantida, mesmo se prejudica alguns grupos, indivíduos, classes; um governo capaz de governar deve saber fazer "escolhas impopulares", inclusive a guerra no Iraque. São ou não atuais os riscos desse tipo? [...] No fim, trata-se de entender que a verdade não se "encontra", mas se constrói com o consenso e o respeito da sociedade de cada um e das diversas comunidades que convivem, sem se confundir, em uma sociedade livre. O apelo ao ideal cristão da caridade não parece, por isso, descabido; e uma expressão como a de São Paulo "*altheuontes*" (que se encontra também em Aristóteles, no livro VI da *Ética nicomaqueia*) pode ser tomada em seu sentido mais forte, como um verdadeiro e próprio convite a construir uma sociedade mais "verídica", isto é, mais livre, democrática, amigável. (Vattimo, 2016, pp. 16-17).

Contra a teoria descritiva, típica da metafísica clássica e voltada à conservação e neutralização, a hermenêutica é ativa, inovadora, criadora de novidades — pois vê o *ser* como um legado nunca exaurido em informação definitiva. A metafísica ocidental, como ideologia das sociedades dominantes, promoveu uma verdade imposta com violência, sob

[2] O texto original diz: "como sabemos, Nietzsche, lejos de organizar su filosofia en un sistema teórico claro y representable, desarrolló su hermenéutica esencialmente como un pensamiento vitalista. Esta elección vino probablemente determinada por la proximidad de Nietzche al positivismo y la herencia de la Ilustración, que lo indujo a contemplar el mundo y al hombre con arreglo a la expresión y el aumento de las fuerzas vitales. [...] En este mundo, en el que no hay hechos, sino tan solo interpretaciones, la vida se conserva no solo al desarrolarse, sino también con la destrucción (o el rechazo) de aquello que paulatinamente ha ido produciendo, con objeto de construir cosas nuevas."

a máscara do realismo, e sempre em busca de hegemonia histórica. Para a hermenêutica, contudo, o *ser* é essencialmente histórico e dialógico e não uma estrutura eterna e imutável (Vattimo, 2001a, pp. 42-43). Reconhecer a diferença ontológica entre *ser* e *ente*, tal como propôs Heidegger, exige suspender a pretensão de validade absoluta do ente tal como se apresenta, abrindo a possibilidade de novas histórias — pois nenhum *ente* esgota o potencial do *ser*, como afirma o filósofo de Turim (2018b, pp. 39-40): "A grande revolução de Heidegger é a recusa de uma concepção objetiva estável, estrutural do Ser, em nome da liberdade. Se somos esperanças, sentimentos, medos, projetos... seres finitos, com um passado e um futuro, mas não só aparências, então o Ser não pode ser pensado nos termos da metafísica objetivista."

Pensar um comunismo hermenêutico como projeto, se apoia, portanto, numa crítica à metafísica como descrição conservadora da realidade, fundada numa verdade imposta e excludente, que perpetua a história dos vencedores. Contra essa lógica, propõe-se uma noção de verdade como interpretação e diálogo, uma realidade aberta que excede o dado, e uma história que reabilita os excluídos e as vítimas, "pensamento fraco" – *pensiero debole* ao remeter-se a uma nova época (onde não mais se evidencia uma linha linear histórica rumo ao progresso) só pode se dar, via interpretação dos fracos e de seu direito a interpretar, afinal, o *pensiero debole é* para Vattimo (2018a) dentro dos arredores do *ser* - *pensiero dei deboli* (pensamento dos fracos).

Um ponto central na hermenêutica é a recusa da verdade como mera correspondência, preferindo uma concepção de verdade como abertura e desvelamento, conforme a *aletheia* heideggeriana. A verdade não reside tanto na coincidência entre o discurso e os fatos, mas nos acordos prévios que permitem julgar essa relação. Os critérios de verdade são sempre aplicados a partir de pressupostos partilhados, que funcionam como pano de fundo não questionado naquele momento. As verdades cotidianas derivam de juízos sensíveis; as científicas, de modelos matemáticos e experimentais frequentemente contraintuitivos; as históricas, da análise de documentos e vestígios; as artísticas, de julgamentos de gosto historicamente situados, e assim por diante. Em todos os casos, há um conjunto de operações cognitivas e práticas consideradas válidas para aferir a correspondência entre a realidade e suas representações — entre a coisa e o intelecto, como diziam os medievais. No plano político, essa concepção exige a busca por consensos democráticos sobre o agir em cada situação concreta, em vez da imposição de uma verdade exclusiva detida por especialistas. A ideia de que todos os homens possuem uma intuição política básica sobre o que deve ser feito, e não apenas os sábios, é ilustrada no *Protágoras* de Platão (Vattimo, 2012a, pp. 38-41), quando Prometeu distribui aos homens a habilidade técnica, mas não a política. Zeus, percebendo que a humanidade se extinguiria sem convivência, envia Hermes para repartir entre todos o pudor (*aidos*) e a justiça, com a ordem de que todos devem recebê-los igualmente, sob pena de não haver cidades.". Nesse trecho, Platão — em contraste com sua proposta elitista da *República* — reconhece o caráter democrático das virtudes políticas fundamentais.

Na deriva filosófica e teológica de suas obras mais recentes, Vattimo propõe interpretar essa noção democrática da verdade à luz da carta aos Efésios 4, 15–16, onde se sugere uma transição da verdade para a caridade. Essa passagem indica a substituição da busca por fundamentos fixos pelo ideal evangélico do respeito mútuo baseado no amor ágape: *"vivendo na verdade no amor"*.

Aqui lançasse a problemática: é possível relançar a ideia de comunismo hermenêutico como projeto emancipatório sem incorrer nos mesmos impasses históricos da modernidade metafísica? A investigação propõe-se a examinar se, no contexto da pós-

modernidade e do esgotamento das grandes narrativas totalizantes, é viável conceber uma forma de comunismo que seja coerente com a crítica hermenêutica à metafísica e sensível à pluralidade, à historicidade e à fragilidade humana. Assim, a problemática articula não apenas uma análise histórica, mas também uma abertura filosófica: em que medida é possível repensar o comunismo como horizonte ético-político à luz das transformações do pensamento pós-moderno e das exigências de uma democracia radical.

2. RECONFIGURAÇÃO DEMOCRÁTICA PELO COMUNISMO HERMENÊUTICO

A reconfiguração democrática proposta por Vattimo (2012a) no âmbito do comunismo hermenêutico e do catocomunismo parte da crítica à modernidade e à rigidez das estruturas políticas ocidentais. Vattimo propõe uma democracia aberta à interpretação, fundamentada na tradição cristã (especialmente católica) reinterpretada à luz do pensamento pós-metafísico. O comunismo hermenêutico, ao recusar verdades absolutas, promove uma política de solidariedade e enfraquecimento das estruturas autoritárias. Já o catocomunismo considera tanto interpretar o cristianismo a partir do niilismo de Nietzsche, como recair em comunismo de interpretação, ou seja, considerar que as ideias de Karl Marx (1818-1883) podem iluminar nossa desconfiança da razão moderna, que conjuntamente dos problemas frente ao esquecimento do ser elaborados por Heidegger (Vattimo, 2018b, p. 78), resgata valores cristãos como a caridade e a comunidade, buscando alinhá-los aos ideais igualitários do comunismo. Nesse contexto, a democracia se reconfigura como prática ética e interpretativa, mais voltada ao diálogo do que ao domínio.

A proposta do comunismo hermenêutico se apresenta como alternativa frente às democracias atuais, que Vattimo denomina — inspirando-se no conceito heideggeriano de *Ge-Stell* (enquadramento, armação, estrutura, moldura) — como "democracias emolduradas", isto é, sujeitas a um dispositivo ontológico dominado pela técnica moderna e suas formas correlatas de poder. Trata-se de uma "estrutura de emplazamento" onde ciência e tecnologia, sob o manto da objetividade, colocam o ser humano diante de um poder que ele já não é mais capaz de controlar.

Nesse contexto, Vattimo (2012a) busca atribuir à hermenêutica um conteúdo político, entendendo-a como arte prática em contraste com a teoria compreendida como força de conservação da ordem vigente, de neutralização de alternativas e de repressão à dissidência. Ao não se limitar à mera descrição da realidade, a interpretação, para ele, possui potencial emancipador por não se adequar ao estado de coisas tal como está dado.

A ascensão da hermenêutica ao primeiro plano da política decorre do desgaste da metafísica e da crescente desconfiança em relação aos discursos científicos e racionalistas como única fonte de verdade. A política, nesse cenário, não pode mais se fundamentar em bases cientificamente objetivas, mas sim na interpretação do real, capaz de revelar virtualidades e potencialidades não exploradas, abrindo-se à história enquanto campo não esgotado de possibilidades e ao acontecimento como ruptura imprevisível da ordem vigente.

> Neste livro não afirmamos que o comunismo possa ser traduzido como uma postura filosófica particular, nem que a hermenêutica seja uma posição política, mas sim que ambos nos fazem perceber a atual falta de urgência, isto é, a crescente homologação das estruturas políticas, econômicas e sociais de poder. Enquanto alternativa política às imposições do capitalismo neoliberal e à filosofia da natureza

> interpretativa da verdade, o comunismo e a hermenêutica, mais do que posições revolucionárias a serviço do poder, tornaram-se respostas alternativas para os perdedores da história, ou seja, os fracos. (Vattimo & Zabala, 2012a, pp. 12-13, tradução nossa)[3]

Contra a imposição de uma única verdade, científica e racionalmente legitimada, torna-se imperativa a instauração de um autêntico debate democrático entre alternativas diversas. Reconhecer a contingência do real implica renunciar à crença em leis históricas necessárias, sem, contudo, negar a possibilidade de identificar tendências ou padrões probabilísticos na história humana.

Ao transcender a mera descrição, a hermenêutica envolve o intérprete no processo do conhecer e concebe o *ser* como legado transmitido historicamente — o que impede tratá-lo como estrutura fixa e definitiva. Enquanto pensamento fraco e não fundacionalista, a hermenêutica propõe, nas palavras de Vattimo (2012a, p. 155), "uma ética sem princípios e uma política sem verdade". Em termos menos retóricos, trata-se de uma ética contingente, sem fundamentos absolutos e de validade situada, e de uma política igualmente marcada pela imprevisibilidade, que não se ancora em verdades dogmáticas, mas em interpretações historicamente situadas e aqui o movimento do pensamento ocidental rumo à fragilidade das estruturas absolutas, reflete o núcleo do pensamento fraco, como afirma Vattimo:

> Falar de pensamento fraco significa considerar que o sentido do nosso devir "ocidental", judaico-cristão e também iluminista, é o enfraquecimento das supostas estruturas fortes do ser**:** do Estado autoritário ao democrático, da crença na evidência da consciência à tese freudiana das pulsões inconscientes, da certeza da objetividade à suspeita marxista e nietzschiana em relação às ideologias. Mesmo os entes de que fala a física hoje são tudo, menos "reais" no sentido do coelho *gavagai***.** (Vattimo, 2001b, pp. 3-4, tradução nossa)[4]

A viabilidade de um comunismo hermenêutico reside justamente no fato de que tanto o comunismo quanto a hermenêutica emergem do colapso da metafísica enquanto política das descrições e consequência inevitável da trajetória histórica. Em oposição à ideia de "democracia emoldurada" como ápice histórico, nos moldes de Francis Fukuyama (Vatttimo & Zabala, 2012a, pp. 72-73), e como expressão de um *ser* concebido como presença — isto é, descrição objetiva do dado — o comunismo aparece como espectro constante: jamais plenamente realizado, mas sempre presente em latência.

A política das descrições, hegemônica em nosso tempo, sustenta-se em três pilares principais:

[3] O texto original diz: "En este libro no afirmamos que el comunismo pueda traducirse en unapostura filosófica particular ni la hermenéutica en una posición política, sino que ambos hacen que nos percatemos de la actual falta de urgencia, es decir, de la homologación creciente de las estructuras políticas, económicas y sociales de poder. En tanto que alternativa política a las imposiciones del capitalismo neoliberal y a la filosofia de la naturaleza interpretativa de la verdade, el comunismo y la hermenéutica, más que posiciones revolucionarias al servicio del poder, se han convertido en respuestas alternativas para los perdedores de la historia, es decir, los débiles."

[4] O texto original diz: "Hablar de pensamiento débil significa considerar que el sentido de nuestro devenir "occidental", judeocristiano y también iluminista, es el debilitamiento de las presuntas estructuras fuertes del ser: del estado autoritario al democrático, de la creencia en la evidencia de conciencia a la tesis freudiana de las pulsiones inconscientes, de la certeza de la objetividad a la sospecha marxista y nietzscheana respecto de las ideologías. Aun los entes de los que habla la física hoy son todo excepto "reales" en el sentido del conejo gavagai."

a) Na dureza que acompanha a noção de verdade, percebe-se que a busca por uma verdade absoluta implica inevitavelmente a imposição de uma visão única do mundo, suprimindo perspectivas alternativas. A metafísica objetivista, baseada na correspondência rígida entre linguagem e realidade, abre caminho para uma sociedade rigidamente estruturada, onde outras possibilidades são descartadas. Por isso, o colapso da verdade como valor absoluto marca o início da experiência democrática: ao nos colocar na posição de negociar significados e construir consensos, a democracia nos convoca a lidar com verdades parciais, moldadas por acordos coletivos (Vattimo & Zabala, 2012a, p. 38). Em oposição ao modelo socrático — no qual um mestre conduz o discípulo à verdade previamente conhecida —, propõe-se, com Richard Rorty (1931-2007), uma conversa entre iguais, em que a verdade resulta de interpretações diversas e permanece sempre aberta à revisão. Vattimo, por sua vez, retoma Friedrich Hölderlin (1770-1843), como interpretado por Heidegger em *Festa da Paz*, ao afirmar que "o homem nomeou muitos deuses (celestes) desde que somos um diálogo", ressaltando o caráter múltiplo e dialogal da condição humana.

b) no realismo conservador, que naturaliza o presente e bloqueia a emergência do novo, assumindo que o real exaure o possível e perpetuando, assim, a máxima hegeliana de que “o real é racional”.

c) na história escrita pelos vencedores, que suprime as vozes dos vencidos em favor de uma narrativa única, dominante não apenas no presente, mas também sobre o passado e o futuro. Como observava Walter Benjamin (1892-1940), a história contada pelos vencedores silencia as vozes dos vencidos, impondo uma narrativa única que não apenas domina o presente, mas também reconfigura o passado e condiciona o futuro. Por isso, o colapso da verdade como valor absoluto marca o início da experiência democrática: ao nos colocar na posição de negociar significados e construir consensos, a democracia nos convoca a lidar com verdades parciais, moldadas por acordos coletivos.

Como resposta a essa “democracia emoldurada”, Vattimo (2009, 2012a) propõe um comunismo hermenêutico — um comunismo fraco, desvinculado de fundamentos rígidos de uma filosofia da história, como ocorreu com o marxismo em muitas de suas formulações. O colapso do socialismo real, somado à crise atual do capitalismo, requer, segundo ele, um giro hermenêutico no marxismo (Vattimo, 2012a, p. 172), abrindo caminho para uma nova concepção de comunismo: “já que o comunismo real morreu, viva o comunismo ideal” (Vattimo, 2009: 40, tradução nossa)[5].

Esse comunismo ideal, fraco, não autoritário, rompe com o dogma de uma verdade objetiva sobre a história, o Estado ou a essência humana (Vattimo, 2009, p. 41). Foi justamente a crença na detenção de uma verdade histórica que justificou o autoritarismo dos regimes comunistas clássicos. Em contrapartida, o comunismo libertário, verdadeiramente soviético segundo Vattimo, requer niilismo e rejeição à metafísica — o terreno fértil da hermenêutica (2009, p. 119–120). O giro hermenêutico marxista recentra a subjetividade e abandona a noção de uma verdade única como fundamento da política, pela sua máxima da desconfiança da razão e pelo impulso do problema da reificação desenvolvido por György Lukács (1885-1971).

[5] O texto original diz: “El comunismo real há muerto, viva el comunismo ideal”.

Esse comunismo se articula ainda à exigência marxiana de transformar o mundo, não apenas de interpretá-lo — tanto no sentido de conhecê-lo objetivamente quanto no de se submeter a sua estrutura como norma moral. Retoma também uma relação ativa com o passado à maneira de Benjamin (e Heidegger), recusando sua clausura e mantendo vivas as promessas inacabadas dos derrotados.

Vattimo não apenas reabilita o comunismo fraco e hermenêutico, mas propõe também um comunismo vinculado ao cristianismo — o *catocomunismo* — retomando suas origens como católico de esquerda. Se o giro hermenêutico pode ser aceito, o giro teológico suscita maiores objeções. Para o autor, a esperança renovada no comunismo caminha ao lado de "uma adesão renovada à mensagem evangélica, ou, mais genericamente, à pregação da fraternidade presente em todas as grandes religiões" (2009, p. 10). Ele conecta o futuro do comunismo ao da religião. Ambas seriam, portanto, "antinaturalismos radicais" (2009, p. 17).

Para Vattimo, o Ocidente é simultaneamente a terra do declínio das leis naturais absolutas e o espaço onde emerge o legado do "Deus fraco" ou "Deus Ornamento", que se encarna como irmão, não como soberano (2009, p. 44). Mas essa duplicidade não deixa de ser problemática: de um lado, um politeísmo humanista de matriz grega; de outro, o Deus cristão centrado em Cristo. Embora o cristianismo module o monoteísmo judaico por meio da Trindade, a figura do Pai permanece como Criador onipotente. Ainda que enfraquecido em Cristo, Ele segue sendo Senhor — como evidenciam as palavras de Jesus na cruz: "Senhor, por que me abandonaste?" e "Pai, em tuas mãos entrego meu espírito". Assim, a leitura do Deus cristão apenas como amor fraterno obscurece a dimensão paternal e soberana que a tradição nunca eliminou totalmente.

O comunismo hermenêutico de Vattimo é também uma ontologia anarquista no sentido de que não propõe um modelo fechado de sociedade, mas busca subverter a realidade dada, romper com os princípios dominantes (*archai*). O autor se apropria da leitura que Reiner Schürmann (1941-1993) faz de Heidegger, na qual a anarquia da interpretação significa o abandono de todo fundamento último. A ontologia da atualidade que sustenta esse comunismo anárquico exige reconhecer o caráter situado do pensamento e, por isso, rejeitar qualquer pretensão de validade definitiva. O *ser* nunca se diz de forma total; sempre resta algo não dito. E entre esses "não ditos" estão precisamente as vozes dos vencidos — aquelas que Benjamin nunca deixou de escutar — sem as quais não é possível pensar o comunismo enquanto redenção dos humilhados e ofendidos, e não apenas como projeto de futuro reconciliado.

O pensamento pós-metafísico que pode fundar essa ontologia da atualidade deve ser um pensamento "rememorante" (*Andenkend*), que não resgata um mito arcaico, mas as vozes perdidas da história, ainda operantes sobre o presente por meio de sua "história efetual" (*Wirkungsgeschichte*), como dizia Gadamer. O *catocomunismo* de Vattimo baseia-se num cristianismo kenótico e niilista, no qual a verdade cede lugar à caridade — em sentido paulino — e à solidariedade — no sentido rortyano. Um cristianismo não religioso, mais centrado na fidelidade à tradição que nos constitui do que na verdade dogmática que ela supostamente veicula. Tratando-se de uma fé no caráter inelutável de certa textualidade que nos foi transmitida em uma forma de cristianismo que reduz sua carga doutrinária para acentuar seu conteúdo ético-prático: a aposta na caridade, como afirma Vattimo (2006, pp. 75-76): "no mundo em que Deus está morto – dissolveram-se as metanarrações e desmitificou-se, felizmente, qualquer autoridade, inclusive aquela dos saberes "objetivos" -, nossa única possibilidade de sobrevivência humana está depositada no preceito cristão da caridade."

Diante da dissolução da metafísica enquanto projeto fundacional e da emergência de um cristianismo não dogmático, a questão "o que fazer?" não pode ser respondida por essências eternas, mas exige uma releitura crítica de onde estamos, para arriscar um novo rumo. Inserir-se em uma tradição que desfez os princípios implica uma ética pós-metafísica cujo primeiro gesto é o distanciamento crítico frente às próprias posições — o que não se confunde com relativismo. Como ensinava Nietzsche (2023, pp. 40-41), se "o mundo verdadeiro tornou-se fábula", isso nos impede de absolutizar qualquer fábula — especialmente a nossa.

Essa ética pós-metafísica, não fundada em princípios universais, deve ser uma ética da finitude, uma escuta seletiva da herança recebida: não se trata de rejeitar todos os valores, mas de discernir quais merecem ser preservados e quais devem ser abandonados. Esses princípios devem ser assumidos como legados culturais, contextualmente situados, e não como essências eternas. Eles são, à maneira heideggeriana, histórico-destinatários (*geschichtlich-geschicklich*): históricos na origem, mas atuando como destino a ser criticamente assumido ou recusado. Constituem normas racionais derivadas da discussão e da argumentação, que os resgatam da arbitrariedade dos princípios últimos e da autoridade que os impõe. O essencial, portanto, não é o conteúdo, mas a maneira como nos relacionamos com ele e como o transmitimos, pela potencialização da linguagem.

3. TOMANDO HEIDEGGER, CAÍMOS EM MARX: A REIFICAÇÃO COMO ENLACE FILOSÓFICO

A reificação, conforme compreendida por Vattimo, representa uma distorção da facticidade, conceito fundamental do pensamento de Heidegger. Em Heidegger, a facticidade refere-se à condição existencial do ser-no-mundo, à experiência situada do *Dasein*, marcada pela historicidade, pela linguagem e pela interpretação cultural. Longe de ser um dado bruto ou fixo, a facticidade é justamente o campo de abertura da liberdade, pois revela a possibilidade de assumir criticamente a existência como projeto.

No entanto, essa facticidade pode ser reificada: quando o ser humano deixa de reconhecer o caráter construído, interpretativo e histórico de seu mundo, passando a tratá-lo como uma estrutura natural e imutável, ele renuncia à liberdade e à responsabilidade que o constituem como sujeito histórico. A reificação é, nesse sentido, o processo de perda de si — de perda da autoria sobre o mundo.

Essa leitura se conecta de modo fértil com Marx, especialmente a partir da crítica que ele desenvolve ao fetichismo da mercadoria e à religião, temas que já estavam esboçados em Ludwig Feuerbach (1804-1872), mas que Marx radicaliza. Na crítica marxiana da religião, vemos um movimento análogo ao descrito por Vattimo: o ser humano projeta algo de si (Deus, a fé, os dogmas), mas em seguida naturaliza essa projeção e se submete a ela, como se fosse externa, superior, alheia à sua ação criadora.

O fetichismo — seja religioso, seja econômico — é uma forma paradigmática de reificação: um produto humano (como a mercadoria ou a figura divina) é abstraído de suas condições de produção e tratado como uma coisa em si, dotada de poder próprio. Isso implica um apagamento da realidade social concreta, das relações de produção, da opressão e da alienação que constituem a base material dessas formas.

O liberalismo é uma teoria fortemente metafísica (uma ordem do *ser* que se dá objetivamente) porque se funda na ideia de um sujeito racional, autônomo e universal, cujos direitos seriam naturais e atemporais. Essa concepção ignora a historicidade, a

linguagem e os vínculos culturais que constituem o ser humano. Ao se apresentar como neutro e universal, o liberalismo oculta suas próprias condições de produção e impõe-se como verdade. Trata-se, assim, de uma ideologia que absolutiza valores ocidentais como se fossem neutros. Por isso, se torna incompatível com a hermenêutica pós-moderna e com o *pensamento fraco* e por isso Vattimo (2012a, 2012b) pensava que quem está do lado da metafísica são os poderosos.

Ao tomarmos Heidegger como ponto de partida, com sua ênfase na facticidade como liberdade, e chegarmos a Marx, com sua crítica à alienação como perda da autoria do mundo, compreendemos a reificação como um enlace filosófico: é o momento em que a condição existencial e histórica se transforma em dominação, quando a criação humana se volta contra o próprio criador. Nesse ponto, o pensamento de Vattimo serve como chave hermenêutica para perceber como a reificação opera tanto no plano ontológico quanto no social, exigindo uma crítica que seja ao mesmo tempo existencial e materialista.

Heidegger (1998, pp. 95-138), em seu ensaio "A época das imagens do mundo", propõe que a modernidade é marcada pela transformação do mundo em representação (Weltbild). O mundo deixa de ser um horizonte de sentido em que o ser humano está imerso para se tornar algo que é posto diante dele como objeto, como imagem manipulável. A realidade, então, é enquadrada (Ge-stell), mensurada, organizada e controlada pelo sujeito cognoscente moderno — o homo technologicus, que se coloca como centro e medida de todas as coisas.

Nesse contexto, a reificação ganha nova força: o mundo, tornado imagem e objeto, perde seu caráter de mistério, de abertura ontológica, e é reduzido a recurso, a algo disponível, transparente, instrumentalizável. O que está em jogo é a substituição do *ser* pela funcionalidade, da experiência pela representação, da habitação poética do mundo por um domínio técnico e econômico. A imagem do mundo, nesse sentido, é já uma forma de fetichismo moderno — o mundo como projeção humana que retorna como instância objetiva e normativa.

É nesse ponto que se abre a porta para a pós-modernidade, e é aqui que Vattimo se insere com sua proposta de pensamento fraco. Para Vattimo (2018b), a crítica da metafísica não deve apenas expor a reificação das imagens e a absolutização das estruturas modernas, mas também aceitar a destituição das verdades fortes como condição para uma existência mais livre, mais plural e menos violenta, como esclarece:

> A Pós-modernidade é o local onde se realiza o que Heidegger previra em seu ensaio *A época da imagem do mundo*, que é muito importante para mim. Nesse ensaio ele mostra a sociedade moderna de sua época como a época das ciências especializadas. As ciências se especializam e, assim, conhece-se cada vez mais e mais e mais, mas aos poucos essas especializações constroem imagens do mundo que são inconciliáveis entre si. De modo que, ao final, há como que uma explosão, uma impossibilidade de ter uma imagem do mundo. A meu ver – embora Heidegger nunca o tenha dito – este é o pós-moderno, a ideia de uma sociedade não mais dominável por princípio único. (Vattimo, 2018b, p. 127).

A pós-modernidade, nesse sentido, não é apenas uma época “depois” da modernidade, mas a consciência crítica da reificação moderna: da absolutização das imagens, dos sistemas e das ideologias. Ao enfraquecer a rigidez das imagens do mundo — sejam

religiosas, científicas ou políticas — o pensamento pós-moderno denuncia a reificação como esquecimento da historicidade e propõe uma reabilitação da facticidade como espaço de emancipação ética e política.

Vattimo mostra que, assim como a religião pode ser reificada e tornar-se instrumento de dominação, também a própria ideia de verdade pode ser absolutizada, perdendo seu caráter dialógico, interpretativo e histórico. Por isso, a proposta de um *catocomunismo* ou de um comunismo hermenêutico em Vattimo é também uma resposta à reificação moderna: uma tentativa de devolver ao ser humano a autoria sobre o mundo por meio da interpretação, da *kénosis*, da fragilidade das imagens.

> se quisermos considerar realmente como as coisas acontecem, não podemos ignorar que o nosso falar sobre elas e o modo como as consideramos também fazem parte de seu "ser". É como dizer que observamos o curso das coisas de fora (from nowhere, como disse um filósofo norte-americano, ou do ponto de vista de Deus). Observamos o curso das coisas, distinguimos que elas "geralmente" são assim e não de outro modo, mas estamos dentro do processo e não podemos colocar esse fato entre parênteses. A diferença entre Kant e Hegel, ou entre Eco e eu (e sim: é preciso escolher um termo de confronto, dizia Woody Allen), é que, apesar de tudo, Kant ainda acredita poder falar do ponto de vista de um Sujeito, finito mas estável, não submetido ao devir histórico. Portanto, a razão (a Razão) teria sua pureza, suas categorias que se aplicam sempre que haja um ser racional finito, etc. Hegel ainda pensa em termos de Absoluto, é verdade; mas ao menos percebe que, se há um ponto de vista verdadeiro, definitivo, para o ser humano, este é adquirido. Por isso Marx era mais hegeliano que kantiano: ele também pensava que a visão límpida da verdade é algo que se conquista na história. Depois, sabemos, a história desmentiu até essa expectativa de Marx e Hegel: o comunismo real não era de fato racional, e à maioria pareceu que esse fracasso não se devia à maldade dos homens ou ao destino cínico e enganador, mas ao próprio defeito do projeto. Resultado: voltamos a Kant? Sim, mas reconhecendo que a finitude da razão humana não consiste apenas no fato de que as categorias devem sempre se aplicar a um material que nos vem da sensação. Finitude significa que o nosso próprio olhar sobre o mundo também faz parte dos fatos do mundo, e nunca podemos compreendê-lo como um olhar "puro" que nos diria como as coisas realmente e sempre são. Iluminismo, aqui, seria então a consciência da historicidade da razão, que chamaremos mais propriamente de racionalidade: por exemplo, na ética, misturando a fé em nossos valores com o sentido de responsabilidade, que considera as consequências — entre elas, também a "possibilidade histórica de ser vivível" de um mundo que se inspire nesses valores. Ou seja, levando em conta as ideias, os valores, as expectativas dos outros, e não apenas os próprios ideais. Estaríamos assim menos convictos dos direitos humanos fundamentais? É isso que os "iluministas" sempre reprocham aos historicistas. (Vattimo, 2001b, pp. 1-2).

A partir da crítica à razão como instância pura e estável, Vattimo (2001b) reconhece que a finitude do sujeito não é um limite externo, mas constitutivo do próprio conhecer — já não se trata de um olhar neutro, mas implicado historicamente. Nesse sentido, a *Aufhebung* dialética hegeliana, que suprassume a finitude no caminho do Espírito Absoluto, é reinterpretada: o absoluto não é ponto de partida, mas conquista histórica.

Vattimo, por sua vez, propõe reler Marx no giro hermenêutico, desmetafisicando a teleologia da revolução e assumindo a racionalidade como historicidade. O comunismo, então, não é um fim necessário, mas possibilidade frágil e sempre situada.

A crítica ao realismo como conservadorismo — por tomar o dado como intocável — implica que o niilismo, ao remover a pretensão de fundamento último, abre espaço para uma história entendida como jogo simbólico e não como realização de um destino. Stalin, ao contrário, firmou-se na crença de um real histórico objetivo a ser alcançado, recaindo na metafísica que Heidegger e Vattimo com seu Hegelianismo diluído denunciam. O niilismo, assim, não conduz à anomia, mas a uma ética frágil, plural, e justamente por isso, menos violenta.

> A ideia de história como pretensão de continuidade, e não como uma espécie de lampejos que geram um novo início, mas depois não se estabilizam enquanto tais, leva diretamente ao stalinismo. Contra ela, inversamente, está a ideia de que o progresso histórico significa subir cada vez mais ao mundo dos símbolos, da formalização, das leis, da explicação, do discurso. Quando transformo algo em discurso, em símbolo, em palavras, soergo a realidade acima de seu peso opressor e opressivo, mas não sigo rumo á realização da história. Gadamer, no fundo, é um hegeliano diluído, como eu. Esta é a única emancipação que conheço, com o niilismo removendo os elementos absolutistas. Há sempre a tentação de recair no mito do real, aquilo que Heidegger chamaria de 'recaída na metafísica'. [...] O realismo é puro conservadorismo: toma-se o dado como objetividade que a ciência deve conhecer e a moral deve respeitar. (Vattimo, 2018b, p. 170).

Vattimo propõe, por meio de sua noção de *catocomunismo*, uma articulação original entre a crítica ontológica de Martin Heidegger e a crítica social de Karl Marx. A fórmula "tomando Heidegger, caímos em Marx" expressa o entendimento de que a desconstrução da metafísica operada por Heidegger, especialmente por meio da noção de "esquecimento do ser", conduz inevitavelmente a uma crítica radical das estruturas sociais reificadas, tal como analisadas por Marx e aprofundadas por Lukács. Para Vattimo, o esquecimento do ser refere-se à redução da experiência do ser a categorias rígidas e objetivas, próprias da metafísica ocidental, culminando na técnica moderna e na visão de mundo como mera disponibilidade e controle — o *Gestell*. Essa objetivação total do real gera uma forma de violência ontológica que esvazia a historicidade e a abertura do ser, promovendo um mundo fechado sob a lógica da funcionalidade técnica e da eficácia.

Essa dinâmica se entrelaça com a teoria da reificação, especialmente na formulação de Georg Lukács, para quem, no capitalismo, a mercadoria se torna a forma universal das relações sociais, incluindo a subjetividade humana. O trabalhador não é apenas explorado; ele é convertido em coisa, em função de um sistema que absolutiza a troca e a quantificação. Nesse sentido, a crítica ao esquecimento do ser converge com a crítica marxista à alienação e à mercantilização da existência. Vattimo argumenta que a superação do esquecimento do ser não pode ser puramente filosófica, mas exige transformações concretas nas estruturas sociais — o que remete diretamente à necessidade de uma práxis política de cunho comunista.

Contudo, o comunismo proposto por Vattimo não é um retorno à ortodoxia marxista ou ao materialismo dialético clássico. Trata-se de um comunismo "fraco", em chave hermenêutica e pós-metafísica, que resgata a inspiração evangélica e comunitária da

partilha, da escuta e da redução da violência. O *catocomunismo* (do grego *katà*, "abaixo", e do prefixo *cato-* que remete ao "subterrâneo" e ao "oculto") é a tentativa de relançar a hipótese comunista no contexto pós-moderno, a partir de uma leitura cristã e não-dogmática do legado marxista, mediada pela crítica heideggeriana à ontologia da presença. Assim, Heidegger fornece o diagnóstico ontológico do mundo como domínio técnico reificante, enquanto Marx, reinterpretado por uma chave hermenêutica, oferece o horizonte político de transformação. Ao tomar Heidegger a sério, portanto, caímos em Marx — mas em um Marx "cristianizado", narrativo, desmetafisicado e atualizado para um mundo em que a metafísica já perdeu seu prestígio. Estamos lançados ao que foi profetizado por Vattimo (2012b): "Somente o comunismo pode salvar-nos".

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *catocomunismo*, na leitura de Vattimo, emerge como uma reinterpretação do comunismo à luz da fragilidade pós-moderna, articulando-se com a tradição cristã em sua dimensão *kenótica* e emancipatória. Longe de restaurar dogmas ou sistemas rígidos, trata-se de reavivar a hipótese comunista como projeto ético e hermenêutico, aberto à pluralidade e à escuta. Ao invés de uma utopia finalista, propõe-se uma política da caridade e da debilidade, em oposição às estruturas violentas da modernidade. Assim, o *catocomunismo* recupera a responsabilidade histórica do sujeito sem recorrer a fundamentos metafísicos. É um chamado a viver a liberdade como interpretação solidária e transformadora do mundo.

Essa proposta do *catocomunismo* de Vattimo, compartilha com a anterior uma certa coloração teológica, pois, cada instante é precioso porque pode ser a fresta por onde o Messias adentra (como na leitura messiânica de Benjamin), então a revolução se reduz à espera de algo que não depende só da ação humana.

A proposta de Vattimo apresenta-se como um comunismo ético, não fundado no saber científico, mas na interpretação e na conversação. Ancorado em um catolicismo desmitologizado e atento à memória dos vencidos, seu comunismo dialoga com a tradição cristã. No entanto, a perspectiva de Vattimo parecem idealistas e até certo ponto muitos já o acusaram de cair em um certo Hegelianismo[6], de certo modo, cede espaço indevido à teologia, mesmo que não pretendesse — diferentemente de Benjamin, que a mobilizava como antídoto ao cientificismo e ao determinismo do marxismo ortodoxo, sem tomá-la de forma literal.

A financeirização da economia é a expressão de uma configuração que se dá tanto pela globalização como pelos *mass media*: os mercados financeiros exercem um controle remoto e abstrato sobre a produção concreta, expropriando o comum. Assim, a primazia do imaterial, do compartilhável e do reproduzível sobre o material, o exclusivo e o escasso exige uma nova abordagem da justiça e da organização social. O critério meritocrático individual torna-se obsoleto diante da centralidade do comum.

Dessa forma, o comunismo deixa de ser um ideal distante ou um acontecimento imprevisível e passa a se apresentar como uma possibilidade imanente às lutas atuais, uma possibilidade alternativa frente ao capitalismo, entendido por Vattimo como um momento do qual há menos possibilidade de revolução efetiva como pensou Marx, por haver uma burla de tolerância de ressignificação e isso exige interpretação, também para não recair em tentações metafísicas, já que toda violência para Vattimo é metafísica e por

[6] MORO, S. The Vattimo Dictionary, 2023, p. 57.

isso o comunismo deve ser fraco, principalmente depois de Josef Stalin (1878 - 1953), pois a própria falência do comunismo soviético também se deu por defender uma verdade absoluta e não o viés dialógico, pela efetividade dos eleitores, bem como os pensamentos populares e menos a proporção cientificista absoluta. Se Stalin tivesse sido niilista, no sentido vattimiano, teria rejeitado a noção de uma história com direção teleológica e verdade objetiva a ser realizada — fundamentos do stalinismo como forma endurecida do marxismo. Vattimo (2018b, pp. 169-170), ao valorizar a interpretação e a dissolução dos absolutos, veria no niilismo uma possibilidade de enfraquecimento das metanarrativas históricas, substituindo o projeto totalizante por lampejos interpretativos e contingentes.

A possibilidade de relançar a ideia de comunismo como projeto emancipatório, sem recair nos impasses históricos do século XX, exige uma reconfiguração radical do próprio fundamento filosófico sobre o qual tal projeto se sustentou. A crítica empreendida por Vattimo à tradição moderna – fortemente marcada por estruturas metafísicas de fundamentação, como a objetividade, o progresso necessário da história e a ontologia da presença – oferece os instrumentos para pensar um comunismo pós-metafísico, enraizado na fragilidade constitutiva do ser e na historicidade da verdade. Em ruptura com o comunismo cientificista de matriz iluminista e com a leitura dogmática de Marx promovida pelas ortodoxias do século XX, Vattimo propõe um comunismo hermenêutico, que parte não de verdades universais, mas da contingência histórica das interpretações.

Tal proposta é inseparável do diagnóstico heideggeriano do esquecimento do ser e da crítica nietzschiana à verdade como ilusão útil, historicamente estabilizada. A célebre sentença de Nietzsche – "Deus está morto" – implica o colapso da distinção entre aparência e essência, desautorizando toda pretensão de absoluto e, com isso, abrindo caminho para uma ontologia da interpretação. Nesse sentido, a hermenêutica não é apenas um método, mas um horizonte ontológico no qual o *ser* é compreendido como evento, doação e diferença – e não mais como substrato fixo. Vattimo radicaliza essa virada ontológica ao propor que a secularização, longe de ser um processo de declínio espiritual, constitui um movimento histórico de *kénosis*, de esvaziamento da violência das estruturas fortes de poder e de verdade. A emancipação política, nesse contexto, não se faz pela substituição de um sistema totalizante por outro, mas pela fragilização das estruturas dominantes e pela abertura ao diálogo entre múltiplas vozes históricas.

Assim, o comunismo hermenêutico não se apresenta como nova ortodoxia, mas como prática política situada na lógica da diferença e da escuta, fundada não na imposição de uma verdade revolucionária, mas na negociação permanente dos sentidos, no reconhecimento da pluralidade constitutiva da existência e na resistência às formas de reificação e naturalização do poder. Trata-se de uma política da caridade, que se ancora menos em um sujeito revolucionário universal do que na capacidade de construir consensos frágeis entre minorias, reconhecendo a historicidade dos próprios instrumentos da crítica. Tal perspectiva, que ecoa a crítica benjaminiana da história contada pelos vencedores, permite reabilitar o comunismo não como utopia totalizante, mas como um processo inacabado de libertação das vozes silenciadas, das formas de vida marginalizadas, e das alternativas soterradas pelo progresso unívoco da modernidade.

A pós-modernidade apresenta-se como um horizonte teórico e político em que o dissenso é valorizado como condição constitutiva da vida democrática. Longe de buscar um consenso totalizador que anestesia o debate público, a proposta pós-moderna sustenta que é precisamente o conflito — o litígio contínuo — que mantém viva a política. Nesse contexto, os sujeitos historicamente marginalizados — como as mulheres, pessoas não brancas, LGBTQIA+, trabalhadores precarizados, migrantes, enfermos, pessoas com

sofrimento psíquico e, sobretudo, os empobrecidos — encontram espaço legítimo para enunciar suas experiências e reivindicações.

Essa perspectiva exige uma reconfiguração sensível do espaço social, desfazendo os vínculos tidos como "naturais" entre identidade, papel e posição. A desconstrução dos fundamentos metafísicos e normativos herdados da modernidade abre caminho para um modelo social mais igualitário e libertário, no qual todos os sujeitos possam ter voz e reconhecimento.

Nesse sentido, a pós-modernidade não nega a democracia, mas a radicaliza, compreendendo-a não como um regime de estabilidade, mas como um campo permanentemente aberto ao questionamento e à contestação. A autoridade, nesse modelo, não é imposta de forma unilateral, mas diluída no respeito pela diferença e pela pluralidade.

Trata-se, assim, de uma concepção agônica da democracia, cuja vitalidade reside na impossibilidade de um consenso último. A política, entendida como espaço discursivo aberto e inacabado, torna-se a prática constante de escuta, debate e reinterpretação — pois toda tentativa de eliminar a diferença é não apenas ineficaz, mas contrária à própria ideia de justiça. Em última instância, a igualdade democrática manifesta-se na garantia de que todos possam acessar a palavra com a certeza de que sua fala tem valor e significado no tecido coletivo.

O comunismo, nesse horizonte, deixa de ser um destino histórico necessário para tornar-se uma tarefa interpretativa: uma construção ética e política ancorada na responsabilidade pela diferença, na renúncia à dominação metafísica e na aposta em uma democracia radical, aberta ao imprevisível do acontecimento. Ao invés de restaurar um projeto fracassado, o que Vattimo propõe é uma inflexão hermenêutica que nos permite repensar a emancipação fora dos marcos do sujeito forte, da verdade histórica objetiva e da política como gestão técnica da totalidade. Em sua forma enfraquecida, o comunismo pode, enfim, reaproximar-se de seu impulso originário: a recusa da exclusão, a recusa da dominação e a exigência por justiça encarnada nas formas concretas da vida comum.

Em suma, a atual aposta no comunismo se ancora na autonomia crescente dos processos produtivos em relação ao capital, bem como no surgimento de subjetividades alternativas que aspiram a se constituir como uma "multidão": um sujeito político coletivo capaz de transformar o comunismo em-si — já presente nas dinâmicas sociais — em um comunismo para-si, assumido conscientemente como forma de vida emancipada, a única emancipação a partir de Vattimo se dá no niilismo (rolar de um centro fundamento, a um 'X' interpretação) removendo os elementos absolutistas no caminhar do processo cristão na história.

REFERÊNCIAS

[1] HEIDEGGER, M. **Caminhos de floresta**. Coordenação científica e tradução: Irene Borges-Duarte. Tradução: Irene Borges-Duarte; Filipa Pedroso; Alexandre Franco de Sá; Hélder Lourenço; Bernhard Sylla; Vítor Moura; João Constâncio. Revisão da tradução: Helga Hoock Quadrado; Irene Borges-Duarte, 1998, in: "O tempo da imagem no mundo", p. 95-138.

[2] MORO, S. **The Vattimo Dictionary.** Edited by Simonetta Moro. Edinburgh – University Press, 2023.

[3] NIETZSCHE, F. **Crepúsculo dos ídolos, ou, como se filosofa com o martelo.** Tradução: Renato Zwick – Porto Alegre, RS:L&PM, 2023.

[4] RORTY, R; VATTIMO, G; ZABALA, S. **O futuro da religião: solidariedade, caridade e ironia.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

[5] VATTIMO, G. **Adeus à verdade.** Tradução: João Batista Kreuch. Petrópolis: Vozes, 2016.

[6] VATTIMO, G; PAIVA, R. **A Tentação do Realismo.** Tradução de Reginaldo Di Piero. – Rio de Janeiro: Lacerda Ed.: Instituto Italiano di Cultura, 2001a.

[7] Vattimo, G. **Ecce Comú. Cómo llegar a ser lo que se era.** Paidós, Buenos Aires, 2009.

[8] VATTIMO, G. ***Essere e dintorni***. Milano: La nave di Teseo, 2018a.

[9] Vattimo, G.; Zabala, S. **Comunismo hermenéutico – de Heidegger a Marx.** Traducción: Miguel Salazar, Dirigida por Manuel Cruz. Herder Editorial, S. L., Barcelona, 2012a.

[10] VATTIMO, G; ZABALA, S. **Comunismo hermenêutico.** Entrevista concedida à Herder Editorial e publicada em 21/12/2012 – 2012b. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=p6I0z0mTAnk. Acesso em: 08/03/2025.

[11] VATTIMO, G. **Não ser Deus: Uma autobiografia a quatro mãos.** Tradução: Federico Carotti – Petrópolis, RJ: Vozes, 2018b.

[12] VATTIMO, G. **O meu problema de cristão é que a igreja me escandaliza.** Entrevista feita por António Marujo, Público, 9 de Março de 2008. Disponível em: https://www.publico.pt/2008/03/09/jornal/o-meu-problema-de-cristao-e-que-a-igreja-me-escandaliza-252455. Acesso em: 28/07/2025

[13] VATTIMO, G. **Valores, consenso y "pensamento débil". La fe em la libertad. Por G. Vattimo.** Insuminos, p. 1-4. La Repubblica y Clarín, 2001b. Traduccicón de Cristina Sardoy. Disponível em: https://www.insumisos.com/M4T3R14L/BD/Vattimo-Gianni/El%20pensamiento%20debil.PDF. Acesso em: 28/07/2025.

Capítulo 10

Envelhecimento e inclusão: a importância da libras na comunicação com idosos surdos

Fabrício Mähler Ramos
Gustavo Simas da Silva
James Alan dos Santos Franco
Lidiane Helena Reinaldo Franco
Marily Dilamar da Silva
Vania Ribas Ulbricht

Resumo: Este artigo apresenta uma revisão integrativa intitulada "Envelhecimento e Inclusão: A Importância da Libras na Comunicação com Idosos Surdos". O objetivo do estudo é analisar os desafios e as estratégias necessárias para garantir uma comunicação eficaz entre profissionais de saúde e idosos surdos, promovendo um atendimento mais inclusivo e humanizado. A metodologia adotada consiste em uma revisão integrativa da literatura, com a seleção de artigos obtidos nas bases de dados ERIC, Scopus e Web of Science, além da ferramenta Litmaps, uma plataforma de mapeamento de referências acadêmicas, para organizar e visualizar as conexões entre os estudos existentes sobre a temática. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos, os estudos selecionados foram categorizados e analisados integralmente. Espera-se, como resultados, identificar as principais barreiras comunicacionais enfrentadas pelo público idoso com surdez e propor boas práticas para a promoção da acessibilidade linguística de pessoas idosas com surdez usuárias da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Palavras-Chave: Libras, Envelhecimento, Pessoas Surdas, Língua de Sinais.

1. INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um processo natural e progressivo pelo qual todas as pessoas passam, marcado por mudanças biológicas, psicológicas e sociais. No Brasil, de acordo com o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), considera-se idoso qualquer pessoa com 60 anos ou mais. No caso da população surda, esse processo pode ser ainda mais desafiador, devido a barreiras comunicacionais que dificultam o acesso a serviços de saúde, informação e socialização. A Língua Brasileira de Sinais (Libras) desempenha um papel fundamental na promoção da acessibilidade, permitindo uma comunicação eficaz entre idosos surdos e profissionais da saúde, familiares e a sociedade.

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) constitui a língua natural da comunidade surda no Brasil, sendo reconhecida oficialmente pela Lei nº 10.436, de 2002, e considerada essencial para a promoção da comunicação e da inclusão social dessa população. Este estudo tem como objetivo analisar os desafios e as estratégias necessárias para assegurar uma comunicação eficaz entre profissionais da área da saúde e idosos surdos, de modo a favorecer um atendimento mais inclusivo e humanizado.

No contexto histórico brasileiro, destaca-se a data de 26 de setembro como marco da inauguração da primeira escola destinada à educação de surdos no país, em 1857, inicialmente denominada Instituto Nacional de Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, atualmente conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

A Língua Brasileira de Sinais já foi reconhecida como uma língua espaço-visual, com estrutura linguística e gramatical própria, sendo valorizada e utilizada como uma das principais formas de comunicação das pessoas surdas no Brasil. Deste modo, promove a comunicação e o acesso à informação das pessoas surdas, para que possam estar integradas à sociedade. Há ouvintes que aprendem e utilizam a Libras como meio de comunicação com a comunidade surda e se tornam pertencentes à cultura surda. Neste contexto iremos explanar de forma breve sobre a identidade da comunidade surda e sua inserção no meio cultural e social.

O presente artigo aborda o envelhecimento na perspectiva da cultura surda, com ênfase em estudos que tratam da garantia de um atendimento mais humanizado e inclusivo

Este estudo parte do problema de compreender como se dá o processo de envelhecimento da pessoa surda no Brasil, considerando os desafios relacionados à acessibilidade comunicacional. A investigação centra-se, ainda, na análise do papel da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na promoção de uma comunicação mais eficiente, capaz de assegurar um atendimento acessível e humanizado a idosos surdos. Nesse contexto, destaca-se, ainda, a insuficiência na formação de profissionais da saúde, como enfermeiros e médicos, para atender às demandas linguísticas e culturais dessa população em processo de envelhecimento.

Assim, o objetivo geral do estudo é realizar uma revisão integrativa da literatura sobre a acessibilidade comunicacional de idosos surdos na geriatria, destacando a importância do uso da Libras e as principais barreiras e estratégias para sua implementação.

De modo específico, pretende-se:

- Identificar as principais barreiras comunicacionais enfrentadas por idosos surdos no acesso aos serviços de saúde e na vida cotidiana;
- Investigar a importância da Libras como ferramenta essencial para a inclusão e o bem-estar da população surda idosa;

- Mapear estratégias e boas práticas que promovam a acessibilidade linguística e cultural da comunidade surda no contexto do envelhecimento.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A Libras, enquanto língua oficial da comunidade surda no Brasil, desempenha um papel fundamental nesse contexto, sendo um meio de comunicação essencial para a interação entre profissionais de saúde e idosos surdos.

No campo da enfermagem e da medicina, a comunicação eficaz com idosos surdos é crucial para garantir um atendimento humanizado, seguro e de qualidade. No entanto, muitos profissionais da saúde, incluindo médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, técnicos de radiologia, psicólogos, assistentes sociais, fisioterapeutas e outros profissionais, ainda não possuem conhecimento de Libras e desconhecem sobre a cultura surda, e também não tem treinamento adequado para se comunicar em Libras, o que pode resultar em falhas na compreensão das necessidades do paciente e, consequentemente, proporciona um atendimento sem a acessibilidade necessária.

Vale ressaltar que outras áreas também são extremamente necessárias, tais como área de atendimento ao cliente, área de gestão de empresas e Recursos Humanos, setores que envolvem o atendimento como áreas das prefeituras, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado (CREAS), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), setor de Assistência Social e outros.

A terminologia relacionada à deficiência auditiva apresenta distinções relevantes do ponto de vista cultural e identitário. Embora os termos "surdo" e "deficiente auditivo" sejam frequentemente utilizados como sinônimos, possuem significados distintos.

O termo "deficiente auditivo" é predominante na área médica e clínica, referindo-se a indivíduos que apresentam algum grau de perda auditiva — seja leve, moderada, severa ou profunda — e cuja abordagem se orienta para a reabilitação da função auditiva, por meio de dispositivos como aparelhos auditivos ou implantes cocleares. Foi publicada a Lei n. 14.768 de 22 de dezembro de 2023, que define deficiência auditiva e estabelece o valor referencial da limitação auditiva, considera-se deficiência auditiva a limitação de longo prazo da audição, unilateral ou bilateral, parcial ou total. A lei adota como valor referencial da limitação auditiva a média aritmética de 41 dB (quarenta e um decibéis) ou mais aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz (quinhentos hertz), 1.000 Hz (mil hertz), 2.000 Hz (dois mil hertz) e 3.000 Hz (três mil hertz), podendo-se utilizar outros instrumentos para constatação da deficiência.

Nesse contexto, a surdez é compreendida como uma limitação funcional, e muitos dos que se identificam como deficientes auditivos utilizam majoritariamente a língua oral, sem necessariamente se integrar à comunidade surda.

Em contraposição, o conceito de "surdo" assume uma dimensão sociocultural, no qual a surdez é entendida não como uma deficiência, mas como uma identidade linguística e cultural.

Entende-se que os surdos têm identidade e cultura surda, tal temática necessita ser apresentada em diversas áreas da academia e da sociedade, para que mais pessoas possam conhecer, se aprofundar e respeitar a comunidade surda.

Assim, cultura e identidade se relacionam. Perlin (2004) refere ainda que:

> "As identidades surdas são construídas dentro das representações possíveis da cultura surda, elas moldam-se de acordo com a maior ou menor receptividade cultural assumida pelo sujeito. E dentro dessa receptividade cultural, também surge aquela luta política ou consciência oposicional pela qual o indivíduo representa a si mesmo, se defende da homogeneização, dos aspectos que tornam corpo menos habitável, da sensação de invalidez, de inclusão entre os deficientes, de menosvalia social. (Perlin, 2004, p. 77-78).

Deste modo, por meio de estudos e pesquisas, temos comprovações sobre a necessidade dos surdos conhecerem seus pares desde a infância, tendo possibilidades de desenvolver sua identidade e cultura.

Para os surdos que são participantes das comunidades surdas, a cultura surda estará sendo percebida em sua formação como indivíduo, eles compartilham um conjunto de princípios, valores e comportamentos.

Segundo Karin Strobel (2008, p.24), cultura surda diz respeito ao "(...) jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades" (p.24). Em outro capítulo Strobel afirma que "A cultura surda é profunda e ampla, ela permeia, mesmo que não a percebamos, como sopro da vida ao povo surdo com suas subjetividades e identidades." (Strobel, 2008, p. 112).

A Comunidade surda, compartilha valores, práticas e experiências próprias, por meio do uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Segundo Perlin e Miranda, os autores argumentam que:

> "Se vocês nos perguntarem aqui: o que é ser surdo? Temos uma resposta: ser surdo é uma questão de vida. Não se trata de uma deficiência, mas de uma experiência visual. Experiência visual significa a utilização da visão (em substituição total a audição), como meio de comunicação. Desta experiência visual surge a cultura surda representada pela língua de sinais, pelo modo diferente de ser, de se expressar, de conhecer o mundo, de entrar nas artes, no conhecimento científico e acadêmico. A cultura surda comporta a língua de sinais, a necessidade do intérprete, de tecnologia de leitura. (2003, p. 218).

Essa distinção conceitual é fundamental para a formulação de políticas públicas, estratégias de acessibilidade e direitos linguísticos. Enquanto pessoas que se identificam como deficientes auditivos podem buscar intervenções tecnológicas visando a reabilitação auditiva, a comunidade surda luta pela valorização de sua língua, pela inclusão bilíngue (Libras e português escrito) e pelo reconhecimento de sua cultura. Neste contexto, destaca-se a importância de considerar as especificidades linguísticas e culturais da população surda, especialmente no campo da saúde e da assistência à pessoa idosa.

Além disso, observa-se uma escassez de políticas públicas específicas voltadas à acessibilidade comunicacional dessa população. A discussão aponta para a necessidade

urgente de inclusão da Libras na formação continuada dos profissionais de saúde e no planejamento de ações em saúde pública, especialmente em contextos com o aumento da longevidade da população surda. Conclui-se que a efetiva implementação de práticas acessíveis contribui para a equidade no acesso aos serviços de saúde, fortalecendo os direitos das pessoas surdas idosas e promovendo um envelhecimento mais digno e autônomo.

3. METODOLOGIA

Adotou-se, para o desenvolvimento deste estudo, o método de revisão integrativa da literatura, com o objetivo de sistematizar e analisar a produção científica relacionada às barreiras de comunicação enfrentadas por pessoas surdas em processo de envelhecimento, com ênfase naquelas que utilizam a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como principal meio de comunicação.

O levantamento bibliográfico foi realizado nas bases de dados ERIC, Scopus, Web of Science e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). De forma complementar, empregou-se a plataforma Litmaps, que possibilita o mapeamento visual das conexões entre publicações acadêmicas, auxiliando na organização das referências e na identificação de lacunas no campo investigado.

O procedimento metodológico contemplou as etapas de definição dos descritores, seleção dos estudos, categorização dos conteúdos e análise crítica dos dados. As análises concentraram-se na identificação das principais barreiras comunicacionais, nas estratégias e boas práticas para a inclusão linguística — especialmente no que tange ao uso da Libras — e nas contribuições dos movimentos sociais surdos para a promoção da acessibilidade, da autonomia e da qualidade de vida no envelhecimento.

Adicionalmente, foi realizada uma busca exploratória na plataforma SciSpace, uma ferramenta de apoio à pesquisa científica, onde foram localizados seis artigos relevantes que abordam temáticas vinculadas à saúde, à surdez, à perda auditiva e ao envelhecimento. Embora os textos estejam disponíveis em língua inglesa, os conteúdos encontrados apresentam aderência direta ao escopo da pesquisa, especificamente no que se refere às necessidades da população idosa surda, reconhecida internacionalmente pela expressão *deaf elderly person*. Na tabela 1 estão registrados os termos de inclusão e exclusão de artigos.

Tabela 1. Inclusão e exclusão dos artigos

Inclusão	Exclusão
2015 a 2025	não aderentes ao tema
Somente artigos	Inferiores a 2020
Aderente ao tema	Teses e dissertações

Fonte: Elaborado por autores (2025).

A literatura evidencia que as barreiras comunicacionais representam um dos principais desafios enfrentados pelos idosos surdos no acesso aos serviços de saúde e no exercício pleno da cidadania como categorização na tabela 2, a seguir:

Tabela 2. Principais Resultados

Autor e ano	Barreiras comunicacionais enfrentadas por idosos surdos	Estratégias e boas práticas para a inclusão da Libras	Acessibilidade linguística na qualidade do atendimento e na autonomia do idoso surdo
Cordeiro (2024)	Pessoas com perda auditiva enfrentam situações que interferem em sua qualidade de vida, , como as barreiras linguísticas e comunicacionais que existem no cotidiano destas pessoas. Há dificuldades nessa comunicação, ocorre o comprometimento na qualidade assistencial.	Revisão dos fluxos de encaminhamentos para a atenção à Saúde Auditiva no município, a fim de promover acesso à população aos serviços de saúde em tempo oportuno para que possam ser beneficiadas pelas ações de promoção à saúde, prevenção de agravos e reabilitação auditiva. Há necessidade de aprimorar a acessibilidade comunicacional dos serviços de saúde, por meio da educação permanente para	Diante das dificuldades de comunicação impostas pelo desconhecimento da Libras, os profissionais relataram buscar alternativas, como a escrita, realizar gestos, favorecer a leitura orofacial, usar aplicativos gratuitos e acessar a Central de Intérpretes da Prefeitura de Campinas, o mesmo sendo observado em estudo anterior.
Aires et al. (2024),	A formação adequada dos profissionais é vista como um fator determinante para a autonomia e a melhor experiência do paciente surdo dentro do sistema de saúde.	Capacitação de profissionais em Libras e o desenvolvimento de materiais ilustrativos e interativos para melhorar a comunicação.	Comunicação com a equipe de saúde, já que a maioria dos profissionais não domina Libras.
Hiddinga, A.; De Langen, M. (2019)	Analisa-se como diferentes subjetividades surdas são construídas e ativadas, tanto por indivíduos quanto por instituições.	Multiplicidade que permite a formulação de demandas por pertencimento, acesso a recursos e direito ao cuidado	Direito de reivindicar cuidado e inclusão com base na surdez
David M. Feldman Macon State College William Kearns University of South Florida, (2019)	A ausência de profissionais que dominem a Língua de Sinais, bem como a falta de compreensão das especificidades culturais da comunidade surda, limita o acesso e compromete a eficácia dos atendimentos	Ressaltam a importância de que os serviços sejam planejados e ofertados de forma específica para a comunidade surda, considerando a comunicação em Língua de Sinais como requisito essencial	A falta de acessibilidade linguística afeta diretamente a qualidade do atendimento prestado aos idosos surdos e impacta sua autonomia
Radka Kozáková; Jarmila Tobolová e Renáta Zeleníková (2018)	Perda auditiva compromete significativamente a comunicação, afetando tanto a vida social quanto emocional	Destaca a importância de práticas que promovam a acessibilidade comunicacional, como tecnologias assistivas, como aparelhos auditivos e recursos de amplificação sonora. Não aborda sobre acessibilidade de usuário da língua de sinais	A falta de acessibilidade linguística compromete diretamente a qualidade de vida e a autonomia dos idosos com perda auditiva.Não fala sobre a importância da língua de sinais.

Fonte: elaborado pelos autores.

Segundo Aires et al. (2024), os idosos surdos enfrentam barreiras comunicacionais significativas no atendimento de saúde, principalmente pela ausência de profissionais

capacitados em Libras, o que compromete a qualidade do atendimento, a autonomia do paciente e evidencia a necessidade urgente de formação adequada e políticas inclusivas.

Kozáková, Tobolová e Zeleníková (2018) destacam que a perda auditiva, especialmente no envelhecimento, configura-se como uma das principais barreiras comunicacionais enfrentadas por idosos, comprometendo significativamente sua qualidade de vida e autonomia. Segundo as autoras, a dificuldade na troca de informações interfere diretamente nas relações sociais, familiares e nos atendimentos em saúde, gerando sentimentos de isolamento, frustração e insegurança.

O estudo evidencia que as maiores dificuldades ocorrem em situações como conversas em ambientes ruidosos, participação em eventos sociais, visitas e, de forma significativa, no acompanhamento de meios de comunicação, como televisão e rádio. Esses desafios impactam não apenas os idosos, mas também seus familiares, que relatam queda na qualidade de vida devido às limitações comunicacionais impostas pela deficiência auditiva (Kozáková et al., 2018).

Ainda que o artigo foque na deficiência auditiva decorrente do envelhecimento e não trate diretamente da comunidade surda sinalizante, os achados reforçam a importância da acessibilidade linguística como elemento central para garantir um atendimento de qualidade. Nesse sentido, práticas como a adoção de recursos comunicacionais adequados — entre eles, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) para surdos sinalizantes — revelam-se fundamentais para assegurar a autonomia, o acesso à informação e o fortalecimento da dignidade no processo de envelhecimento.

Além disso, as autoras defendem que a ausência de estratégias eficazes de comunicação compromete não apenas o bem-estar emocional, mas também a efetividade dos atendimentos em saúde, tornando imprescindível que os profissionais estejam capacitados para lidar com as especificidades dessa população. Dessa forma, a inclusão da Libras e de outros recursos de acessibilidade se apresenta como uma boa prática indispensável na promoção de um envelhecimento mais inclusivo, digno e humanizado (Kozáková et al., 2018).

Feldman e Kearns (2019) evidenciam que os idosos surdos culturalmente sinalizantes enfrentam barreiras significativas no acesso aos serviços de saúde, especialmente no que se refere à comunicação e à adequação cultural dos atendimentos. A falta de profissionais capacitados em língua de sinais, bem como a escassez de serviços pensados especificamente para essa população, compromete diretamente a qualidade do atendimento, a autonomia e o bem-estar dos idosos surdos.

Os autores destacam que a inacessibilidade linguística se configura como um dos principais fatores de exclusão, levando grande parte dos participantes da pesquisa a relatar desconhecimento sobre onde buscar serviços de saúde mental adequados. Essa condição evidencia não apenas uma falha na divulgação, mas também na estruturação dos serviços, que, em sua maioria, são pensados a partir das necessidades da população ouvinte, negligenciando as especificidades linguísticas e culturais da comunidade surda. A pesquisa também revela que há uma demanda expressiva por serviços que sejam ofertados em língua de sinais e em ambientes culturalmente acessíveis. A preferência por atendimentos separados dos idosos ouvintes, manifestada por mais de 77% dos participantes, reflete a necessidade de espaços em que a comunicação ocorra de forma direta, sem barreiras linguísticas, e onde os profissionais compreendam as dinâmicas culturais da surdez. Dentre as estratégias apontadas, os autores reforçam a importância da inclusão de intérpretes qualificados, da produção de materiais informativos em vídeo

e da participação ativa de lideranças surdas na formulação e execução dos serviços. Além disso, destacam que a oferta de atividades sociais específicas para idosos surdos contribui não apenas para o fortalecimento da saúde mental, mas também para a construção de redes de apoio e pertencimento.

Diante desse cenário, Feldman e Kearns (2019) defendem que a promoção da acessibilidade linguística não deve ser entendida como um recurso opcional, mas como um direito fundamental que impacta diretamente a autonomia, a dignidade e a qualidade de vida dos idosos surdos. A ausência de acessibilidade compromete não apenas o acesso aos serviços, mas também o exercício pleno da cidadania dessa população, que segue invisibilizada nas políticas públicas e nos sistemas de saúde.

Cordeiro (2024) aponta que pessoas com perda auditiva convivem cotidianamente com obstáculos linguísticos e comunicacionais que impactam diretamente sua qualidade de vida e comprometem a qualidade assistencial. Essa realidade é agravada pela ausência de fluxos de encaminhamento adequados e pela insuficiência de práticas que garantam a acessibilidade comunicacional nos serviços de saúde, exigindo, portanto, a revisão das políticas locais e a implementação de ações de educação permanente.

De maneira convergente, Feldman e Kearns (2019) ressaltam que a ausência de profissionais fluentes em Língua de Sinais e a falta de compreensão das especificidades culturais da comunidade surda limitam o acesso e comprometem a efetividade dos atendimentos. Os autores defendem que a comunicação em Língua de Sinais deve ser entendida como um requisito essencial na oferta de serviços específicos para essa população, sendo condição fundamental para garantir não apenas o atendimento adequado, mas também a autonomia e a dignidade dos idosos surdos.

Nessa mesma perspectiva, Aires et al. (2024) reforçam que a formação de profissionais da saúde é fator determinante para assegurar a autonomia dos pacientes surdos e proporcionar uma experiência mais qualificada e humanizada. Os autores destacam a necessidade urgente de capacitação em Libras, bem como do desenvolvimento de materiais ilustrativos e interativos que facilitem a comunicação, reduzindo as assimetrias que caracterizam o atendimento a essa população.

Hiddinga e De Langen (2019) contribuem para essa discussão ao analisar como diferentes subjetividades surdas são construídas socialmente, tanto por indivíduos quanto por instituições, e como essa multiplicidade permite a formulação de demandas por pertencimento, acesso a recursos e direito ao cuidado. Segundo os autores, é justamente a partir desse reconhecimento da diversidade na experiência surda que se consolidam as reivindicações por inclusão e por cuidados que respeitem as particularidades linguísticas e culturais da comunidade surda.

Por outro lado, Kozáková, Tobolová e Zeleníková (2018), ao tratarem da perda auditiva em idosos, oferecem uma análise centrada na deficiência auditiva de forma geral, sem contemplar as especificidades da população surda sinalizante. Embora reconheçam que a perda auditiva compromete significativamente a comunicação, afetando a vida social, emocional e a autonomia dos idosos, suas propostas de enfrentamento se concentram no uso de tecnologias assistivas, como aparelhos auditivos e amplificadores sonoros, não abordando a acessibilidade linguística voltada aos usuários da língua de sinais.

Diante desse panorama, é possível afirmar que, embora haja consensos na literatura quanto ao impacto das barreiras comunicacionais na vida dos idosos surdos, nem todos os estudos consideram as especificidades linguísticas da comunidade surda sinalizante.

Estudos como os de Feldman e Kearns (2029), Aires et al. (2024) e Hiddinga e De Langen (2019) trazem contribuições relevantes ao destacar a importância da acessibilidade linguística, especialmente por meio da Libras, como elemento central para assegurar um atendimento de qualidade, promover a autonomia e fortalecer os direitos desse grupo. Por outro lado, análises mais restritas, como a de Kozáková et al. (2018), limitam-se à perspectiva biomédica da perda auditiva, sem contemplar a dimensão cultural e linguística da surdez.

Diante disso, torna-se evidente que a inclusão da Libras nos serviços de saúde, associada à formação continuada dos profissionais e à adoção de estratégias comunicacionais acessíveis, configura-se não apenas como uma boa prática, mas como um direito que sustenta a cidadania e a dignidade dos idosos surdos no contexto do envelhecimento.

As pesquisas analisadas foram publicadas entre os anos de 2018 e 2019 e apresentam discussões relevantes sobre a qualidade de vida, a comunicação e os desafios enfrentados por pessoas idosas com perda auditiva. No entanto, observa-se que, na maioria dos estudos, os autores utilizam o termo “deficiente auditivo” (hearing impaired), frequentemente relacionado a indivíduos que perderam a audição ao longo da vida — especialmente no processo de envelhecimento — e que, na maioria dos casos, não são usuários da Língua de Sinais.

Essa abordagem reforça uma perspectiva biomédica da deficiência, que tende a invisibilizar a identidade cultural e linguística das pessoas surdas, particularmente aquelas que se identificam como sujeitos surdos desde o nascimento ou desde a infância e que fazem uso da Libras como primeira língua. Assim, é importante destacar que tratar o idoso surdo apenas como deficiente auditivo desconsidera aspectos essenciais de sua identidade, como a comunicação em Libras e sua inserção na comunidade surda.

Portanto, há uma lacuna significativa na literatura científica quando se trata de reconhecer a especificidade da população idosa surda usuária de língua de sinais, especialmente no que diz respeito às suas necessidades comunicacionais e à construção de políticas públicas inclusivas e acessíveis.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos os artigos revisados, observou-se que o termo "idoso surdo" aparece com pouca frequência na literatura científica nacional. Atualmente, no Brasil, a maior parte das pesquisas sobre envelhecimento ainda se concentra em pessoas ouvintes, evidenciando uma lacuna significativa no que se refere à população idosa surda. Essa escassez de estudos compromete a produção de dados específicos, dificultando a formulação de políticas públicas inclusivas.

Até o momento, não se conhece com precisão a quantidade de pessoas idosas surdas no país, em grande parte devido à ausência de dados desagregados por tipo de deficiência nos levantamentos oficiais, como os realizados pelo IBGE. Não há categorização clara entre idosos surdos, surdocegos, pessoas com paralisia cerebral surda, entre outros.

A sistematização dessas informações é fundamental para promover avanços na área da acessibilidade e subsidiar ações voltadas à melhoria da qualidade de vida da população surda idosa. Vale destacar que associações de surdos em todo o Brasil vêm atuando ativamente na promoção de debates sobre saúde, envelhecimento e direitos, com o objetivo de ampliar a legislação e garantir maior representatividade dessa parcela da

população. A existência da Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão, é um marco importante, mas ainda há muito a ser feito para assegurar sua aplicação plena, especialmente no contexto do envelhecimento.

Diante da realidade vivenciada por pessoas surdas nos serviços públicos de saúde, torna-se evidente a necessidade de revisão e ampliação do Decreto nº 5.626/2005. O decreto estabelece a obrigatoriedade da oferta da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores nos cursos de Pedagogia, Letras e no curso de Fonoaudiologia. No entanto, cursos essenciais da área da saúde, como Medicina, Psicologia e Enfermagem, Serviço Social, Psicologia, Fisioterapia e outros não estão incluídos nessa obrigatoriedade, apesar de formarem profissionais que atuam diretamente no acolhimento, diagnóstico e tratamento de pacientes surdos. Essa lacuna compromete a qualidade do atendimento, dificultando a comunicação entre profissionais e usuários surdos do sistema público de saúde.

Com esse levantamento, propõe-se que o decreto seja levado a discussão em locais como Conselhos da Pessoa com Deficiência, áreas de Ensino Superior, bem como em esferas municipal, estadual e federal, com a finalidade de avaliação e novas propostas, de modo a incluir a obrigatoriedade do ensino de Libras também nos cursos superiores da área da saúde. Essa medida é fundamental para garantir o acesso pleno das pessoas surdas aos serviços de saúde, em conformidade com os princípios da equidade e da acessibilidade preconizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Constatou-se que nos locais indicados como referência para pesquisa, localizamos poucos artigos com a temática que envolvem os idosos surdos que são usuários da Língua de Sinais e estão em atendimento na área da saúde, deste modo, faz-se necessário a ampliação de pesquisas e análises de dados nesta área.

REFERÊNCIAS

[1] Aires, S. K. S., Garcia Filho, L. F., Guilherme, S. S., & Costa, N. M. (2024). Libras e acessibilidade surda na saúde: A oferta da disciplina na graduação médica em Tocantins. *Revista Observatório de la Economía Latinoamericana, 22*(11), 1–15. https://doi.org/10.55905/oelv22n11-192

[2] Brasil. (2003). *Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências.* https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm

[3] Brasil. (2005). *Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.* Diário Oficial da União, seção 1, p. 28–30. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm

[4] Brasil. (2015). *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).* https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm

[5] Brasil. (2023). *Lei nº 14.768, de 22 de dezembro de 2023. Define deficiência auditiva e estabelece valor referencial da limitação auditiva.* https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14768.htm

[6] Cordeiro, G. de S. (2024). *Atenção à saúde auditiva: Análise de um centro de reabilitação e sua articulação em rede. Distúrbios da Comunicação, 36*(4), e67305. https://doi.org/10.23925/67305

[7] Feldman, D. M., & Kearns, W. (2019). The mental health needs and perspectives of culturally Deaf older adults living in two counties in Florida. *JADARA, 40*(2), 1–12. https://repository.wcsu.edu/jadara/vol40/iss2/4

[8] Hiddinga, A., & de Langen, M. (2019). Deaf communities and the life course: Connecting deaf

citizenship, deaf culture and deaf experience. *Social Inclusion, 7*(4), 1–11. https://doi.org/10.17645/si.v7i4.2293

[9] Kozáková, R., Tobolová, J., & Zeleníková, R. (2018). Perceived emotional and situational hearing handicap in the elderly and their family members. *Central European Journal of Nursing and Midwifery, 9*(1), 767–772. https://doi.org/10.15452/CEJNM.2018.09.0003

[10] Nascimento, A. A. (2021). As ações das equipes de saúde no atendimento aos idosos surdos ou deficientes auditivos. *Revista de Saúde Pública em Debate, 4*(1), 55–64.

[11] Perlin, G. T. (2004). O lugar da cultura surda. In A. S. Thoma & M. C. Lopes (Orgs.), *A invenção da surdez: Cultura, alteridade, identidades e diferença no campo da educação* (pp. 41–54). EDUNISC.

[12] Perlin, G., & Miranda, W. (2003). Surdos: O narrar e a política. *Estudos Surdos – Ponto de Vista. Revista de Educação e Processos Inclusivos, 5*, 1–15.

[13] Pinto, R. S. (2021). Considerações sobre a comunicação de idosos surdos. *International Journal of Health Sciences, 5*(3), 112–119.

[14] Sousa, A. D. P., & Chariglione, I. P. F. S. (2017). Os processos de inclusão social, educação e saúde: Uma análise qualitativa dos surdos idosos do Distrito Federal. *Revista Kairós-Gerontologia, 20*(3), 309–327. https://doi.org/10.23925/2176-901X.2017v20i3p309-327

[15] Strobel, K. (2008). *As imagens do outro sobre a cultura surda.* Editora UFSC.

Autores

AUTORES

ANDERSON LINCOLN VITAL DA SILVA (ORGANIZADOR)

Advogado. Doutorando em Educação pela ULBRA. Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Graduado em Direito pelo Centro Universitário Luterano de Manaus e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amazonas. Especialista em Direito Tributário pela Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO. Professor da Universidade Federal do Amazonas – UFAM

CAMILLA LEAL BRITO

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, UFPI.

CELSO FERREIRA DE LIMA FILHO

Mestrando em Geografia Programa de Pós-Graduação em Geografia Universidades Estadual do Maranhão – UEMA, São Luís

DAWID DA SILVA VARGAS

Bacharel em Psicologia e especialista em neuropsicologia.

FABRÍCIO MÄHLER RAMOS

Mestre em Educação na Universidade Luterana do Brasil, linha de Estudos Culturais em Educação, Graduação em Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade Luterana do Brasil. Licenciatura Plena em Letras Libras - UFSC pólo UFRGS, Especialização em Os Estudos Culturais e os Currículos Escolar Contemporâneos UFRGS, professor de LIBRAS com experiência na área de Educação fundamental, médio e superior de Língua Brasileira de Sinais, Cultura Surda. Professor de Libras e a Cultura Surda na IFSC - CÂMPUS PALHOÇA BILÍNGUE e coordenador do curso técnico Integrado a Comunicação Visual e Serviços e Produtos Bilíngue.

GABRIELA BRITIS DONATO

Bacharela em Direito pela Multivix, Vitória-ES. Pesquisadora. Linhas de pesquisa: gênero e direitos fundamentais

GUSTAVO SIMAS DA SILVA

Doutorando e Mestre em Engenharia, Gestão e Mídia do Conhecimento na UFSC. Graduado em Engenharia Eletrônica pela UFSC, Técnico em Eletrônica - IFSC. Analista de Inovação no Impact Hub Brasil, linha de trabalho em Ecossistemas de Inovação e Impacto, Gestão do Conhecimento. Tem experiência na área de Ecossistemas de Inovação e Desenvolvimento Territorial, Ecologia do Conhecimento, Cultura de Aprendizagem, Engenharia e Gestão do Conhecimento, Engenharia Eletrônica e Elétrica, com ênfase em Processamento Digital de Sinais, Áudio, Robótica, Tecnologias Assistivas, Dados. Sócio-fundador da VI Mídia, produção de conteúdo de audiodescrição, audiolivros e material acessível em áudio para público print disabled.

ISADORA RIBAS STROJARKI

Psicóloga, especialista em neuropsicologia, terapia cognitivo-comportamental e psicopedagogia.

JAMES ALAN DOS SANTOS FRANCO

Estudante de Pedagogia FMP, Mestre em Serviço Social – PUC – SP. Acadêmico do Curso do Programa de Pós-graduação em Engenharia, Gestão e Mídia do Conhecimento (PPGEGC) UFSC. Graduado em Direito UMC. Graduado em Serviço Social - Universidade Braz Cubas. Especialista em Direito e Processo do Trabalho - Faculdade LEGALE, Especialista em Direito Previdenciário na Faculdade

AUTORES

LEGALE, Bacharel em Teologia pela Faculdade Teológica Batista de São Paulo e em Direito pela Universidade de Mogi das Cruzes. Foi Docente na Universidade de Santo Amaro - UNISA em São Paulo / Coordenador Ajunto no Curso de Direito, participou do Planejamento e Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Direito.

JOEL RANGEL PINTO JÚNIOR

Bacharel em Direito pela Universidade Vila Velha – UVV. Exerceu quatro vezes o mandato de vereador do Município de Vila Velha (ES). Foi Secretário Municipal de Assistência Social e Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo

KELI CRISTIANE VIDO

Sólidos conhecimentos em processos de ensino-aprendizagem, experiência na elaboração de conteúdos instrucionais, contratação e capacitação de docentes, acompanhamento de alunos com deficiência e déficit de ensino, participação na Comissão de avaliação permanente de programas de pós-graduação, ministração de aula para graduação e pós-graduação / treinamentos para brasileiros, angolanos e brasileiros, experiência na coordenação de curso. Dezesseis anos de experiência todas áreas de recursos humanos, incluindo consultoria de RH (BPO), Recrutamento e seleção (processos de headhunter), contratações nacionais / internacionais; plano de carreira e mentoria para executivos; cargos e salários / benefícios corporativos; treinamento e desenvolvimento; avaliação de desempenho; expatriados e consultoria interna e externa de rh, saúde e segurança do trabalho, liderança, administração, arquitetura empresarial e administração de TI. Mentoria para startups: elaboração de business plan, processo de criação, desenvolvimento e refinamento de soluções tecnológicas, elaboração de estratégias de mercado, auditoria de implantações e prestações de serviços e capacitação de pessoal. Vivência como docente nos cursos de bacharelado; tecnólogos e pós-graduação: Administração; Administração com enfase em comércio exterior, Ciências Contábeis; Tecnólogos em: RH, Gestão Comercial, Sistemas de Informação, Gestão Financeira, Hotelaria, Gastronomia e Marketing, Bacharelado em Sistemas da Informação, Engenharia de Produção, Engenharia de computação e software; MBA em gestão de pessoas; projetos e controladoria; Conteudista da disciplina Saúde, Segurança e Meio Ambiente / Recrutamento e Seleção; Revisora das disciplinas de gestão humano do curso de Administração;Tutora dos cursos de graduação a distância: Tecnólogo em Recursos Humanos e Administração; Orientadora de TCC dos cursos de bacharelado e tecnólogos. Elaboração de projeto pedagógico; programa de estágio; planos de ensino e ementário, além do cadastramento de curso, junto ao MEC e acompanhamento das visitas para autorização e reconhecimento; Coordenação da faculdade aberta para comunidade; gestão de projetos de extensão, balizados pelas práticas de recursos humanos; supervisão do programa de estágio; seleção de professores; criação de horário; Sólida experiência na gestão de projetos voltados à comunidade, ONGs e Oscips e instituições públicas. Capacitação de docentes da secretária estadual de educação; gestão dos projetos sociais e desenvolvimento educacional nas creches Obra Koping e escolas públicas da região Oeste de São Paulo. Formada em Administração de Empresas, pós-graduação em: RH; Marketing; Didática e Metodologia do Ensino Superior; Psicopedagogia e mestrado em Psicologia; Doutora em Administração pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Pesquisas sobre o estresse laboral com a Universidade da Fronteira (Uruguai e UBA) e inclusão de pessoas com deficiência junto as empresas da região Oeste de São Paulo; Etarismo, envelhecimento e aposentadoria com o núcleo de diversidade da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Participação do Centro de Tecnologia e Inovação do Centro Paula Souza como orientadora dos projetos de pesquisa do curso Tec, em logística e projeto de extensão Escritório de Carreiras. Mentora dos projetos premiados como melhores do Brasil: Empreenda SENAC 2019 (Provimento de pessoal e empoderamento feminino; EDP Empreendedorismo 2020-2021 (Energia fotovoltaica) e Santander empreendedorismo (2020) (Empreendedorismo social). Voluntariado junto a Missão Belém, Bem Comum, Kooping Brasil e Aquecendo Coração.

LAILTON DA SILVA FREIRE

Doutorando em Geografia Programa de Pós-Graduação em Geografia Universidades Estadual do Maranhão – UEMA, São Luís

AUTORES

LIDIANE HELENA REINALDO FRANCO

Mestre em Serviço Social - PUC/SP, Pós Graduação em Libras - FACESPI. Formação Pedagógica em Letras Libras - Uniasselvi . Tradução e Interpretação em Libras no Instituto Federal de São Paulo - Especialização em Educação a Distância UNOPAR, Especialização em Aconselhamento pela Faculdade Teológica Batista de São Paulo, Intérprete de Libras - Exame Nacional de Certificação de PROLIBRAS - Proficiência para Tradução e Interpretação da Libras / Língua Portuguesa / Libras - Nível superior - MEC/UFSC, Graduada em Serviço Social - Universidade do Vale do Paraíba, fui docente na área do Serviço Social na UBC, docente na FATEC – Mogi das Cruzes.

LUCAS PEREIRA DA SILVA FREITAS

Licenciado e bacharel em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos pelo SENAC, licenciado em Filosofia pela Claretiano, graduado em História e Letras-Inglês pela Faculdade IBRA e mestre em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

MARIA BETÂNIA GUERRA NEGREIROS FURTADO

Arquiteta e Urbanista, UFPI. Doutora em Arquitetura e Urbanismo, UFBA. Professora assistente, UFPI.

MARILY DILAMAR DA SILVA

Pedagoga formada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com especializações em Didática e Metodologia de Ensino, MBA em Gestão da Inovação, Tecnologia e Empreendedorismo e em Educação Inclusiva. É mestra em Educação Científica e Tecnológica pela UFSC, com dissertação voltada ao ensino de Ciências da Natureza para estudantes com deficiência visual. Atualmente, cursa doutorado no programa de Engenharia, Gestão e Mídia do Conhecimento (EGC) da UFSC, onde desenvolve uma pesquisa sobre tecnologias assistivas para pessoas surdocegas. Com mais de 25 anos de experiência na educação inclusiva.

SANDRA LEANDRO PEREIRA

Profa. Dra. e Neuropsicanalista

SAULO RIBEIRO DOS SANTOS

Orientador. Doutor em Gestão Urbana e Doutor em Geografia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia Universidades Estadual do Maranhão–UEMA, São Luís

THAIS MACHADO DE ANDRADE

Pós - Doutora (2023) pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, em História Social das Relações Políticas, sob a orientação da Prof Dra. Maria Beatriz Nader. Doutora (2019) e Mestre (2008) em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória- FDV. Especialista em Direito Ambiental, pela Faculdade Cândido Mendes (2004). Graduada em Direito pela Universidade Vila Velha-ES (2002). Advogada. Atualmente é Professora efetiva da Universidade Federal de Roraima- UFRR. Leciona nas áreas de Teoria do Estado, Teoria Geral do Direito e do Processo, Direitos Humanos, História do Direito, Direito Administrativo, Direito Ambiental e Técnicas de Elaboração de Trabalho Científico. Foi integrante da Universidade Vila Velha/UVV - ES (2007 - 2022) e da Coordenação do Curso de Direito, na qualidade de Professora Assistente (2007 - 2021). Foi membro do Núcleo Estadual de Educação Permanente NUEP/SUAS-ES, contribuindo para a eficiência do Sistema Único de Assistência Social SUAS no Estado do Espírito Santo (2020 - 2021). E atuou também como docente na Academia de Polícia Militar do ES – APMES (2020-2024), na Faculdade Brasileira Cristã- FBC, em Serra-ES (2024) e nas Faculdades Estácio de Vila Velha e de Vitória (2024).

AUTORES

VANIA RIBAS ULBRICHT

Licenciada em Matemática, com mestrado e doutorado em Engenharia de Produção pela UFSC. Foi professora visitante da UniversidadeFederal do Paraná no Programa de Pós-Graduação em Design (2012 - 2014). Foi Pesquisadora da Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne). Presta serviço voluntário no PPEGC da UFSC. Foi bolsista em Produtividade e Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora de 2009 a 2013, DT/CNPq. Coordenadora do projeto: Mídias, Tecnologias e Recursos de Linguagem para um ambiente de aprendizagem acessível aos surdos,aprovado pelo CNPq através da CHAMADA N 84/2013 MCTI-SECIS/CNPq- TECNOLOGIA ASSISTIVA / B - Núcleos Emergentes Foi bolsista do CNPq na modalidade DTI-

www.poisson.com.br
contato@poisson.com.br

@editorapoisson

https://www.facebook.com/editorapoisson